

LT-2

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

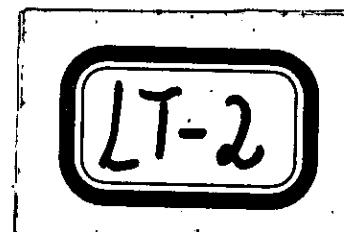
TRABALHO DE PROJECTO

**ASPECTOS DA REPRESENTAÇÃO DO "OUTRO"
NO "BOLETIM OFICIAL DE MOÇAMBIQUE" (1888)**

**POR: SIJAONA ALI
SUPERVISOR: Dr. ALMIRO LOBO
5º ANO DE LINGUÍSTICA**

MAPUTO, JULHO DE 1999

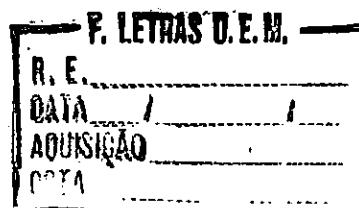
*655.11(679)
A 379a.04*



F. LETRAS Q.E.B.	
R. E.	27126
DATA	17/07/1999
ASSINATURA	OLCARTA
LT-2	

S U M Á R I O

Cap.I	1.	Introdução.....	1
	1.1	Objectivos do Trabalho.....	3
	1.2	Importância do Trabalho.....	3
	1.3	Hipóteses.....	4
	1.4	Metodologia de Trabalho.....	4
Cap. II	2.	O Contexto	
	2.1	O Contexto da Colonização Influenciado Pela Conferênciade Berlim (1884-1885)	5
	2.2	Do Nascimento do Boletim Oficial.....	6
	2.3	Pressupostos Teóricos	
	2.3.1	O Conceito de Texto.....	7
	2.3.2	O Contexto de Textura (ou Textualidade)	9
	2.3.2.1	A Textura Interna.....	10
	2.3.2.2	A Textura Externa.....	11
Cap.III	3.	Apresentação do Corpus.....	12
	3.1	O Elemento "ESPAÇO".....	14
	3.2	As Personagens.....	18
	3.3	O Tempo.....	21
	3.4	A Temática.....	22
	3.5	Os Elementos Descritivos.....	22
Cap.IV	4.	Em Torno do Corpus Textual.....	24
	4.1	A Dimensão Analítico/Interpretativa dos Textos.	28
	4.1.1	O Destinatário.....	28
	4.1.2	O Narrador.....	29
	4.1.3	O Homem.....	33
Cap.V	5.	Síntese das Conclusões.....	42
		BIBLIOGRAFIA.....	44



AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio inestimável do Dr. Almiro Lobo, meu supervisor, pela paciência que demonstrou diante das minhas faltas e hesitações, incentivando-me sempre com as suas críticas, sugestões e observações a prosseguir sem desfalecer.

Aos meus pais, Saide Ali e Faatu Chirambe, por estarem a suportar a minha prolongada ausência e por terem compreendido a necessidade e importância dos estudos. A eles dedico este trabalho.

Ao sr. Wehia M. Ripua, que vem acompanhando desde o começo os meus estudos, pelo incentivo dado à minha aplicação nos estudos, e nesta etapa final pelo apoio em todos os aspectos.

À Helena Aurélio Zita, minha grande amiga, por tudo.

À minha irmã e cunhado (Adália Aly e Rosário Januário) pela grande ajuda moral e material ao longo de todo o curso.

Ao Arlindo António Folige, pela grande amizade, solidariedade e apoio demonstrados ao longo de todo o curso e por ter estado sempre ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

Aos meus colegas e amigos António Víctor Yohkuma, Vasco Jacinto Nhussi e Ventura Mulatinho Domingos, pela força que me deram nos momentos de maior indefinição.

A todos aqueles que directa ou indirectamente prestaram atenção em mim durante todo este tempo.

A todos só direi uma coisa: muito obrigado!

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

O objecto de estudo que guiou a realização deste trabalho é o "Boletim Oficial", analisado aqui na perspectiva de trazer à superfície aspectos relevantes sobre a maneira como o objecto da política de colonização de Moçambique - a terra e, evidentemente, os homens - era representado, no âmbito daquilo a que podemos designar de discurso sobre o "Outro".

As viagens de exploração marítima e de descoberta feitas pelos portugueses, que rapidamente evoluíram para campanhas de ocupação, tiveram na imprensa escrita um forte suporte. A narração dessas viagens contribuiu sobremaneira para moldar uma certa imagem do Outro, correndo-se muitas vezes o risco de generalizações de situações de determinados contextos para outros contextos.

As razões que nos levaram a optar por este estudo prendem-se com o facto de, apesar de muito tempo ter já decorrido desde a época em que os textos do "Boletim Oficial" que constituem o nosso corpus foram produzidos e muitas transformações terem tido lugar, a análise do tipo que pretendemos fazer neste trabalho mostrar-se actual, visto poder vir a ajudar a compreender o fenómeno da colonização e os aspectos relativos à "captação" do colonizado pelo ego do colonizador.

Pretendemos também mostrar neste trabalho o interesse que deve despertar para um maior conhecimento das linhas com que se cosiam as concepções europeias sobre o "eu" civilizado e o "outro" selvagem, ponto de partida para a demarcação da diferença entre a "civilização" e a "barbárie". Queremos aqui compreender e co-relacionar a temática abordada no nosso corpus com o contexto

específico do país nos finais do séc. XIX, caracterizado por um esforço da potência colonizadora (Portugal) para tornar em "ocupação efectiva" aquilo que apregoava como sendo seus "direitos históricos" de ocupação.

Para o alcance dos objectivos a que nos propusemos, não deixamos de fazer referência ao facto de que nos finais do séc. XIX Portugal tinha já uma vasta experiência no contacto com povos não-europeus, cujas referências eram, para além das primeiras narrativas sobre os contactos dos portugueses com os povos africanos, a descoberta do Brasil. Veremos a influência que esses factos tiveram na concepção da terra e dos homens em Moçambique, sem olvidar também que Portugal, um país de forte influência cristã, via na expansão uma missão para levar a palavra de Deus aos "infiéis" e torná-los civilizados. Não é de admirar, pois, que encontremos ao longo do nosso trabalho referências religiosas muito explícitas.

Este trabalho vai mostrar que "a imagem que se tem do "Outro" corresponde à representação do "Outro" a partir do espaço ideológico ou social em que se situa o "Eu". No caso vertente da situação de Moçambique nos finais do séc. XIX, a própria natureza da situação colonial institui uma hierarquização de culturas que assume uma importância especial no campo das imagens literárias do "Outro". É dessa forma que aparecem os estereótipos coloniais e o exotismo na representação do colonizado" (Matusse, pp. 46-47). É na esteira destas reflexões que procuramos dar conta não só da maneira como os textos do nosso corpus desenham o "perfil" do "Outro" como também da linguagem que é colocada ao serviço dessa caracterização.

1.1 OBJECTIVOS DO TRABALHO

O trabalho pretende levantar uma discussão à volta daquilo que se pode designar de "literatura oficial colonial", abordando a problemática da representação do espaço e das gentes africanas (e moçambicanas em particular). Estamos convictos de que a matéria é indubitavelmente de interesse para um maior conhecimento das vicissitudes e do contexto socio-cultural, e ideológico em que se processou a conquista de África pelos europeus. Estes objectivos podem ser resumidamente tratados na óptica de que pretendem:

- (1) Mostrar até que ponto o conhecimento de certos factos, analisados à luz de uma perspectiva literária, podem ajudar a compreender melhor as vicissitudes de um processo tão complexo como o é a colonização;
- (2) Mostrar o quanto a imprensa escrita, mormente o "Boletim Oficial", contribuiu para reforçar a percepção que já existia sobre os africanos, vistos como os "Outros".

1.2 IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

Este trabalho tem um carácter descritivo, e a importância do próprio trabalho tem muito a ver com a atenção que pretendemos despertar para uma investigação orientada a estudos específicos na área da literatura produzida nos primórdios da colonização de Moçambique, principalmente no que se refere a um período particular da nossa história como o é a 2ª metade do séc. XIX.

As referências que utilizamos no presente trabalho fazem parte de diversas áreas do saber que, acrescidas à literatura,

permitiram esboçar um trabalho sistematizado, dotado de elementos que fazem dele um todo com lógica.

1.3. HIPÓTESES

- (1) Os textos revelam a existência de ideias estereotipadas sobre a terra e os homens de Moçambique nos primórdios da ocupação colonial;
- (2) Os textos procuram construir a imagem de um território ultramarino onde havia que investir no interesse da potência colonizadora.

1.4. METODOLOGIA DE TRABALHO

No intuito de validar as nossas hipóteses de trabalho, a metodologia que vamos seguir obedecerá ao seguinte esquema:

- Fazer uma breve abordagem sobre a representação do espaço físico e humano do "Outro" feito pela literatura oficial colonial;
- Interpretar o corpus, tentando demonstrar em que medida os dados levam a uma avaliação imageticamente deformada sobre as "outras" sociedades, consideradas aqui como sendo as não-europeias.

Neste contexto, procuramos fazer a articulação das ideias que são veiculadas por diferentes áreas do saber como a História, a Literatura e a Linguística, de que, evidentemente, resultará um trabalho multidisciplinar.

CAPITULO II

2. O CONTEXTO

2.1 O CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO INFLUENCIADO PELA CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884-1885)

Antes da realização da Conferência de Berlim, a questão da consistência dos territórios que hoje fazem parte de Moçambique nunca se havia colocado com tanta veemência a não ser na região sul do país, onde havia um litígio pela posse da Baía de Lourenço Marques, resolvido a 24 de Julho de 1875 pelo então Presidente da República Francesa, o Marechal Mac-Mahon, a favor de Portugal. Realizada a Conferência, cujo fim, segundo escreve Péliissier (1987:140), era definir as regras sobre a ocupação efectiva dos territórios africanos, Portugal tinha de entender-se com os seus concorrentes para determinar os limites das suas zonas de influência no interior, sob pena de ver-se despojado das suas possessões virtuais ou mesmo reais. Não admira, pois, que a partir desse momento se intensificassem as accções com vista a uma ocupação de facto do território, tudo isso conjugado com manobras diplomáticas habilmente realizadas por Portugal, o que permitiu a este país refrear, de certo modo, as cobiças estrangeiras sobre o território de Moçambique e esboçar o desenho das futuras fronteiras do nosso território.

Apesar desse "despertar" de interesse para com as suas colónias em geral e Moçambique em particular, motivado pela Conferência de Berlim, seria só a partir da entrada em cena do designado Comissário-Régio, António Enes, em 1895, que se iria registar um impulso significativo na ocupação do país e

fortalecimento da autoridade colonial. Antes de António Enes o quadro de ocupação de Moçambique caracterizava-se por, segundo afirmações de Pélissier, uma administração fraca, factores económicos desfavoráveis (nomeadamente a grande distância entre a metrópole e Moçambique aliada à insuficiência da frota mercante nacional, a ausência de colonos - na sua maioria emigrados no Brasil -, e o papel secundário, senão mesmo marginal, que cabia a Moçambique pelo facto de, por um lado, ter uma contribuição mínima na economia portuguesa e, por outro, a sua manutenção sair demasiado cara à metrópole).

Para alterar este quadro, António Enes impôs que a solução era "pôr o negro a trabalhar e importar capitais estrangeiros", para além de preconizar a "descentralização da administração em Moçambique" e "renunciar a ver neste país uma colónia povoada por brancos pobres", o que marcou de facto o início de uma nova era, a que Pélissier designa de "era do realismo e pragmatismo na política de ocupação colonial do território" (Pélissier, 1987:171).

2.2 DO NASCIMENTO DO BOLETIM OFICIAL

A ocupação colonial do território de Moçambique implicava necessariamente a criação das bases que permitissem a sustentabilidade desse processo. As bases mais seguras foram, evidentemente, o exército, a igreja e a administração pública mas também não são de descurar outras áreas como o ensino, a política de assimilação e a imprensa escrita. Em 1854 foi montada no país a primeira oficina de impressão, a qual produziu, a 13 de Maio, o primeiro número do "Boletim do Governo da Província de Moçambique", antecessora do "Boletim Oficial".

Este passo foi de extrema importância na medida em que a

legislação produzida localmente era anteriormente impressa em Lisboa e depois para aqui remetida, e isso obviamente não facilitava a difusão da informação oficial. A partir deste momento, portanto, a informação oficial podia circular com mais facilidade, para além de salvaguardar o aspecto de a informação local ser difundida a partir do próprio local e, portanto, estar teoricamente mais próxima da realidade.

O "Boletim Oficial" (B.O.), como se sabe, era o órgão de imprensa do Estado Colonial e escusado será referirmos o facto de que os que produziam os textos que nele vinham publicados, nomeadamente funcionários superiores do Aparelho de Estado Colonial, tinham que o fazer dentro de determinadas normas e limites. Não é de estranhar, portanto, que esses textos publicados no B.O. fossem um veículo de ideias canonizadas e fossem a expressão oficial do pensamento colonial.

Como temos estado a referir, o nosso corpus é constituído por textos, em forma de relatório, publicados no B.O. Importa, portanto, dar uma achega à noção de texto na visão de diferentes autores.

2.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.3.1 O Conceito de Texto

Muitos autores têm se debruçado sobre a problemática da concepção do texto mas nós vamos fazer referência apenas àqueles cujos conceitos nos parecem mais úteis ao nosso trabalho.

Brown-Yule (1983:190) debruçam-se sobre o conceito de texto anotando que este é o registo verbal de um evento comunicativo, o

qual já pressupõe a existência de uma entidade emissora e, pelo menos, uma entidade receptora. Aqui já está patente alguma importância que os autores atribuem a aspectos extra-textuais como a produção e a recepção.

Uma outra abordagem de texto é feita por van Dijk (1981), o qual designa de texto às formas particulares de enunciados da linguagem, quer se apresentem de forma falada ou escrita.

Sobre o texto na obra literária, Aguiar e Silva (1988:75) escreve que a obra literária constitui o resultado de um fazer, de um produzir que, embora sendo também um processo de expressão, é necessária e primordialmente um processo de **significação** e de **comunicação**, daí a sua constituição em texto. Como entidade semiótica, o texto pode-se definir como um conjunto permanente de elementos ordenados, cuja presença, interacção e função são considerados por um codificador e/ou decodificador como regulados por um determinado sistema signíco (Idem:562).

Ainda de acordo com Aguiar e Silva (Idem:75), "o texto literário, como qualquer outro acto significativo e comunicativo, só é produzido e só funciona como mensagem num específico circuito de comunicação, em virtude da prévia existência de um código de que têm conhecimento um emissor e um número indeterminado de receptores".

A consubstanciar esta perspectiva, onde não se perde de vista a relação produtor/receptor (falante/ouvinte ou escritor/leitor) do texto, Mateus et al (1989:134) consideram que constituem ingredientes presentes, explícita ou implicitamente, no objecto texto, a **materialidade linguística**, isto é, a língua natural em que está configurado este objecto; os **códigos simbólicos** em presença na formação social em que é



produzido, circula e é interpretado; os **processos cognitivos** com que a sua estruturação deve ser conforme para que produza sentido, e as **hipóteses e pressuposições** do locutor sobre o saber que ele e o alocutário partilham acerca do mundo. São incluídos neste saber a experiência anterior de um e de outro (da qual faz parte o conhecimento anterior de textos já produzidos) e o(s) assunto(s) do próprio texto. O assunto do texto pode ser obtido através da leitura. Após a sua obtenção, serve de pressuposto ao entendimento de passagens novas que se vão apresentando no interior do próprio desenvolvimento textual.

O texto, tal como muitas vezes se apresenta actualmente, foi também produzido em épocas anteriores obedecendo a determinados critérios de que se serviam os autores, consciente ou inconscientemente. Esses critérios possibilitaram a construção dos textos onde é notória uma certa organização formal. A essa organização formal se chama **TEXTURA** ou **TEXTUALIDADE**.

2.3.2 O Conceito de Textura (Ou Textualidade)

De acordo com Aguiar e Silva (1988:635), a textura é a organização formal que possibilita instituir conexidade, relações coesivas entre as entidades textuais, suturando adequadamente a sucessão dos enunciados, assegurando a continuidade e a progressão informativas, construindo a "tessitura" que o texto (**textus**) é". Segundo ainda este autor, citando Ruqaiya Hasan, textura é o termo técnico usado para referir o facto de as unidades lexicogramaticais que representam um texto estarem muito unidas - que existe coesão linguística dentro de uma passagem ou trecho. Ainda nesta óptica, Halliday-Hasan

(1976), afirmam que o determinante primário por forma a que um conjunto de frases constitua, ou não, um texto, depende das relações coesivas dentro e entre as frases, que é o que cria a textura.

Para Fonseca (1992:8), a textura consubstancia-se nos traços que fazem de um produto verbal um todo semântico unificado, como tal funcionando globalmente numa situação de comunicação,, em que se inscreve por forma adequada.Por isso,o texto surge na visão de Halliday-Hasan (1976) basicamente como um continuum de significado em contexto,uma unidade de língua em uso - independentemente da sua extensão.

Ainda de acordo com Fonseca (pp. 8-9), Halliday-Hasan (1976) procuram levantar os recursos de que dispõem as línguas e que transparecem especificamente no texto,distinguindo-o de uma sequência desconexa de frases.É nesta base que é reconhecida a existência de uma textura externa e de uma textura interna. Vejamos pois como estes dois conceitos são definidos.

2.3.2.1 A Textura Interna

De acordo com Halliday-Hasan (1976), a "Textura Interna" diz respeito à organização sequencial intrínseca do texto,à sua sintagmática imanente,e manifesta-se em três níveis diferenciados:

(i) ao nível **supra-Enunciado**,como a <<"macroestrutura" do texto,que torna o texto de um tipo particular - conversação, narrativo, correspondência comercial e por ai>> (p. 324),ou seja,como "a estrutura do discurso".

(ii) ao nível do **Enunciado** (ou **intra-Enunciado**), como "a estrutura textual que é interna à frase" (p.324), ou seja, certas dimensões da organização interna do Enunciado considerado "na sua função como a realização do texto", referindo-se Halliday-Hasan à organização do Enunciado em **Tema/Rema** e também em termos de articulação de unidades de informação "conhecida" ou "dada" e "não conhecida" ou "nova".

(iii) ao nível **Inter-Enunciados**, como complexo de laços semânticos que conectam os enunciados (contíguos ou não-contíguos) - nexos que preenchem o que designam de **COESÃO, tomada em sentido estrito.**

Estes autores sublinham, porém, o facto de haver uma forte interconectabilidade entre a "textura interna" e a "textura externa", e a separação entre ambas se verificar apenas a nível metodológico. Assim, o leitor ou o ouvinte não procede à sua separação quando responde inconscientemente a uma passagem da fala ou escrita.

2.3.2.2 A Textura Externa

Segundo Halliday-Hasan (1976), citados por Fonseca, cabe na Textura Externa tudo o que respeita aos factores externos que afectam a escolha linguística que o falante ou o escritor fazem, o que tem a ver com a natureza da audiência, do **media**, do propósito da comunicação. É a partir dessa escolha que o texto revela uma consistência própria, concretizada, por um lado, basicamente numa continuidade temática e, por outro, numa certa uniformidade ou homogeneidade no que diz respeito a aspectos variados, nomeadamente, ao nível de língua e ao "género"

(ou 'rethorical form'). Esta formulação dá claramente a entender haver uma ligação do texto com o contexto em que é produzido, o que na óptica de van Dijk (1981) tem a ver com uma interacção entre o texto e o contexto sociocultural. Segundo este autor, as situações sociais, as categorias de participantes e as regras, normas e convenções a observar nestas situações definem, em conjunto, quem pode ou deve dizer o quê, em que momento e de que maneira. A nossa comunicação textual com as instituições é assim regulada mediante normas estritas.

Estes instrumentos teóricos irão permitir-nos encarar a análise dos textos de forma mais segura e escolher o método que seja mais adequado aos propósitos que pretendemos atingir. O primeiro passo, sem dúvida, é a leitura dos textos. É preciso notar, segundo escreve Reis (1981:30), que as diversas leituras a que pode submeter-se um texto literário são os diversos caminhos que podem ser percorridos pelo crítico ou analista, no sentido de fazer sobressair, de modo disciplinado, as potencialidades que, no âmbito de estudos privilegiados, esse texto faculte.

CAPÍTULO III

3. APRESENTAÇÃO DO CORPUS

O nosso corpus é constituído por 4 textos, sendo todos eles relatórios. Estão assim distribuídos por autores:

- Joaquim Carlos Paiva d'Andrade, Major de Estado-Maior de Artilharia. Este texto será doravante designado de **REL1**. Tem como título **RELATÓRIO**, contendo 8 páginas. Foi produzido a 27

de Outubro de 1887 em Lourenço Marques e publicado no B.O. Nº 1, de 7 de Janeiro de 1888.

- Joaquim Barbosa Lopes Lobo, Capitão-Mór. Doravante **REL2**. Tem como título "Capitania-Mór das Terras Firmes - **RELATÓRIO**", contendo 4 páginas. Foi produzido a 14 de Outubro de 1888 em Ampapa e publicado no B.O. Nº 44 , de 3 de Novembro de 1888.

- José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, Residente-Chefe. Doravante **REL3**. Tem como título "Terras de Gaza - **RELATÓRIO** do Residente-Chefe...", contendo 5 páginas. Foi produzido em Mossurize a 31 de Dezembro de 1887 e publicado no B.O. Nº 6, de 11 de Fevereiro de 1888.

- Claudio Augusto Carneiro de Souza e Faro, Tenente-Coronel Inspector das obras públicas em África. Doravante **REL4**. Tem como título **RELATÓRIO**, contendo 7 páginas. A sua produção ocorreu na Ilha de Moçambique a 25 de Fevereiro de 1888 e foi publicado no B.O. Nº 9, de 3 de Março de 1888.

Os textos que recolhemos do "Boletim Oficial", em número de 4, são os que, na nossa óptica, apresentam mais elementos de análise. De referir que dois dos relatórios, nomeadamente o **REL1** e o **REL2** fazem referência a campanhas militares e os outros (o **REL3** e o **REL4**) a caracterização da terra, num caso, e das impressões colhidas na sequência de uma vivência mais ou menos prolongada no seio de uma corte africana, noutro caso. A escolha destes textos teve como base o facto de apresentarem mais ou menos a mesma forma (são todos relatórios), mais ou menos o mesmo

conteúdo e contribuirem para perceber os mecanismos usados para representar a alteridade.

3.1. O Elemento "ESPAÇO"

A construção do elemento "espaço" nos textos do nosso corpus faz-se principalmente pelo uso de lexemas toponímicos. O que ocorre, na verdade, é a representação do espaço através de signos generalizantes que fornecem ao destinatário uma espécie de ícone que lhe permita imaginar um local, um espaço, uma fração da realidade espacial em que as representações das figuras humanas, as entidades predicáticas, se movimentam ou a que se referem. A leitura dos textos do nosso corpus permite descortinar a intenção do autor/narrador de indicar ao destinatário, através de signos que delimitam ou indicam os mínimos lugares, os espaços pontuais e localizáveis, uma configuração espacial mais específica e determinada que lhe permita identificar com maior precisão lugares, recantos e posições físicas que possibilitam imaginar todo o cenário envolvente de uma atmosfera. Os signos de que falamos atrás são, para o nosso caso, lexemas de identidade imediata, isto é, lexemas que se referem a algo com existência verificável, decifrável. É assim que encontramos amiúde a indicação do espaço por meio de referência a nomes de rios e aringas, vilas e povoados e também de pontos geográficos específicos (há aqui uma predominância do uso da toponímia relativamente a outras formas de localização espacial).

O "efeito de real" conferido ao discurso pela referência aos espaços físicos, aliado ao traço das entidades predicáticas, permite a visualização do palco onde se jogam emoções, simbolizações ou acontecimentos (Laranjeira, 1995:373), e a

importância que isso tem para o nosso caso é que a partir de um conhecimento intrínseco do real, do concreto, a entidade que tinha esse dever poderia avaliar positivamente a situação de tal modo que quaisquer planos futuros sobre o espaço em causa fossem feitos com um conhecimento muito próximo do real. Tomemos, apenas como exemplo, um trecho do REL1:

"Ao sul do Zambeze e ao poente do Luenha o paiz comprehendido por uma grande extensão entre estes dois rios e o Mazoe, estava ocupado por gente do Bonga, que n'elle tinha construido a aringa do pondoro Caterusa, com grande atrevimento, mesmo na vizinhança da villa de Tete..." [p. 10].

Os elementos sublinhados dizem respeito ao espaço onde decorreu a campanha militar narrada neste texto. É fácil distinguir os principais elementos componentes desse espaço que eram os rios e as aringas.

Além dos topónimos, é visível um esforço para facilitar o trabalho de localização espacial com base em pontos cardinais (sul, poente ...), acidentes geográficos (baía), etc.

Para além destes elementos de construção espacial, o próprio espaço é apresentado como sendo uma terra generosa, com potencialidades que não eram de desprezar. O relatório sobre a corte de Gaza [REL3], por exemplo, põe em destaque o facto de nas terras de Gungunhane haver produção de milho fino e grosso, meixoeira, feijão, jugo, batata-doce, mandioca, abóbora e algum arroz. Destaca também a caça intensiva do elefante para extracção do marfim, o que fez com que tal riqueza começasse a rarear e o Gungunhana se apropriasse do pouco que era conseguido. E fala também da borracha que se extraia para exportação no território compreendido entre Lourenço Marques até Sofala.

Merecem referência no relatório sobre as terras de Gaza o facto de haver muito gado bovino. Ex: REL3, de 11/02/1888, página 85.¹

Certas porções do território são apresentadas como tendo a capacidade de produzir tudo quanto se produz na Europa....²

As descrições feitas por Claudino Augusto Carneiro de Souza e Faro sobre a baía de Tungue são produzidas de forma a convencer o destinatário da imperiosa necessidade de se avançar para a ocupação efectiva daquele território perante a hipotética ameaça árabe vinda de Zanzibar, não se coibindo o autor de emitir as suas próprias opiniões. Igualmente aqui, a terra é apresentada como próspera desde que se aplicassem os meios adequados necessários a essa prosperidade. O exemplo do REL4, é elucidativo.³

Aqui é visível um esforço para convencer as autoridades a investirem nessa terra e propiciarem o florescimento do comércio legal. Como subsídio desse esforço, é apresentado um conjunto de culturas que são cultivadas com recurso a métodos muito rudimentares, sinónimo do atraso da região. Compara-se, por exemplo, o facto de na Índia se dar 99 utilidades ao coqueiro

¹ REL3, Página 85: "Abunda este território em gado bovino, mas com poucas exceções, só é possuído pelo régulo, seus parentes e alguns grandes. (...). O Gungunhana tem gado em diferentes pontos, sendo os principais curraes: no Bilene, Save próximo a Chiloane, e dividido por grande porção de povoações em volta da povoação principal".

² REL3, Página 85: "Os terrenos que mais se prestam, tanto para a produção de tudo o que se dá na Europa como para a colização, são os compreendidos entre os rios Save e Púngoe, de seis dias de caminho do litoral para o interior (...). Os terrenos junto à costa produzem trigo, e disem os habitantes de Sofala, que já em tempo houve esta cultura, sendo o trigo de muito boa qualidade".

³ Página 150, REL4: "A agricultura podia ser ali um excelente manancial de riqueza e prosperidade, se os seus habitantes soubessem aproveitar os terrenos apropriados às diversas culturas, os quais responderiam com a fecundidade aos seus esforços bem dirigidos".

enquanto por cá tais utilidades ou eram desconhecidas ou as plantas eram sub-aproveitadas. Nada como isto para constituir um veemente apelo para que se prestasse mais atenção aquela região. Conhecidas as necessidades e os recursos da região, o que seria de esperar de quem tinha esse dever era uma reacção positiva no sentido de resposta ao apelo.

No nosso corpus não faltam referências, implícitas ou explícitas, ao facto de a terra ser exuberante. Esta é uma retórica que remonta dos primeiros cronistas dos descobrimentos, que falavam num pretenso "paraíso terrestre". De acordo com Ferronha na obra **O CONFRONTO DO OLHAR** (1991), até ao séc. XV a maioria dos mapas geográficos situa o paraíso terrestre no Oriente (esta formulação tem origem no Gênesis) mas outros, de origem pagã, situam-no no Ocidente. Os mitos africanos sobre a época paradisiaca são resumidos assim por Bauman: "nesse tempo, os homens não conheciam a morte; compreendiam a linguagem dos animais e viviam em paz com eles; não trabalhavam e encontravam ao alcance das suas mãos uma alimentação abundante". (Ferronha 1991:143-144).

O tópico da exuberância da terra é aflorado tanto no REL3 que se debruça sobre as terras de Gungunhana como no REL4. No REL3, por exemplo, a abundância de gado é referida em termos que não deixam margem para dúvidas quanto a esse facto.⁴

E sobre a terra e a flora, as referências também são esclarecedoras. O exemplo mais adequado pode ser encontrado no REL4, página 148.⁵

⁴ Ex: Página 85, REL3 "Os povos do litoral, com especialidade os que ficavam entre o Save e o Buze, possuíam grande quantidade de gado bovino, lanígero e cabrum (...). A abundância de gado era tal, que vendiam uma vacca por uma peça de fasenda de 4 braças e um boi por duas braças".

⁵ Ex: "Mais a montante, a arborização apresenta-se mais vistosa e variada, intermeiada de palmeiras de diversas espécies, de mangueiras e outras árvores de fruto".

Nos nossos textos, também é visível a construção da imagem típica da abundância, característica do paraíso. A página 150 do REL4 é disso elucidativa.⁶ No exemplo desta página, está patente, mais uma vez, o tópico da fertilidade da terra que propiciaria um grande desenvolvimento, que só não estava tendo lugar devido ao facto dos seus ocupantes (os Africanos) não saberem aproveitá-la adequadamente. Para além disso, esta questão é de algum modo co-relacionada com a preguiça do preto. Veja-se o exemplo de um trecho do REL3:

Ex: página 85:

"O preto natural d'este paiz, é indolente e preguiçoso. Só trabalha obrigando-o".

Partindo do princípio de que ninguém pode viver sem se alimentar, então se o preto cultivava a ociosidade, a indolência e a preguiça é porque tinha ao seu alcance comida abundante, que não precisava de cultivar. Assim se solidificou ao longo dos anos esta concepção da preguiça do preto, que é também um dos marcos negativos da representação do Outro, em particular do NEGRO.

3.2. AS PERSONAGENS

A descrição das personagens concretiza-se particularmente através de lexemas adjetivais. Assim, podemos agrupar os termos com que são caracterizadas as personagens do seguinte modo:

⁶ Ex: "A agricultura podia ser ali um excellente manancial de riqueza e prosperidade, se os seus habitantes soubessem aproveitar os terrenos apropriados às diversas culturas, os quaes responderiam com a fecundidade aos seus esforços bem dirigidos".

Personagens	Termos de descrição	Texto
Africanos-Negros	rebeldes, inimigos, desertores, cafreais, facínoras, ladrões, salteadores, perigosos, ociosos criminosos, infames, insensatos nómadas, sanguinários, pretos, assassinos, indolentes, terroristas, traiçoeiros, preguiçosos, inteligentes, educáveis, guerreiros.	REL1
		REL2
		REL3
Europeus	valentes, leais, honrados, corajosos, briosos, gloriosos, valorosos, enérgicos, bravos, prodigiosos, civilizadores.	REL1
		REL2
		REL3

As personagens dos nossos textos, particularmente o REL1 e o REL2, que são mais profícuos na referência que fazem às personagens, estão divididos em dois campos diametralmente opostos. Por um lado estão os portugueses (oficiais, sargentos e praças, mas em número diminuto), os capitães-mores e os cypaes. Do outro lado estão os chefes africanos que ainda não tinham sido submetidos à coroa portuguesa. Por vezes se faz uma pequena referência aos civis mas somente para os apresentar como vítimas da sanha sanguinária dos chefes africanos. Isso é visível tanto no REL1 como no REL2.

É por meio destes termos que os europeus descreviam os Africanos. Mas será que essa descrição correspondia mesmo à realidade? Para tentarmos encontrar uma saída para esta problemática, será importante analisar o modo como o autor/narrador captava a realidade que depois descrevia no texto. Não nos parece que a base dessa percepção fosse apenas o mundo físico. De acordo com Kosik (1977:29), "o mundo físico como modo tematizado de conhecer a realidade física, é apenas uma das possíveis imagens do mundo que exprimem determinadas

propriedades essenciais e aspectos da realidade objectiva. E a apreensão da realidade, do objecto, faz-se sempre no horizonte de um determinado todo. Assim, cada objecto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo".

Esta reflexão pode, em certo sentido, explicar o facto de, mesmo nos finais do séc. XIX, segundo a leitura dos textos deixa perceber, conceber-se o tal todo em termos da globalidade das sociedades não europeias, e que as variações que se verificassem, por exemplo, entre as sociedades autóctones da América e da África se devessem simplesmente a factores que não diluiam o seu estatuto comum de sociedades "selvagens", possuidoras de usos e costumes mais ou menos semelhantes. Assim, a concepção da realidade africana pode ter sido também determinada pelo conhecimento, como reprodução intelectual da realidade, de outros quadros vivenciais congêneres a este. E aqui é mais do que evidente a dimensão psicológica do tal conhecimento da realidade como trampolim para a percepção e captação do "Outro" e da sua psique pelo ego.

Partindo do princípio, portanto, de que as viagens de descobrimentos já haviam iniciado antes do momento de produção dos textos que constituem o nosso corpus, parece-nos natural que desde então se tenha acumulado algum saber sobre o comportamento e o modo de ser dos povos que os descobridores designavam de "primitivos", e não espanta que tal saber tenha sido utilizado para tentar "visualizar" o indígena africano, extrapolando em determinadas ocasiões constatações de um meio para o outro.

A descrição das personagens do nosso corpus cumpre um papel óbvio de estigmatização do Africano-Negro, enquanto por outro lado procura apresentar os que estavam do lado da coroa (particularmente os europeus) envoltos numa aura naturalmente

oposta àquela dos Africanos, adicionado a um esforço para legitimar as suas acções em defesa da coroa portuguesa.

3.3. O TEMPO

Há a assinalar, em primeiro lugar, que os textos do nosso corpus têm como escopo o período que vai de Outubro de 1887 a Outubro de 1888. Assim, qualquer referência ao tempo abrange necessariamente este período.

Ex: "Esta força desembarcou nas praias de Mossuril em 27 de Agosto findo pelas 8 horas (a.m.) onde permaneceu, retirando nós todos depois para Natule por haver ali uma fortificação passageira que garantia à columna de operações a segurança necessária à demora que ainda devia existir". B.O. nº 44, de 3/11/1888, página 661.

As referências ao elemento **TEMPO** são mais do que precisas e indicam a rigidez com que este tipo de textos eram produzidos, de modo que nenhum pormenor escapasse ao olhar prescrutante do autor.

Este procedimento ganha a sua importância no facto de permitir uma conexão entre a escrita e a leitura, de tal forma que o destinatário, mercê do jogo de precisão que é característico da descrição do elemento **TEMPO** no nosso corpus, consegue fazer uma distinção muito clara entre o tempo real referido pelo texto e o tempo do discurso que é produzido pelo universo textual. A relação que se estabelece aqui entre a escrita e a leitura é de complementaridade, visto que sem leitura não há concretização da escrita. O destinatário, ao ler um texto dotado de todos os traços que permitem estabelecer conexões com a realidade (e aqui se inclui o tempo), senão mesmo tomar o universo textual como sinónimo da própria realidade, fica com uma imagem mais "realística" das referências existentes no universo textual.

3.4. A TEMÁTICA

Como foi referido anteriormente, a temática que os textos do nosso corpus apresenta versa principalmente o processo de "pacificação" e ocupação do país, e esse tema é mais facilmente aflorado com a leitura dos textos na sua globalidade.

Directamente relacionado com este tema, encontramos um verdadeiro manancial descriptivo a partir do qual o leitor fica com uma ideia sobre o pensamento dos europeus, isto é, a sua visão sobre o modo de vida, o comportamento e os hábitos e costumes dos Africanos. Estes subtemas, assim os podemos considerar, juntamente com o tema principal, constroem um universo objectivo onde a terra e os homens são os principais protagonistas e ao mesmo tempo o objecto desse empreendimento que era a conquista colonial. Portanto, não se pode falar propriamente de um único motivo temático já que, intencional ou accidentalmente, mas por aquele do que por este motivo, os autores acabam se referindo a vários aspectos da vida dos Africanos e também das campanhas militares que visavam "pacificá-los" e submetê-los à fé cristã. A intencionalidade aqui referida tem muito a ver com a necessidade que então existia de descrever o mais minuciosamente possível todos os aspectos que de alguma forma contribuissem para um conhecimento cada vez mais aprofundado da terra e dos homens que os europeus iam subjugar e colonizar.

3.5. OS ELEMENTOS DESCRIPTIVOS

Os elementos descriptivos são mais evidentes em REL3 e REL4, textos que se debruçam não propriamente sobre as campanhas

militares mas sobre a vida na corte de Gungunhana e as impressões de uma viagem de exploração do autor do REL4, assunto que voltaremos a tratar.

As descrições e narrações contidas nos textos constroem uma polaridade entre o narrador e o mundo objectivo, apesar de em certas passagens o narrador fazer as suas próprias reflexões e juizos de valor sobre os factos que está a narrar. É nesses momentos que fica patente a natureza ideológica do seu discurso, virado para a estigmatização de determinadas personagens (particularmente os negros), que são, afinal, as personagens-chave de todo o conjunto de situações que são narradas nos textos.

Mostra-se pertinente fazer referência ao facto de os textos do nosso corpus fazerem parte da designada "parte oficial" do B.O.. Essa particularidade demonstra que, ao serem publicados sob a chancela oficial, vem, mais uma vez, levar-nos à percepção do seu papel de relatores das vicissitudes do próprio processo de ocupação colonial bem como da sua contribuição "oficial" para a cristalização das ideias que os primeiros cronistas dos "descobrimentos" fizeram circular sobre os povos negros e a sua terra.

Esta maneira de ver o texto, tomado no contexto da situação histórica específica em que foi produzido, põe de lado o postulado de que a língua (com que o texto é produzido) deve ser pensada em termos da sua neutralidade ideológica porque esta desaparece pois, ao obrigar a um aprofundamento da História, a Linguística "inaugura o campo novo da semântica histórica como busca do sentido através da linguagem" (Dupront, A. cit. de Régine Robin 1973:78). Todo o texto, portanto, é portador de uma

ordem no mundo que lhe é específica, de uma ordem a ser decifrada.

É preciso não perder de vista também que o corpus do nosso trabalho emana de autores engajados em meios sociais precisos, têm um contexto, no duplo sentido do termo: contexto intra-textual, em primeiro lugar sintagmático, pelo qual a palavra faz sentido, e contexto extra-textual, em seguida, que funda o funcionamento social do sentido (Robin, 1973:78).

CAPÍTULO IV

4. EM TORNO DO CORPUS TEXTUAL

Para tentarmos compreender a análise que será feita em torno do corpus, importa que nos debrucemos primeiro sobre as primeiras imagens que os primeiros contactos entre europeus e Africanos proporcionaram aos autores dos vários textos existentes sobre esta matéria.

O EU E O OUTRO

Que imagem tinham os europeus, nomeadamente os portugueses, sobre o Africano antes dos contactos? José da Silva Horta, na obra *O Confronto do Olhar*, escreve que "a imagem anterior permite avaliar o peso dos referentes culturais dos viajantes, nos seus primeiros olhares sobre o Africano, os quais constituem-se como um 'código' de que fazem parte classificações várias, estereótipos, lugares-comuns e valores (...). Portanto, os

povos extra-europeus se valorizam ou desvalorizam com base neste código referencial, na imagem que deles se constrói, se aproximam ou se afastam do padrão que o Ocidente cristão para si mesmo definiu e de que não abdica. O Negro, e o Africano em geral, não obstante as características próprias da sua imagem, é assim um dos alvos dessa atitude profundamente etnocêntrica" (Horta, 1991: 43-44). No entanto, extrapolando estas reflexões para o caso dos textos do nosso corpus, tal como também Horta verificou nos textos que estudou, notamos que "o peso do código referencial faz-se sentir na representação do Outro, mas vai sofrendo, progressivamente, as modificações e adequações resultantes do confronto com o real".

Como se pode depreender, houve uma espécie de categorização do Outro anterior aos contactos. Ferronha (1997:134) cita G. Cocchiara como tendo escrito que "antes de ser descoberto, o "selvagem" foi primeiro inventado".⁷ Essas categorias são actualizadas, isto é, são confirmadas ou não, com o início dos contactos e para os finais do séc. XIX, que é o período coberto pelos textos do nosso corpus, tal conhecimento é reutilizado, explícita ou implicitamente, para representar os povos que à luz de determinados códigos - a alimentação, o vestuário, a habitação, os meios de defesa, a organização social, etc - se considera estarem no limiar Homem/Animal, entre a racionalidade e a bestialidade. É assim que podemos considerar os autores dos nossos textos sob o prisma de um conhecimento antecipado, mesmo que não correspondente à realidade, sobre os povos com que foram entrando em contacto. Afinal, outros lhes tinham precedido e, digamos, haviam desbravado o caminho para os que lhes foram sucedendo.

⁷ Citado por Mircea Eliade, **MITOS, SONHOS E MISTÉRIOS**, p. 29.

Portanto, um certo conhecimento sobre o Outro já existia e podemos desde já afirmar que os textos do nosso corpus e seus autores falam de um espaço e de gentes que não lhes eram de todo desconhecidos. O reencontro que ocorre permite-lhes confirmar certos dados, deixar de lado outros mas, mais importante ainda, tomar consciência da existência, de facto, do Outro pelo contacto directo com ele.

A mensagem textual que os textos do nosso corpus veiculam pode ser analisada e interpretada sob uma perspectiva literária, sabido que é que a sua concretização se fará por meio de leitura e a leitura, sendo um processo de descodificação do texto escrito, vai proporcionar um enriquecimento semântico ao texto que é concretizado.

Hernani Cidade, na sua obra intitulada *A Literatura Portuguesa E A Expansão Ultramarina*, de 1943, refere o facto de muitos escritores dos descobrimentos terem tentado justificar e defender a expansão portuguesa com a invocação de Deus, que neste caso aprovaria os descobrimentos e as conquistas. As violências resultantes desse processo estariam assim desculpadas pelos objectivos religiosos que transcendiam os egoismos desencadeados. Cidade aponta Zurara como um bom exemplo desse tipo de escritores, pois afirma que este fez modificações e embelezamentos à realidade histórica para que mais eficiente fosse a lição moral a tirar dos seus escritos. Idêntica intenção pode ser verificada nos autores dos relatórios do nosso corpus. De acordo com Cidade, cumpria erguer um herói modelar, todo consagrado ao serviço de Deus (...), que buscasse sempre melhoria por que sua honra seja acrescentada entre os feitos dos nobres, assim na terra como fora dela". E acima deste

ideal, segundo ainda Cidade, alto mas ainda humano, põe Zurara a finalidade a que se ordena e o sagra - o serviço de Deus na terra, que incumbe a cristãos submeter-lhe toda".

Este tipo de arrazoado foi o que levou a uma espécie de justificação religiosa para a conquista, e à convicção da classe dirigente portuguesa, na esfera temporal como espiritual, da superioridade do seu direito de cristãos e da certeza de que Deus protegeria a força, que não lhes faltava, para efectuar o plano de conquista.

Um exemplo elucidativo é o que se pode encontrar no REL3, página 87, onde a dimensão espiritual/religiosa da conquista é colocada em relevo.⁸

A família africana é, neste âmbito, considerada um factor negativo na educação das crianças sob o ponto de vista do europeu, de tal sorte que o afastamento das crianças do convívio familiar é considerado condição essencial para fazê-las transitar da dimensão das crenças, hábitos, usos e costumes do seu meio para a dimensão considerada mais consentânea com o viver sensato que era a conversão aos costumes e religião cristãs.

É este o contexto geral sob o qual devem ser vistos os textos que compõem o nosso corpus, cuidando no sentido de não nos esquecermos do facto de nos estarmos a debruçar sobre um corpus textual produzido nos finais do séc. XIX.

⁸ Ex: Página 87.REL3: "(...); É preciso preparar-lhes (os pretos) o espírito e despol-los a receberem a nossa religião, que elles só comprehenderão depois d'uma educação bem dirigida d'esde creanças, tirando-os do convívio das famílias. É assim que eu entendo a educação do preto, e d'outra forma nada se conseguir de profícuo".

4.1.A DIMENSAO ANALÍTICO/INTERPRETATIVA DOS TEXTOS

De acordo com Reis (1981:39), ao se analisar um texto "deve-se tomar uma posição racional e uma atitude objectivamente científica em que os elementos textuais devem predominar sobre a subjectividade do sujeito receptor" e, considerando o texto (literário) um todo de variável extensão, Reis preconiza "a análise como uma atitude descritiva que assume individualmente cada uma das partes do texto, tentando descortinar depois as relações que entre essas distintas partes se estabelecem".

A análise de um texto implica um prévio processo de leitura para conhecimento das linhas de orientação do próprio texto. Essa leitura permitiu-nos constatar os seguintes aspectos:

4.1.1. O DESTINATÁRIO

Um aspecto a destacar da leitura dos textos é a existência de um destinatário específico do texto. O destinatário aqui não é uma personagem de um universo ficcional criado pelo próprio texto mas uma pessoa real ocupando um cargo público, normalmente superior ao do autor. É, portanto, a este superior que o texto é dirigido. O sujeito a quem o texto é dirigido recebe um tratamento formal, consubstanciado pelo uso de termos de reverência como Illmo, Exmo e V. Excia.

Pela leitura dos textos, depreende-se que os relatórios eram geralmente dirigidos ao sr. Conselheiro Governador-Geral da Província de Moçambique ou, na ausência deste, ao Secretário do Governo-Geral.

Este aspecto reveste-se de uma importância particular na medida em que, ao construir o texto para um destinatário

específico, real, o autor fá-lo dentro de determinados parâmetros, seja para conquistar a simpatia do destinatário (e quem sabe a partir daí tirar vantagens) seja para atender aos objectivos a que a produção deste tipo de textos conduzia. Também não é de desprezar o facto de o autor seleccionar para a construção do texto material linguístico mais elaborado, para além de procurar retratar apenas o essencial mas com grande riqueza de pormenores, abstendo-se de tecer considerações pessoais. Assim o exige um texto como o relatório mas para o nosso caso temos várias passagens dos textos onde a opinião do autor/narrador está explícita. No entanto, esse facto não dilui os propósitos primários da construção textual que são de fazer um retrato o mais fiel possível à realidade. Ademais, quem escrevia sabia que a expectativa do leitor/destinatário requeria o cumprimento das convenções e normas que presidiam à produção dos relatórios, e provavelmente, para obter crédito junto dos seus superiores, podia ser tentado a escrever aquilo que eles queriam ler.

4.1.2. O NARRADOR

Para efeitos do nosso trabalho, vamos partilhar do princípio de que aquele que enuncia um relatório é um "Relator". Desta forma, a categoria de "Relator" pode ser equiparada, para o nosso caso, com a de Narrador, pois ambos desempenham as mesmas funções a nível do universo textual.

Em primeiro lugar, há que fazer distinção entre Narrador (Relator) e Autor. Segundo Reis & Lopes (1990:249), se o Autor corresponde a uma entidade real e empírica, o Narrador deve ser entendido fundamentalmente como o autor textual, entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso como protagonista da comunicação narrativa. Entretanto, o

nosso corpus, sendo constituído por textos não propriamente ficcionais apesar de conterem alguns dos seus elementos (resultantes, possivelmente, da fantasia do autor textual ou da tentativa de colocar em relevo algum aspecto particular), tem a particularidade de os relatores/narradores serem os autores reais e empíricos dos textos. Neste plano, portanto, autor e narrador confundem-se. Assim, o narrador projecta as atitudes ideológicas, culturais etc do autor, mesmo que para isso use estratégias ajustadas à representação artística dessas atitudes.

Pela leitura dos textos do nosso corpus, foi possível constatar que os narradores têm um carácter **Homodiegético**. Segundo a terminologia proposta por Genette (1972:252 ss) citado por Reis, **Narrador Homodiegético** é a entidade que veicula informações advindas da sua própria experiência diegética, isto é, tendo vivido a história como personagem, o narrador retirou daí informações de que carece para construir o seu relato, assim se distinguindo do narrador heterodiegético. Tem também a particularidade, que o distingue do narrador heterodiegético, de ter participado na história não como protagonista mas como figura cujo destaque pode ir da posição de simples testemunha imparcial a personagem secundária estreitamente solidária com a central. Algumas passagens do Relatório do Major Joaquim Carlos Paiva d'Andrade (o REL1) corroboram esta constatação.⁹

O emprego que nessas passagens se faz da 1^a pessoa do singular, que é uma das principais características do narrador homodiegético, prova que o autor/narrador participa da história. Cremos que há uma explicação plausível para este facto. Merecem mais confiança relatos feitos na 1^a pessoa pelo próprio sujeito que participou da história, do que relatos em 2^a mão.

⁹ Ex: página 9:

"Em primeiro lugar [...], (eu) direi como em torno d'elle estavam dispostas as nossas forças, depois dos trabalhos preparatórios que tiveram lugar no mês de maio (...)".

O REL3, versando sobre as Terras de Gaza, tem um carácter algo diferente se comparado com o REL1. Este tem mais características descritivas e também elementos de caracterização que nos remetem para a questão da construção da imagem do Africano e do moçambicano autóctone em particular (o negro, diga-se de passagem). Não centrando em si o protagonismo da acção, o narrador homodiegético limita-se a descrever as suas constatações a respeito daquilo que viu nas suas viagens e na sua convivência com a corte de Gungunhana.

O REL4 também segue uma linha idêntica à do REL3, caracterizando-se, porém, por uma descrição sucinta da terra vistoriada por parte do autor, e fazendo inclusive algumas recomendações sobre os locais mais estratégicos para implantação de colonatos e feitorias militares. O trecho da página 146 é disso esclarecedor.¹⁰

A este exemplo vem se juntar o seguinte, que nos mostra como um plano de ocupação e estabelecimento podia começar com uma simples visita de prospecção.¹¹

Os exemplos aqui apresentados mostram que o propósito de ocupação do território era o que guiava quaisquer projectos iniciais que visassesem algum investimento no território, fosse em infra-estruturas fosse em meios humanos.

¹⁰ Ex: "Sob o ponto de vista estratégico, também não se recommenda aquele local (Palma, N.A.) por ser dominado pelas terras vizinhas mais altas que devem ser consideradas como pontos perigosos, conforme a designação usada em fortificações, dos quaes não será fácil desafiar".

¹¹ Ex:REL4, Página 146: "Se de há muito indiscutível a necessidade de um pharol no Cabo Delgado, (...) é claro que depois da conquista realizada pelas armas (...) a imediata collocação do pharol impõe-se como uma necessidade inadiável, pois sem dúvida é a nossa affirmação de poder, e para a navegação e commércio uma das primeiras vantagens da nossa benéfica occupação".

Por fim, é preciso anotar que o REL2 destaca-se pela forma como narra os acontecimentos que tiveram lugar aquando das campanhas militares portuguesas contra os Namaraes, descrevendo minuciosamente as dificuldades que os militares portugueses e seus auxiliares africanos enfrentaram para levar de vencida a resistência dos grupos rebeldes que ainda resistiam à presença colonial.

A análise atenta do nosso corpus, principalmente daqueles textos que têm o seu enfoque sobre as campanhas militares, permite reconhecer neles "unidades narrativas organizadas em ciclos que são reconhecíveis dado o seu carácter de blocos semanticamente coesos e unidos por uma relação de solidariedade" (Reis 1990: 357). Estamos a falar de **SEQUÊNCIAS**. Assim, parece lícito e corresponder ao quadro desenhado pelas narrativas do nosso corpus tomar o conceito de **SEQUÊNCIA**, de Claude Bremond, que preconiza a existência de três fases do desenrolar de qualquer processo: virtualidade, actualização e acabamento, que correspondem, nomeadamente a, por exemplo, missão a cumprir, realização da missão e missão cumprida (ou, alternativamente, missão não cumprida). A seguir vamos ver como estes conceitos se aplicam para o nosso corpus:

Autor do Texto	Virtualidade	Actualização	Acabamento
Joaquim Carlos Paiva d'Andrade (REL1)	Tomar de assalto a aringa de Bonga e acabar com o seu reinado	Reunidas as necessárias forças, foram atacadas primeiro as aringas dependentes ou aliadas a Bonga e por fim a aringa principal.	Bonga foi derrotado e a autoridade portuguesa foi restabelecida (missão cumprida)
Joaquim Barbosa Lopes Lobo (REL2)	Atacar e derrotar os salteadores Namarraes	Imensas dificuldades para reunir forças para esta operação	A operação não foi realizada, tendo sido adiada para momento oportuno (missão não cumprida)

O nosso corpus é constituído por 4 textos, um dos quais se debruça sobre a terra (o REL4) e o outro sobre os Homens (o REL3). Os outros dois textos, apesar de focarem mais as campanhas militares, não deixam de fazer referência à imagem, reproduzida pelo narrador, que os colonos tinham sobre os Africanos. É considerando estes aspectos todos que nos vamos inteirar agora sobre a maneira como a sensibilidade do ocupante europeu apreendia a maneira de ser e de estar dos Africanos. A linguagem funcionou como veículo de exposição dessa imagem dos Africanos.

4.1.3. O HOMEM

Como ficou anteriormente demonstrado, quando os europeus aportaram a África já com o intuito de proceder à colonização,

traziam já alguma ideia sobre como era a terra e as gentes que iam encontrar no continente, fruto dos contactos feitos pelos primeiros europeus que chegaram a África é que deixaram as suas memórias registadas em crónicas. Foi também, em certa medida, com base nesses conhecimentos que se formaram juízos de valor com os quais eram avaliados os modos de ser, de estar e o próprio comportamento do chamado "selvagem". Este tipo de avaliação pode ser integrado naquilo a que Reis designa de **Registos de Discurso**, sendo o seu valor aqui mais de carácter **avaliativo**. Portanto, estamos aqui perante um discurso avaliativo, instrumento privilegiado da subjectividade.

O **ADJECTIVO** é a forma mais explícita de manifestação do discurso avaliativo, embora, segundo ainda Reis & Lopes (1990:342), certos substantivos, verbos e advérbios possam igualmente veicular uma ideia de apreciação ou um juízo de valor do locutor. É na esteira destas reflexões que podemos falar da **REPRESENTAÇÃO**, que não é mais do que "a relação de interdependência entre o representante e o representado, de tal modo que o primeiro constitui uma entidade mediadora capaz de concretizar uma solução discursiva que, no plano da expressão artística, se afirme como substituto do segundo que, entretanto, continua ausente" (idem:346). Assim, a principal forma de representação do Africano nos nossos textos está pejada de elementos qualificativos, concretizada através do uso intenso da adjectivação.

Vejamos, em primeiro lugar, como o sistema de representação foi usado por Joaquim Carlos Paiva d'Andrade no REL1:

Sobre os autóctones:

Invariavelmente, **PRETO** era o adjetivo mais usado quando se queria fazer referência ao natural do país (*autóctone*). Neste texto, a aplicação de tal expressão ocorre, dentre outros

trechos, na página 12,¹² e pode ser encontrada também na página 14.¹³

Sobre os autóctones, José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, autor do REL3, também não foge muito do esquema de classificação de Paiva d'Andrade. Isso é visível tanto na página 86¹⁴ como na página 87¹⁵ do REL3.

Este tipo de caracterização tem origem mesmo na época dos primeiros contactos dos portugueses com os Africanos-Negros. A cor negra contribuiu sobremaneira para a construção de uma imagem negativa dos Africanos. De acordo com o que Horta varificou na obra *O Confronto do Olhar*, várias são as associações que os primeiros cronistas fizeram com a cor negra. Assim, o enegrecimento da pele simbolizava:

- morte
- aproximação da morte
- tristeza e sofrimento ligados à morte
- desgraça
- maldade
- pecado
- diabo.

Estes e outros valores negativos associados à cor negra feitos pelos primeiros cronistas dos chamados "descobrimentos" ajudaram a construir a primeira imagem, que em algumas formas persiste até hoje, do Africano. O termo NEGRO, usado para qualificar o

¹² Ex: "Houve porém algum atraso na reunião d'esta força, porque é muito difícil fazer compreender a milhares de pretos a importância de uma data precisamente fixada com muitos dias de antecedência, (...)".

¹³ (...) É preceito entre os pretos a absoluta abstenção de comunicação com mulheres durante toda a campanha (...).

¹⁴ "Não sei em que se tem fundado alguns escriptores para afirmarem que o preto não é susceptível de educação e que não é intelligente".

¹⁵ Ex: "A educação do preto não consiste só em ensinal-o a ler e a escrever, e as raparigas a costurar (...)".

Africano, sofreu uma evolução ao longo do tempo e nos textos do nosso corpus encontramos já uma referência ao Africano como PRETO, sinónimo de negro mas com um valor pejorativo mais acentuado.

A caracterização do Africano como PRETO remete para aquele conjunto de imagens negativas a que a cor está associada e, por inerência, o próprio indivíduo.

Para a análise dos nossos dados, importa que nos debrucemos sobre a noção de redes de relações em que se estrutura o campo lexical a que está ligado o PRETO como indivíduo. Régine Robin cita o estudo sobre esta área de J. Dubois, o qual afiança que duas palavras, que tem as mesmas ligações nacionais ou temáticas (associações e oposições) constituem "equivalentes aproximados", substituíveis entre si no texto ou no corpus considerado (Robin 1973:156). O tipo de ligação que interessa para o nosso caso são as relações de associação. Vejamos pois as ligações que PRETO estabelece no corpus:

PRETO	associação	Incapacidade de compreender	¹⁶
-------	------------	-----------------------------	---------------

Este tipo de raciocínio é sustentado por aquilo que podemos designar de lugar-comum típico da imagem do Homem-Bestial (= selvagem): a desordem social, que resulta da ausência de regras, de um poder, de uma jurisdição. Este tipo de afirmação de alguma

¹⁶ O exemplo mais notável ocorre na página 12 do REL1:
"Houve porém algum atraso na reunião d'esta força, porque é muito difícil fazer compreender a milhares de pretos a importância de uma data precisamente fixada com muitos dias de antecedência".

forma vem cristalizar a ideia de contraste deste tipo de sociedade,a sociedade dita "selvagem" extra-europeia,com a ordem,a vida 'racional',humana e assente em leis e uma hierarquização do poder,que era o apanágio das sociedades "civilizadas" europeias.

PRETO

associação

Cafreal

¹⁷

O termo "cafre",do qual deriva "cafreal",é usado aqui no sentido de pessoa perversa,bárbara,ignorante e selvagem.Esta é uma das várias formas de caracterização dos autóctones que serviam para demarcar nitidamente a fronteira entre estes e os europeus.

Para além deste termo,o preto era muitas vezes associado a manifestações que os portugueses,na ausência de alguma forma de explicação que coubesse no seu horizonte de conhecimentos,interpretavam como sendo crenças mágico-religiosas:

PRETO

associação

Crenças Mágico-Religiosas

¹⁸

A explicação para este facto pode ser encontrada no sistema de valores com que qualquer sociedade é regida.Mesmo nas sociedades consideradas muito atrasadas,existe um sistema de valores que tem como função manter a coesão do grupo social,sob

¹⁷ Na mesma página 12 do REL1 encontramos o exemplo:

"Se este capitão-mór tivesse sido encarregado de,por si só,com os recursos cafreias de que dispunha,acabar com a butaca dos Bongas,poderia perfeitamente tel-o feito,preparando convenientemente as cousas para este fim pelo modo que ele entendesse,(...)".

¹⁸ REL1,página 14:

"(...) É preceito entre os pretos a absoluta abstenção de comunicação com mulheres durante toda a campanha (...)".

o risco de a sua inobservância poder originar divisões, desordem social e conflitos. Assim, se os pretos evitavam o contacto com as mulheres durante as campanhas militares, isso podia ter a ver com a necessidade de manter a coesão do grupo e manter afastado dele um elemento potencialmente desestabilizador. Os guerreiros distrair-se-iam das suas principais tarefas e não estariam em condições de dar uma réplica eficaz ao inimigo em caso de combate. Portanto, o grupo social encontrou neste preceito uma forma de manter a ordem e a disciplina entre os guerreiros.

PRETO

associação

Supersticioso

¹⁹

Não raras vezes os usos e costumes dos Africanos eram considerados supersticiosos. Assim, o PRETO Africano era associado à superstição.

Este exemplo também mostra que os Africanos acreditavam nos seus próprios valores e princípios, apesar de estes serem diferentes dos dos europeus. O olhar do europeu consegue enxergar aqui um traço da organização social que existia até no seu próprio meio civilizado: as crenças. Entretanto, o termo "superstição" parece-nos ter sido usado aqui com o intuito de desvalorizar as crenças dos Africanos, pois cremos que não seria visto com bons olhos quem colocasse em paralelo as crenças dos europeus com as dos Africanos. Assim, o que era crença para os europeus era superstição para os Africanos. Aqui está patente, mais uma vez, um discurso de tendência marcadamente negativa relativamente aos Africanos.

¹⁹ O exemplo mais esclarecedor pode ser encontrado no REL2, página 663: "(...) Era mais um contratempo, mas é bem sabido que esta gente tem os seus hábitos particulares, os seus costumes arreigados, as suas superstições pelas quais ordinariamente são dirigidos, e tornavam-se naturaes estes adiantamentos".

PRETO

associação

Temeroso/Medroso

²⁰

O autor do REL2 até preconizava o uso da artilharia Hotchkiss em futuras operações militares em vista do medo que ela infundira aos Africanos, como um poderoso meio de persuasão, de efeito psicológico garantido.

PRETO

associação

Não Educável

PRETO

associação

Não Inteligente

²¹

A associação de PRETO com o facto de não ser educável e de não ser inteligente parece encontrar alguma contestação no REL3 pois o autor, que conviveu de perto com os tais PRETOS, pode constatar que estes eram inteligentes...²²

desmentindo dessa forma a opinião veiculada por certos escritores.²³

Esta constatação remete-nos para um facto interessante: que o discurso pré-existente não é capaz de retratar toda a

²⁰ Ex: REL2, página 13:

"A artilharia Hotchkiss produziu tais estragos (...) e infundiu tal terror espalhado logo pelos sertões (...)".

²¹ Ex: REL3, página 86:

"Não sei em que se tem fundado alguns escriptores para afirmarem que o PRETO não é susceptível de educação e que não é inteligente".

²² Ex: "Os rapazes também têm aproveitado bastante mostrando alguns serem inteligentes".

²³ Ex: "(...) mas o que ninguém me pode contestar são os conhecimentos práticos que tenho adquirido no convívio destes povos, podendo afiançar que são inteligentes e susceptíveis de educação, dependendo apenas dos meios que se adoptem o conseguirmos os fins que desejamos obter".

realidade contactada. Com efeito, parte da realidade não é fielmente retratada no discurso a que o autor teve conhecimento prévio antes de contactar directamente com a realidade física e humana do Outro. Essa realidade veio, em certos aspectos, contrariar o que dela se tinha conhecimento, levando-nos a verificar que nem sempre o discurso pré-existente correspondia à realidade contactada.

O relatório das Terras de Gaza, escrito pelo Residente-Chefe José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, também fornece outros elementos de descrição do PRETO.

PRETO	associação	Indolente
PRETO	associação	Preguiçoso ²⁴

Esta forma de visão do Outro remete-nos para o postulado de que o trabalho é um dos sinais que mostram o grau de civilização de uma sociedade ou de um povo. Portanto, se um povo se mostra averso ao trabalho, significa que ainda não tem desenvolvidas formas de sustento da sua vida que permitam o seu assentamento por longo tempo no mesmo local. O deslocamento teria que ser forçosamente realizado assim que esgotassem as reservas alimentares que a natureza propiciasse. Estariamos, desta forma, perante um povo nómada. Aos olhos dos europeus, o nomadismo seria mais um sinal do atraso e do primitivismo de um povo.

O PRETO também é associado a práticas constantes de guerras:

²⁴ Ex: REL3, página 85:
"O PRETO natural d'este paiz é indolente e preguiçoso. Só trabalha obrigando-o".

VATUA=PRETO

associação

Guerra

²⁵

Este tipo de caracterização reveste de um interesse particular porquanto contribuiu para a solidificação de ideias sobre um pretenso povo não-civilizado porque a guerra seria vista aos olhos dos europeus como sinónimo de desordem, de falta de um poder que disciplinasse as relações inter e intra-tribais e que a matança resultante dessa guerra acentuaria ainda mais o carácter "bárbaro" desses povos. Mais uma vez está aqui aflorado o tópico do Africano como um ser preguiçoso, que vive às custas da generosidade da natureza, e também como um ser violento, que vive se guerreando. Estaremos aqui perante um discurso que pretende justificar ainda mais a necessidade da "pacificação" destes povos para que não se matem uns aos outros e enveredem pelo caminho do bem, convertendo-se ao cristianismo.

Estes são, pois, alguns dos mais importantes elementos de caracterização que permitem fazer uma representação do PRETO sob o ponto de vista dos europeus. Procedemos em algumas ocasiões à condensação de uma unidade sintagmática longa num lexema com o mesmo sentido, o qual ficou associado ao termo PRETO.

Outros tópicos interessantes constatados da leitura do nosso corpus textual tem a ver com um esboço, ainda que embrionário, de como se deviam processar as relações entre as autoridades e os autóctones. Preconizava-se, por exemplo, que a mudança da maneira de viver "pouco sensata" desses povos passava

²⁵ Ex: Idem:

"O Vátua, o chamado de puro sangue Zulu, não se pode contar com elle para coisa alguma que não seja a guerra; não sabem trabalhar e nem se sujeitam ao trabalho manual".

por "...estudar-se o modo de substituir por um sistema mais racional, as necessidades que eles hoje tem; mas de maneira que a família reinante e as nobres

obtenham um certo bem estar para que, em logar de se opporem ao nosso trabalho de civilisação, nos auxiliem: deixando de empregar estes povos em constantes guerras e para que o resto do tempo o não gastem n'uma ociosidade condenável"²⁶. Portanto, o factor ideológico aqui presente demonstra que os colonos tinham consciência de que para lograrem os seus fins teriam que contar com o apoio das chefaturas africanas, e para tal bastava promover o seu bem-estar... É esse tipo de pensamento que deve ter desembocado naquela forma de governação aplicada por certas potências europeias nas suas colónias, a chamada Governação Indirecta.

Obras de interesse público como o sector da Educação também eram planeadas e executadas no interesse do próprio processo de colonização:

"Estabeleçam-se n'estas terras escolas de officios onde as creanças dos dois sexos sejam tiradas do convívio dos pais, e se obter uma geração futura que nos servir de grande auxílio na grande obra de civilisação d'estes povos (Idem).

CAPITULO V

5. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES

O trabalho de leitura e análise dos textos possibilitou-nos chegar a algumas conclusões que vem a seguir mencionadas:

1 - A construção da imagem do Outro iniciou-se com os primeiros

²⁶ REL3, Página 86.

relatos feitos pelos cronistas dos "descobrimentos", os quais modelaram, de alguma forma, tal imagem, a qual se viria a definir mais tarde com o próprio processo de ocupação efectiva de África pelos europeus.

2 - Todo o esforço de colonização de Moçambique por Portugal estava assente em bases doutrinais arreigadas, que eram aliás a bandeira ideológica desse processo. Na verdade, a análise por nós feita levou-nos a confirmar as nossas hipóteses sobre o facto de o processo de ocupação colonial ter tido uma forte componente ideológica, nomeadamente as ideias que já existiam sobre a terra e os homens não-europeus.

3 - Os europeus viam-se a si próprios como Deuses, ou como pessoas com autoridade moral para encetarem todo o tipo de acções em nome de Deus, a quem supostamente representavam.

4 - O "Boletim Oficial", como órgão do poder colonial, prestou um contributo inestimável para o processo de ocupação colonial do nosso país. Com efeito, só com relatos da imprensa é que a terra e os homens que viviam em Moçambique passaram a ser conhecidos e classificados (e aqui pode-se incluir a questão da preguiça e outros itens classificatórios), o fascínio da fauna, flora e riquezas naturais desta terra, muitas vezes relatados com exageros, e a perspectiva de enriquecimento levantaram a cobiça de colonos e exploradores a princípio e, mais tarde, do próprio Estado. O "Boletim Oficial", portanto, gozando de uma natural credibilidade visto ser um órgão do Estado, contribuiu com os seus relatos para um maior conhecimento da realidade das possessões ultramarinas de Portugal.

5 - Os relatos publicados no "Boletim Oficial" contribuiram para a solidificação da imagem de um país e de um povo que impulsionaram, certamente, o processo de conquista, ocupação e colonização, e lançaram as bases para uma posterior formulação de políticas discriminatórias em relação ao nosso povo. Para tal, só a linguagem podia desempenhar bem esse papel, linguagem essa usada de forma hábil para inculcar nos círculos dirigentes a ideia de justeza das suas acções e na opinião pública granjear o apoio necessário para tamanha empresa: colonizar Moçambique, transformá-la em província de Portugal e trazer os seus povos à "civilização".

6 - Os relatos publicados nos textos do "Boletim Oficial" que nos serviram de corpus estavam estigmatizados, encerrando dentro de si toda a problemática de concepção de uma terra (Moçambique) e da sua gente à luz do etnocentrismo europeu.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Activa

O "Corpus"

- D'ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva (1888), **RELATÓRIO**, Boletim Official de Moçambique, Nº 1, 7 de Janeiro, Lourenço Marques, pp 9-16.
- LOBO, Joaquim Barbosa Lopes, (1888), Capitania-Mór das Terras Firmes, **RELATÓRIO**, Boletim Official de Moçambique, Nº 44, 3 de Novembro, Lourenço Marques, pp. 661-664.
- RODRIGUES, José Casaleiro d'Alegria (1888), Terras de



Gaza, RELATÓRIO do Residente-Chefe, Boletim Official de Moçambique, Nº 6, Lourenço Marques, pp. 85-89.

- SOUZA E FARO, Claudino Augusto de, RELATÓRIO (Inspecção das Obras Públicas em África), Boletim Official de Moçambique, Nº 9, Lourenço Marques, pp. 145-151.

2. Bibliografia Passiva

2.1 Sobre Linguística, Literatura e Teoria Literária

- AGUIAR E SILVA, V.M. de, Teoria da Literatura, 8ª edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1988.
- BROWN, Gillian & YULE, George, Discourse Analysis, Cambridge University Press, 1983.
- FONSECA, Joaquim, Linguística e Texto/Discurso, Descrição, Aplicação, Lisboa, ICALP, 1992.
- KOSIK, Karel, Dialéctica do Concreto, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LARANJEIRA, Pires, A Negritude Africana de Língua Portuguesa, Porto, Edições Afrontamento, 1995.
- MATEUS et al, Gramática da Língua Portuguesa, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, SA, 1989.
- MATUSSE, Gilberto, A Construção da Imagem de Moçambicanidade em José Craveirinha, Mia Couto e Ungulani Ba Ka Khosa, Tese de Mestrado, Lisboa, 1993. [Também disponível em livro].
- METZELTIN, Michael, Introdução à Leitura do Romance da Raposa. Ciência do Texto e sua Aplicação, Coimbra, Livraria Almedina, 1981.

- REIS, Carlos & LOPES, A.C.M., *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Livraria almedina, 1987.
- REIS, Carlos, *Técnicas de Análise Textual*, 3^a edição revista, Coimbra, Livraria Almedina, 1981.
- VAN DIJK, Teun A., *Text and Context. Explorations in The Semantics and Pragmatics of Discourse*, Longman Group Ltd, 1977.

2.2 Sobre História de Moçambique

- PÉLISSIER, René, *História de Moçambique-Formação e Oposição (1854-1918)*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1987.

2.3 Sobre História e Linguística/Literatura

- AAVV, *O Confronto do Olhar*, Editorial Caminho, Lisboa, 1991.
- CIDADE, Hernani, *A Expansão Ultramarina e a Literatura Portuguesa*, Volume I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.
- ROBIN, Régine, *História e Linguística*, São Paulo, Editorial Cultrix, 1973.

A N E X O S

N.º 37

Achando-se em atraso o lançamento do decimas no distrito do Manica e ponderando o secretario da Ex.º Sr. Junta da Fazenda, basado na informacão do respectivo governador, que ha conveniencia em que tal serviço se faça em Sêna visto ser ali quo mora a maioria dos contribuintes do distrito;

Conforme a proposta apresentada pelo tribunal da mesma Ex.º Sr. Junta em officio n.º 11 d'esta data, quo o respectivo secretario dirigiu à secretaria geral d'este governo;

Hei por conveniente determinar quo a junta do lançamento do distrito do Manica se reuna na villa de Sêna, e quo seja composta do respectivo commandante militar, presidente, do sub-delegado de fazenda, secretario, e los vogues : Zacharias Henriquez Ferro, Antonio Joaquim Remondes e José Maria da Fonseca a qual funcionará durante o anno de 1888, afim de proceder aos lançamentos dos annos de 1886 - 1887.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir; assim o tenham entendido e cumpram. — Palacio do governo geral da província de Moçambique, 7 de Janeiro de 1888.

O Governador Geral,
Augusto de Castilho.

N.º 38

Tendo subido ao meu conhecimento um officio do governador do distrito de Sofalla em que relata circumstancialmente as faltas de respeito, desconsideração e menos apreço pelo serviço publico praticadas pelo escrivão verificador da alfandega, encarregado da direcção da mesma Jacintho Hermogenes de Sousa, acompanhado de varios documentos que exuberantemente demonstram a veracidade das asserções contidas no dito officio;

Tendo examinado convenientemente o conteúdo não só da queixa mas ainda dos documentos que a acompanham e de um memorial apresentado pelo acusado, do quo tudo se vê que Jacintho Hermogenes de Sousa não só falta ao cumprimento dos seus deveres, despreza o serviço a seu cargo, abusa das funções que lhe estão committidas, mas ainda quando amigavelmente advertido, pratica faltas de respeito, quer por palavras quer por escrito contra os seus superiores legitimamente constituídos ;

Considerando por isso que um tal procedimento importa menos preso da autoridade, falta de conhecimento das suas obrigações e mais ainda relutância no cumprimento dos seus deveres alias reprehensivel em empregados de categoria inferior, tanto mais quanto isso demonstra a falta de vontade de corresponder à confiança que por este governo geral n'ele foi depositada ;

Considerando mais quo algum dos factos praticados pelo escrivão verificador constituem um verdadeiro crime punido e previsto pelas leis penas ;

Considerando que o memorial apresentado pelo acusado se acha concebido em termos taes que bem manifestam a sua culpabilidade e mais ainda o desejo manifesto de invertor a veracidade dos factos, para o quo se serve de linguagem impropria de documentos oficiais ;

Considerando finalmente que as repartições a cargo do acusado foram encontradas em grande estado de atraso do qual necessariamente deveria advir um grave prejuizo à fazenda publica bem como aos interesses commerciales e particulares ;

Hei por conveniente confirmar a suspensão imposta ao escrivão verificador Jacintho Hermogenes de Sousa pelo governador do distrito de Sofala, e mais ainda suspender o referido Hermogenes de todas as funções dos seus cargos pelo prazo de 6 mezes, mandando que pela primeira oportunidade recolha a esta capital afim de cumprir as ordens que lhe forem dadas.

Esta suspensão com as causas que a motivaram vai ser levada ao conhecimento do Governo de Sua Magestade para os devidos effeitos.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir; assim o tenham entendido e cumpram. — Palacio do governo geral da província de Moçambique, 7 de Janeiro de 1888.

O Governador Geral,
Augusto de Castilho.

N.º 39

Tendo o governador do distrito de Sofalla, em seu officio n.º 131, de 27 de dezembro ultimo, comunicado a este governo geral, a suspensão de exercicio, por elle imposta ao escrivão verificador da alfandega do mesmo distrito que servia de director, da mesma, Jacintho Hermogenes de Sousa, por varias faltas graves, committidas no exercicio das suas funções, suspensão esta que por portaria d'esta data é confirmada ;

Tendo sido no mesmo dia 19 de dezembro mandado pelo referido governador tomar provisoriamente conta da referida alfandega e outras repartições a ella annexas o secretario do governo d'aquele distrito o alferes de cacadoreº n.º 3 Manoel da Costa Rebello,

Hei por conveniente confrmado o procedimento do governador, encarregar da direcção d'aquella casa fiscal e das outras repartições a elle annexas o sobredito alferes secretario Manoel da Costa Rebello.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir; assim o tenham entendido e cumpram. — Palacio do governo geral da província de Moçambique, 7 de Janeiro de 1888.

O Governador Geral,

Augusto de Castilho.

CONSULADO DE PORTUGAL NA INDIA BRITANICA

N.º 11 — III.º e Ex.º Sr. — Tenho a honra de comunicar V. Ex.º que o estado sanitario em relação ao cholera não só n'esta cidade como na presidencia se apresenta favorável podendo mesmo declarar-se bom considerando que aquella molestia é endémica n'esta regiao.

Na semana que findou hontem houve na cidade apenas 2 casos fatais o que coincide exactamente com a media em igual semana dos ultimos cinco annos.

Os relatores dos distritos quasi não fallam em cholera. Em alguns d'elles houve certamente mortes resultantes d'esta doença mas em numero insignificante comparativamente com a populacão e com os casos quo ainda não ha muito tempo as estatisticas accusavam.

Deus guarde a V. Ex.º — Bombaim 1 de dezembro de 1887.

III.º e Ex.º Sr. Conselheiro Augusto de Castilho, Governador Geral da província de Moçambique. — F. Meyrelles do Canto, consulo.

JUNTA DA FAZENDA

Por deliberação da Ex.º Sr. Junta da Fazenda em sessão do 22 de dezembro ultimo, se recomenda a todos os commandantes dos corpos e estabelecimentos militares da guarnição da província que, em virtude do quo se deprehende da doutrina expressa no artigo 31 do regimento aprovado por carta da lei de 23 de julho de 1885, deve ser remetido para juizo, não só o espolio e crédito de fardamento das praças falecidas mas também todos os abonos de pret, pão, etape, gratificação, etc., vencidos e não recebidos até no dia anterior ao falecimento, depois de deduzida qualquer dívida à Fazenda, a fin de quo os herdeiros depois de legalmente habilitados, possam receber tudo quanto lhes compete e aquæ tiverem direito.

Secretaria da Junta da Fazenda em Moçambique, 4 de Janeiro de 1888. — O secretario, Joaquim Hippolito de Noronha Gouveia.

RELATORIO

III.º e Ex.º Sr. — Em officios que para informacão do Suo Ex.º o Ministro da Marinha tenho escrito desde o mês de maio ultimo, sobre a campanha contra a batalha dos Bongas, tenho ido minuciosamente relatando quanto sei sobre o assumpto, podendo a collecção d'estas communicacões servir, se alguma vez se trata de fazer a historia d'esta campanha ; mas o officio que por ordem de V. Ex.º me fez a honra de dirigir, com data de 24 de julho ultimo, o chefe da repartição militar da secretaria do governo geral da província, o a desgraça quo privou o paiz dos serviços do honrado e valento official que V. Ex.º tinha encarregado do comando geral da campanha, criam-me o dever de dar a V. Ex.º por este meio algumas informacões que permittam ligar e tornar mais facilmente comprehensíveis as communicacões parciais, detalhadas, das operações, quo V. Ex.º recebeu e recebeu dos governadores dos distritos de Manica e do Tete.

Em primeiro lugar, recordando qual era o paiz que estava ha pouco efectivamente ocupado por gente quo obedecia no successor do rebelde Bonga, dirci como em torno d'elle estavam dispostas as ns nossas forcas, depois dos trabalhos preparatorios que tiveram lugar desde o mês de maio, para reunir os elementos quo o governo podia simultaneamente fazer actuar contra o inimigo, referindo-me tambem sumariamente no plano geral da campanha.

Ao Sul do Zambeze e ao Poente do Luanga o paiz comprehendido por uma grande extensão entre estes dois rios e o Mazoe, estava ocupado por gente do Bonga, que n'ele tinha construido a aringa do pondoro Caturusa, com grande atrevimento, mesmo na vizinhança da villa de Tete é mais as aringas de Inhamamono e do Luiá, commandadas pelo sanguinário Niponde, a aringa de Inhamacaroso do capitão Chirungo, e junto á confluencia do Ma-

zoo, 1º de Demer, o capitão Guengue, filho do falecido Macombe, ultimo regulo do Barroco.

E principalmente ao capitão-mor de Chichoa, Ignacio do Jesus Xavier, para a construção das tres aringas de Inhaburipure Maci-chire e Marimba, e pela ocupação da Chidima com cypaes armados à sua custa, que se deve o não ter aplanado mais para Oeste a ocupação do paiz pelos rebeldes, e o nunca poderem estes ter executado o seu desejado plano de circundarem completamente a capital do distrito até ao Zambeze, a montante da villa, fechando assim o caminho de Tete para Zumbo, como desde ha dezenas de annos podiam a seu livre arbitrio fechar a todo o momento o de Sena para Tete.

Ao Oeste do Luenha mas ao Sul do Mazoe, uma parte do paiz era também ocupada por gente do Bonga, havendo n'ello as aringas do capitão Megogo, do capitão Clumpano Saxe-cunda de Pindirire e do Inbacuava Dedeuerê.

Depois da tomada do Rupire em 1886 e da sujeição dos paizes vizinhos, a guarneção das aringas nas terras de Marembo e de Bamba, que vão do Luenha ao Mazoe, por cypaes do capitão-mor de Manica, Manoel Antonio de Sousa, e ainda a construção da aringa da Clara ou da Carara, como os pretos geralmente dizem, na margem esquerda do Mazoe, em territorio que desde ha muito obedecia ao rebelde de Massangano, circundavam por este lado o inimigo desde o Luenha até ao Mazoe, envolvendo de perto duas das aringas que elle tinha ao Sul d'este rio.

Foi esta aringa da Clara no mez de maio ultimo theatro de um feito de armas que cobriria de gloria qualquer oficial que o tivesse praticado e que é quasi ignorado por ter sido executado por alguns pretos debaixo do commando de um homem da sua cor. Tanto a aringa da Clara na margem esquerda do Mazoe como a aringa Chimonra, na margem direita na terra de Bamba, um pouco a montante da primeira por serem importantes postos de fronteira, foram entregues pelo capitão-mor de Manica ao commando de um valentíssimo rapaz de toda a confiança, chamado muzungo Cambuembá.

A pequena aringa da Clara corajosamente levantada em terras que o Bonga chamava suas, e a curta distancia de algumas das aringas d'elle, apesar de construída há pouco, já tinha por tres vezes sido atacada sempre com desfavorável resultado para o inimigo. Ultimamente o regulo Mutoco procurando angariar aliados para bater as forças do governo, ou os cypaes de Manoel Antonio de Sousa que tecem ocupado e defendido o Rupire Massaua o terras vizinhas desde que d'ellas tomámos posse, mandou uma embaixada de dez emissários ao ultimo Bonga ou Chatara pedindo-lhe o seu auxilio contra o inimigo comunum. O conselho dos grandes em Massangano acolheu bem os embaixadores e resolveu não proceder desde logo a um levantamento geral, mas mandar destruir a antipatérica aringa da Clara e avançar a gente da expedição vitoriosa a reunir-se com as forças de Mutoco. Esta expedição foi entregue ao commandado celebre Pindirire, capitão que apesar de ter a sua grande e forte aringa na margem direita do Luenha era considerado como chefe das aringas ao Poente d'este rio, situadas ao Norte e ao Sul do Mazoe.

No dia 13 de maio uma força de uns mil homens commandada superiormente por Pindirire e tendo também como chefes varios parentes e grandes capitões do Bonga compreendendo entre elles todos os capitões das aringas ao Poente do Luenha excepto o pondoro Catereua, acompanhada pela embaixada do Mutoco, apresentou-se em frente à aringa. Pindirire que tinha prometido com confiança que a cabeça de Cambuembá seria levada a Massangano, o que tinha uma excepcional reputação de valentia, gritava para a aringa que tremesssem todos que era o proprio Pindirire que alli tinha vindo; os dez emissários do Mutoco vociferavam. Nhamauio tipo phana isto é que o celebre pondoro, ou lião feiticeiro do Mutoco chamado Niamauio queria a carne dos sitiados, e com grande grito geral começou um ataque violento por estes mil homens atrevidos e entusiasmados contra a pequena fortificação. Cambuembá não estava na aringa da Clara mas na do Chimossoiro; avisado do ataque e ouvindo o fogo correu com um punhado de homens sobre os mil sitiados e tão valente e intelligentemente procedeu que o pouco antes incorgulhosos inimigo, metido entre dois fogos, estava em breve em completa desbandada deixando 8 mortos junto à aringa e talvez mais mortos no Mazoe; alguns dos que espavoridos, procurando mais rápido abrigo na margem direita, se lançaram no rio em logar onde não davam a voar.

Demorei-me n'esta informação não só por me ser grato fazer conhecido o nome do muzungo Cambuembá, e um dos muitos serviços que ha dezenas de annos tem sido feitos por cypaes do capitão-mor de Manica, sem que ate hoje pessoa alguma os tenha sabido ou querido apreciar no seu justo valor, mas também por ter sido a noticia recebida no Rupire em 1 de maio pelo governador Simões, pelo capitão-mor de Mauica e por mim, de proximas

hostilidades, da parte do Bonga, que o ataque referido veio poucos dias depois confirmar, o quo levou a dar-se n'esta oportunidade cumprimento ás instruções quo official ou particularmente nos todos tres, verbalmente ou por escrito, tinhamos recebido de Sua Ex.º o Ministro da Marinha e de V. Ex.º com o fim de ser posto um termo tão breve quanto possivel á antiga rebellião na Zambezia; e ainda mais porque se a aringa da Clara tivesse sido tomada pelo inimigo, as condições da campanha quo já se preparava desde alguns dias antes, teriam que ser muito desfavoravelmente modificadas.

Continuando a mencionar as terras quo estavão sujeitas aos rebeldes, direi que ao Nascente do Luenha a sua area era constituída pelo triangulo formado por este rio desde a confluencia do Muero até á foz em Massangano, pelo rio Zambeze desde Massangano ao longo da Lupata e da parte invadida do grande prazo Tainbara até á aringa de Catandica já no distrito da Chiramba em frente do Guengue, e finalmente por uma terceira linha cortando pelo interior desde a aringa de Catandica no Zambeze até á de Camuara no Luenha.

Esta ultima linha tinha desde alguns annos sido envolvida por uma serie de numerosas aringas guarnecidias por cypaes do capitão-mor de Manica, e estando em muitos pontos as nossas aringas tão proximas das dos rebeldes que se ouviam n'umas os batuques tocados nas outras. A nossa aringa do extremo da linha do lado do Zambeze era a da Chiramba ou do capitão Chacupadesa. Na propria margem do Luenha tem o capitão-mor de Manica algumas aringas suas muito a montante, e tão distantes da de Camuara que se não podem considerar pertencendo ao sistema de que me occupo, tales como a aringa de Massanga, na confluencia do Caoresc, quo é uma fortificação em ponto muito judiciosamente escolhido no caminho do Rupire. A aringa mais proxima da de Camuara, a que devia ser considerada extremo das do cerco ao Bonga n'esta região, é a vasta aringa do Zecca, situada na margem esquerda do desse-cado rio Muero, a duas horas de cauinho do Luenha.

N'esta região ao Sul do Zambeze e Nascente do Luenha as aringas dos rebeldes estavam dispostas em dous grupos bem separados: o das aringas do Luenha quo terminava junto ao Zambeze na celebro aringa Massangano, e as do rio Muira que começavam do lado do interior pela de Fuquisa, irmão do Bonga, na confluencia do Inhamacome, a poucas horas de distancia do nosso acampamento d'este nome, e iam até ao Zambeze. N'este grupo além da já citada havia uma segunda aringa do Fuquisa, a de Tera, cinco aringas de Chincupete, outro irmão; na margem do Zambeze duas de Gonde, sendo a principal junto à confluencia do Muira; e tres do Muchenga sendo duas no Muira e outra no Zambeze. Este Muchenga é o irmão do Bonga que com o nome quo então tinha de Muririma esteve depois da morte d'aquele por algum tempo na Butaca, até que d'ella viesse tomar posse o Inhamingesinga, quo o Bonga tinha exiliado para o Baruo como matricida. Ainda como pertencendo a este grupo do Muira havia no Zambeze a jusante da de Gande a aringa de Inhaunga e a do capitão Catandica já mencionada. A ultima d'este grupo a montante no Zambeze, era uma das do Muchenga a pequena aringa á entrada da Lupata, ou do Bandar, bem conhecida dos que viajavam pelo rio. Desde a aringa do Bandar até á de Massangano, junto ao Zambeze, não havia mais aringa alguma. No interior porém, approximadamente a igual distancia do Zambeze, do Muira e do Luenha, havia um grupo de aringas não propriamente pertencendo ao Bonga, nem guarnecidias com cypaes d'elle; aringas de Bitongas, ou chefes de pequenas terras antigamente independentes e que desde ha annos só pelo receio obedeciam a Massangano. As principaes d'estas aringas erão as de Demaulundo Inhamigare e Inhacuiro. Todas tinham um capitão nomeado por Massangano quo as comandava; mas n'ellas de ordinario só viviam os chefes das terras com a sua gente. Estas aringas estavam muito proximas da importante aringa de Inhangombe do capitão-mor de Manica; e desde já direi quo os diferentes chefes das terras, angariados por emissarios do Manoel Antonio de Sousa, antes do rompimento das hostilidades, visitaram o nosso acampamento de Inhamacome e prometeram abrir-nos as aringas logo que d'ellas quizessemos tomar posse, ou apresentar so ostensivamente como submissos á autoridades portuguezas, logo quo o podesse fazer sem perigo de serem com todos os seus assassinados por ordem de Chatara. Estas apresentações efectivamente realizaram-se logo depois da ocupação de Massangano, recebendo os chefes ordem de voltar em paz para as suas terras que ficavam para todos os efeitos como terras da coroa portugueza, e demolir as aringas logo que a elles chegasseem.

Ao norte do Zambeze a ocupação pela gente do Bonga estende-se por toda a margem do rio desde o prazo Guengue ou do rio Majora até á Chingosa em frente de Tete, e pelas terras para o interior limitadas pelo referido prazo Guengue, pelo paiz quo chama dos makolotos, unicamente porque Levingstone levou para ali

alguns homens d'esta raça e pelo inexplicável abandono em que até hoje temos deixado estas terras de Chibisa que de tempos imemoráveis obredeciam a Tete, pela Macanga e por algumas povoações sujeitas no distrito de Tete em frente da villa, que os rebeldes ainda não tinham invadido.

Quando no dia 1 de maio foi resolvida a imediata campanha contra a bacia dos Bongas tratou-se logo de fazer convergir em torno da região ocupada pelos rebeldes todos os elementos vizinhos de que o governo podia dispor para este fim; servindo as hostilidades do regulo Mutoco, que recentemente tinham tido lugar contra os nossos regulos da região do Ruápiro e contra os cypaes do capitão-mór de Manica que o stavam defendendo estas terras, de pretexto para a reunião das forças, as quais deveriam quanto possível ter como fim ostensivo os preparativos de uma guerra contra este regulo.

O governador Simões partiu para a Gorongosa, para ahi dar as suas ordens acerca dos movimentos da força branca e de todo o material, e depois para Sena assim de que o commandante militar reunisse as forças que havia nas terras do seu comando. Manoel Antônio de Sousa expediu para diferentes lados emissários para a reunião dos cypaes, e em parti para o distrito de Tete a conferenciar com o capitão-mór Ignacio de Jesus Xavier que só fui encontrar em Chicóea e depois para a villa a conferenciar com o governador.

Depois destes trabalhos preparatórios em que surgiram algumas causas não previstas de demora, achava-se tudo preparado para que as forças convenientemente agrupadas marchassem no dia 3 de setembro, e em a noite do 3 para 4, por modo que n'este ultimo dia o contacto com o inimigo fosse geral e simultaneo por toda a parte por onde elle podesse ter lugar imediatamente.

As forças regulares da guarnição e as dos moradores de Tete, debuxo do commando do governador do distrito, principalmente destinadas à defesa da villa, onde não deixava de ser provável que viesse a precipitar-se toda a gente fugida de Massangano, tinham também a seu cargo o atacar no dia 4 de setembro a vizinha aringa do Caterusa, e ainda, em parte, atravessando o Zambeze para a margem esquerda, o descerem quanto possível por essa margem para obstarem à passagem para ella dos fugitivos de Massangano. O relatorio do governador de Tete dará minuciosa informação do que ali se passou.

As forças de Ignacio de Jesus Xavier, comprehendendo as guarnições das aringas de Nambá ou Chimossoro e da Clara engrossadas até completar uns quinhentos cypaes, que debaixo do commando do capitão muzungo Cambuembá foram pelo capitão-mór de Manica postos às ordens do capitão-mór de Chicóea, deviam estar todas reunidas no pequeno rio Inhampupui, affluente do Mufa, em lugar proximo da nossa aringa da Macichire e da aringa do Iahamamono do inimigo, no dia 3 de setembro; e na madrugada do dia 4 começar a bater as aringas dos rebeldes comprehendidas entre o Mazoe, o Luenga e o Zambeze, à excepção da do pondoro Caterusa ha pouco citada como um dos objectivos das forças reunidas na villa de Tete; e feito este serviço descer pela margem esquerda do Luenga, rio que então dava facil passagem a voo até á foz, atravessando-o para a margem direita em occasião oportunamente juntar-se ao corpo principal para o ataque de Massangano.

O serviço que especialmente cabia a esta força foi efficazmente cumprido. Na madrugada do dia 4 foi atacada e tomada a aringa de Inhamaliono, cujo capitão Mponde e mais 25 cypaes foram mortos; sendo em seguida a aringa incendiada. N'esse mesmo dia foi atacada a aringa de Gongá, filho de Macombe, na Demera, sendo tomada com morte de 6 pessoas do inimigo, e depois incendiada. No dia 5 foi atacada a aringa do Lutia, cujo capitão também tinha sido Mponde. Ahi e na aringa de Inhamacrosso do capitão Chissunga já não foi encontrada resistencia alguma.

O primeiro serviço que cabia a esta força estava por tanto terminado no dia 5; mas apesar das explicações recebidas, ainda não comprehendi como esta força que desde então devia achar-se na margem esquerda do Luenga e descer por ella ao mesmo tempo que o corpo principal descessasse pela direita, avistando ee uma á outra, só d'esse signal de si apresentando-se em Massangano na tarde do dia 14.

A esquerda da nossa força ao sul do Zambeze era portanto, como fica exposto, apoiada em Tete e constituída pelas forças regulares desse distrito, pelos cypaes dos moradores da villa, e pelos cypaes do capitão-mór de Chicóea que seriam em numero de setecentos a oitocentos, reforçados com quinhentos cypaes de Manoel Antônio de Sousa.

A direita era formada pelas forças de Sena debaixo do commando do respectivo commandante militar. Foi resolvido que estas forças em numero de 2000 homens se reunissem no acampamento de Inhamacombe, junto á importante aringa de Pangara,

que como já disso ficava a poucas horas da primaria aringa do Muira, e onde também se devia reunir parte do corpo principal e a força branca da guarnição do distrito de Manica, e onde estava o governador do distrito major Simões, commandante superior das operações, com o capitão-mór Manoel Antônio de Sousa e commigo.

O objectivo das forças de Sena era o immobilizar os cypaes dos rebeldes que garneciam as aringas do grupo do Muira, impedindo-os, ou de que reunidos viessem atacar o corpo principal quando se estivesse sitiando Massangano, mettendo-o entre dois fogos, ou que se espalhassem pelas aringas desguarnecidas e povoações abertas e indefesas, quasi só com mulheres, velhos e crianças dos cypaes que estavam em campanha, no Barue, na Gorongosa e em todos os mais prasos do distrito de Manica. Sendo possível, as numerosas forças de Sena tomariam todas as aringas do Muira; não o podendo fazer bastava, como lhe foi cuidadosamente indicado, que se fortificassem em uma boa posição escolhida entre as aringas de Chincupete ou Chimulainha (que é outro nome por que é conhecido) ou na do Muchengu, contornando-o em fazer algumas correrias pelo paiz, com quo satisfariain completamente no fim a quo erão especialmente destinadas, pois quo as forças d'esta região não pensarião em correr em auxilio de Massangano ou em ir devastar o paiz da nossa ocupação, abandonando as famílias nas aringas, sabendo que proximo d'estas havia uma força intacta de 2:000 homens.

Por outro lado 2:000 cypaes bem municidados, convenientemente fortificados, tendo facilidade de introduzir na sua fortaleza mais que a necessaria quantidade de víveres, nada podiam temer nem mesmo de toda a força dos Bongas reunidas.

As forças de Sena marcharam do ponto de reunião na madrugada do dia 4 de setembro; n'esse dia atacaram corajosamente e tomaram a aringa de Fuquisa junto à confluencia do Iahamacombo no Muira. Pelo relatorio do ento commandante militar de Sena, hoje governador interino do distrito de Manica, terá V.Ex.^a conhecimento detalhado do ataque d'esta aringa e dos acontecimentos que posteriormente tiveram lugar.

Com relação á direita das nossas forças, devo porém dizer ainda que o capitão-mór de Manica tinha por prudencia deixado como reserva nas aringas do Pompeu desde a aringa de Musseca até ao Zambeze uns seis centos cypaes debaixo do commando de José Maria Fernandes, ou muzungo Camugremo, commandante da grande aringa de Musseca, tendo por immediato o capitão Chacupadesa cujo nome já tive occasião de citar a propósito da aringa da Chiramba, no prasso Tambara, do seu commando.

Do corpo principal, movendo-se no centro, entre as forças do capitão-mór de Chicóea á esquerda e ás de Sena á direita, faltarei em ultimo logar.

Para que o cércio fosse completo em torno dos rebeldes de Massangano, seria necessário que ao Norte do Zambeze se organizasse tambem uma linha continua de ação, que envolvendo todas as aringas e terras do Bonga ao norte do rio, tivesse um flanco na Chingosa em frente de Tete e outro apoiado no Guengue. As forças de que se podia dispor para este fim eram as do Guengue, as da Macanga e as reunidas na villa de Tete. Como porém D. Laiza da Cruz estava em Quilimane e não era possível ir verbalmente conferenciar com ella, e como os cypaes do Guengue não sympathizam com parte importante das forças que deviam reunir-se em Sena, foi contrariamente a um plano primitivo, resolvido na conferencia que ali teve o commandante geral das operações com o respectivo commandante militar, que, pelos motivos que a isso obrigavam, nada se comunicaria á gente, ou grandes do Guengue sobre a guerra projectada. Para compensar a eliminação d'este elemento, as forças de Sena, no caso de encontrarem facilidade como supunham, em bater as aringas do Grupo do Muira, deviam logo passar para a margem esquerda do Zambeze, — para o que, com outro pretexto foram com a necessaria antecedencia dados ordens para reunir o maior numero possivel de embarcações junto á aringa do capitão Posseré na foza do rio Pompeu, — e diligenciar subir por essa margem até em frente de Massangano; plano que não houve possibilidade de realizar. Em vista de comunicações officiaes recebidas pelo governador do distrito de Manica do commandante militar da Macanga, esperei se que uma força de uns mil e quinhentos homens d'essas terras se apresentariam em occasião opportuna em frente de Massangano, mas pela data muito recente da submissão da Macanga e pela motivada falta que ainda ha de uma conveniente organisação dos cypaes aí, a projectada reunião não se pôde efectuar em tempo util, e o facto é que nem cypaes do Guengue nem os de Macanga, embora por diferentes motivos, concorreram em causa alguma para o resultado da campanha. Como V.Ex.^a já sabe não houve felizmente occasião para lamentar a falta d'estes dois valiosos elementos de ação, com que o governo pôde contar em qualquer outra

eventualidade isolamento ou em combinação com os cypaes do capitão-mór de Manica.

O corpo principal debaixo do commando directo do governador de Manica que tinha junto a si o capitão-mór Manuel Antonio de Sousa chefe da grande maioria das forças que iam entrar n'esta guerra, devia ser constituído pelo centro, ala direita e ala esquerda.

Esta ala debaixo do commando do valente e já conhecido capitão Macaningombo devia ser formada por gente vinda na maior parte da sua aringa de Tumbura e do sul do Barue, reunindo-se logo directamente em um ponto da margem direita do Luenha algumas milhas a montante da confluência do Muere, para em a noite do 3 para 4 de setembro atravessar o rio, e n'este dia bater o territorio e aringas do inimigo situadas ao poente do Luenha e ao sul do Mazoe. Houve porém algum atraso na reunião d'esta força, porque é muito difícil fazer comprehender a milhares de pretos a importância de uma data precisamente fixada com muitos dias de antecedencia, e veio toda ella juntar-se ao centro do corpo principal, quando já estava em marcha; não tendo depois chegado a haver necessidade de mandar uma força de cypaes regularmente commandados para destruir as aringas da margem esquerda do Luenha ao sul do Mazoe, porque em vista do que ia sucedendo na margem direita do primeiro e ao norte d'este rio, as proprias guarnições d'aquellas aringas as incendiaram fugindo em debandada.

A ala direita foi formada pelas guarnições das aringas de Mungoé, Chire, Inhacatemba, Inhangombe, Chipangara, Chianda, Inhamassonje, Caburumundo e Cassie, que com os seus capitães, debaixo do commando do chefe de todos os saxeundos, isto é, chefe de todos os cypaes do capitão-mór de Manica, o capitão Camba, rapaz valentíssimo, commandante da aringa de Chire, tinham a reunir na aringa de Cassie, ponto ocupado mais proximo da aringa do Pindirire, o grande baluarte da butaca dos Bongas, que no plano em que ultimamente se assentou devia ser atacado em primeiro lugar.

N'un primitivo plano, as forças do corpo principal grupadas no acampamento de Inhacombe, deviam marchar a reunir com as das aringas lá pouco citadas na de Inhangombe que era a mais proxima de Massangano e d'ella cair rapidamente sobre o principal objectivo quo quasi de surpresa devia achar-se cercado e atacado; mas um reconhecimento que fiz a todas estas aringas ao norte do acampamento, partindo pela de Mungoé até á de Inhangombe e voltando por Cassie, Zecca e Inhacassango, deu-nos a conhecer que não havia agua ou pouca senão só nos logares onde havia aringas, e que a marcha de uns quatro mil homens, e principalmente a da força branca pelo caminho projectado, não poderia ser feita sem grande sofrimento e consideraveis perdas.

Foi esta a principal causa da modificação do plano primitivo, e de resolver-se quo do acampamento de Inhacombe se marchasse logo rapidamente sobre o ponto mais proximo do Luenha e se descessasse sempre ao longo d'este rio até Massangano. D'isto resultou a necessidade de atacar logo no principio da campanha a aringa de Pindirire e em vista da enorme importancia moral d'esta aringa, que ao principio não era suficientemente apreciada, mostrou ser o novo plano em tudo preservível ao primitivo, reduzindo quasi que a marcha ou pelo menos a encontros triunphaes as operações da campanha depois do dia 5.

Proximo do Luenha a montante da aringa de Pindirire, havia ainda uma outra aringa mas cuja existencia não era por nós conhecida, pois a gente do Manoel Antonio de Sousa nunca percorria as terras do Bonga, nem a do Bonga as nossas terras d'este lado, e supunha-se quo a povoação do Camuara, um filho do Inhacuaua Dedeure, cujas terras tinham sido invadidas por Pindirire, não era fortificada.

Assim, era a aringa de Pindirire o primeiro objectivo previsto para o corpo-principal, e a ala direita d'este corpo reunido como disse na aringa de Cassie devia debaixo do commando do capitão Camba marchar por entre o matto, pois caminhos de terra muito não havia por ali, durante a noite de tres para quatro, e ficar escondida prompta a atacar a aringa de Pindirire quando ouvisse o fogo das forças de Macaningomba ao poente do Luenha, ou tivesse conhecimento de que estavam proximas as que constituiam o centro do corpo principal.

Estas deviam todas estar ao anotecer do dia tres dentro e em torno da grande aringa de Zecca, e na madrugada do dia 4, e em parte durante a noite, marchar d'ahi sobre o Luenha e a aringa do Pindirire.

Para conforto da força branca da guarnição do distrito de Manica começou esta no dia 1 de setembro a marcha de Inhacombe em direcção à aringa de Zecca, devendo porém só na tarde do dia 3 partir da aringa de Inhacassango, ponto communum do caminho do Rupire ou do Mutoco e do Pindirire, para só no ultimo momento tomar a direcção do verdadeiro objectivo.

Esta força era composta do alferes Sarria, commandante, do 1.º sargento Nortadas, do 2.º sargento Madeira e de 9 cabos e soldados.

Com ella iam tres das quatro bocas de fogo Hotechkiss que possuía o distrito de Manica. A quarta boca de fogo, com um soldado da força da guarnição que foi de artilharia n.º 1, tinha sido requisitada pelo commandante militar de Sena para acompanhar as forças de cypaes de seu commando.

Com a força branca partiram uns quatrocentos carregadores com vivens e munições tanto para a artilharia como para as espingardas Winchester expresso com que estavam armados os officiaes e toda a força europeia, e com a reserva de munições para os cypaes. Estes e os carregadores tinham todos vivens para alguns dias, trazidos das suas respectivas povoações ou recebidos do grande deposito de Manoel Antonio de Sousa na aringa de Pongora. Quando mesmo não tivesse sido encontrado depois no territorio do inimigo a enorme quantidade de mantimento que ali havia, estavam tomadas todas as medidas para o rapido e abundante fornecimento das forças, dos depositos que o capitão-mór de Manica tinha em diferentes aringas, principalmente nas que mais proximas ficavam do inimigo como as de Zecca, Cassie e Inhangombe.

Tendo sido postas a caminhe as forças brancas e toda a impedimenta restava a partir do acampamento na madrugada do dia 3, o governador do distrito, o capitão-mór de Manica e eu, com os cypaes que até ao ultimo momento iam chegando de todos os pontos, para rapidamente fazermos n'esse dia a grande marcha até a aringa de Zecca, onde devíamos chegar aproximadamente ao mesmo tempo quo os que para ahi tinham partido dois dias antes.

Infelizmente porém o governador Simões que na sua viagem a Sena tinha ali estado muito doente e que de lá regressara com a saude um pouco alterada, depois do uns doze dias em que parecia achar-se completamente restabelecido, muito alegre e animado com o desenvolvimento dos preparativos para a campanha, começo novamente a sentir-se indisposto no dia 1 de setembro, e, tendo passado muito mal em a noite de 2 para 3, estava na madrugada d'esse dia com uma violenta febre que tiinha as iudicações de ser miliaria.

Tudo o quo anteriormente fica exposto mostra como, a não arriscar uma catastrophe nacional e o sacrificio de muitas vidas em algum dos grupos que simultaneamente devia côneger as operações, se tornava imperioso o não adiar por qualquer consideração pessoal a marcha das forças que estavam no acampamento. Dos tres officiaes que ali nos achavam era incontestavelmente o capitão-mór de Manica aquello cuja presença se tornava mais essencial no theatro das operações e cuja falta podia originar uma debandada geral; mas não era elle nas circunstancias que se davam suficiente. Se este capitão-mór tivesse sido encarregado de, por si só, com os recursos entraes de que dispunha, acabar com a butaca dos Bongas, poderia perfeitamente tel-o feito, preparando convenientemente as coisas para este fim pelo modo quo elle entendesse, (o mesmo como na campanha do Rupire e de Massaua, ficando longe dos campos de combate, podia entregar a execução dos diferentes trabalhos da guerra á intelligente direcção de capitães de sua confiança), mas tendo v. ex.^a resolvido que a antiga historia dos desastres de Massangano exigia que se procedesse por modo mais solemne, e estando preparada a ação combinada dos elementos disponiveis das forças regulares e irregulares nos dois distritos, directamente interessados, a presença do commandante geral das operações ou a minha no corpo principal não deixava de ser agora bastante necessaria, e o servizo publico de certo sofreria mais se ambos, governador e eu, ficasssem n'este dia no acampamento de Inhacombe.

Em vista d'estas circumstancias e do estado verdadeiramente grave de saude do governador Simões na madrugada do dia tres, fizemos todas as possiveis instâncias para que deixando-nos partir ficasse elle no acampamento ate que estivesse em condições de poder pôr-se a caminho sem eminente risco da sua vida; mas o espirito corajoso e ardente d'este tão brioso official não lhe consentiu que ficasse inerte n'uma palhotá no dia festivo em que ha tanto tempo faltavamos, quando todos mais marchavam para a frente, e a não lhe resistir abertamente como enfermeiro a doente, o quo poderia aggravar logo mais a doença, foi forçoso satisfazer á sua inabalavel vontade e fornecer-lhe os machileiros para o conduzirem. V. Ex.^a apreciará bem a afflictiva situação dos que n'este apressado e critico momento tinham a tomar uma resolução.

A demora de dois dias na chegada das forças de Sena ao ponto de reunião, depois de satisfeitas largamente todas as prorrogações de data que foram pedidas, causou grande excesso de trabalho na occasião da partida, tendo o capitão-mór de Manica forçosamente que ficar mais algumas horas no acampamento, partindo de madrugada só o governador acompanhado por mim e por uma grande força de cypaes.

Ao anotecer chegámos á aringa de Zecca, onde pouco antes tinham chegado em excellentes condições o alferes Sarria com a força do seu commando e os carregadores. Manoel Antonio de Sousa só

chegou e jantou pela 1 hora da madrugada do dia 4. N'esta violenta viagem o governador Simões sofreu menos do que era para temer, e passou a noite em Zecca, embora sempre com forte febre, deitado com socoço. Os maus officiaes, as pragaas brancas e os espiões indígenas toda a noite tiveram muito que fazer, principalmente com a distribuição dos sinalaes da guerra. Antes de amanhecer todos nos prizemos a caminho depois de termos debaicle carinhosamente implorado o governador Simões para que ficasse n'esta aringa de Zecca, onde as mulheres já um pouco civilisadas do capitão Urire o podiam tratar de sua febre, que, não se tendo aggravado já não podia ser de grande duração, sendo provavel que pudesse juntar-se a nós antes de chegarmos a Massangano, pois era ali que todos entôlo suppunhamos que os mais interessantes combates viessem a ter lugar.

As distâncias eram maiores e o caminho mais difícil do que pensavamos, e só depois das duas horas da tarde chegámos ao logar da povoação de Camuara, onde encontrámos inesperadamente uma excellente e forte aringa, de onde nos foram feitos alguns tiros, mas que estava quasi deserta e que foi logo tomada sem a menor dificuldade. Esta circunstancia fez com que fosse abandonada a idéa de n'esse mesmo dia 4 continuarmos até a aringa do Pindirire, e resolveu-se que todos ficariam a noite dentro e em torno da aringa que acabava de ser tomada. Na viagem de Zecca a Camuara por maus caminhos o governador Simões sofreu muito; na occasião do curto tiroteio desceu da machila, e fazia lastima vêr, além dos sofrimentos phisicos que padecia, a agonia moral em que este bravo oficial estava por se ver impossibilitado de dar um passo, quando suppunha que se tratava de um combate a valer.

Na manhã do dia 5 toda a força para bem se preparar para o ataque da aringa do Pindirire, almoçou no acampamento da vespereira. N'essa manhã o governador Simões achava-se por tal modo abatido que cónsentiu em ficar descansando na aringa onde dormiu.

Com o governador ficaram uma força de cypaes mais que suficiente para defender a aringa no caso d'ella ser atacada, o capitão Bastião, homem não proprio para causas de guerra mas que por falar portuguez, por ser excellente para arranjar gente para serviço e para outros trabalhos, desde a criação do distrito de Manica tem estado á ordem dos governadores, dois saxecondas dos cypaes do governo, Chaveca e Chapanaanga, que no acampamento de Inhamacombe o governador por sympathizar com elle, quando nomeou os outros cypaes do governo para o serviço do alferes Sarria, tinha escolhido para, como erados ou ordenanças, acompanharem sempre a sua pessoa, erados, e um dos nove soldados brancos escolhido para este fim pelo proprio governador. Ficaram mais na aringa todos os motores incluindo os viveres e tudo quanto pertencia a cosinha, não partindo para a frente senão a força com a artilharia e as mais necessarias munições para ella, os cypaes, o capitão-mór de Manica e eu.

A aringa de Pindirire estava também mais distante da de Camuara do que pensavamos, e o caminho para ella seria absolutamente impraticavel, tanto pela sua irregularidade como pelo matto que o cobria, para uma artilharia que não fosse tão extraordinariamente portatil como a nossa, e ainda com ella o seria se não fossem as diligencias e os esforços feitos pelo alferes Sarria e por todas as pragaas, cuja energia, boa vontade e satisfação com que cumpriam os trabalhos mais fatigantes estão acima de todo o elogio.

Só ao meio dia chegámos em frente da aringa de Pindirire, sendo recebidos com violento fogo.

E impossivel n'este rapido trabalho, que o meu estado de sande e a violencia do mar durante a viagem desde Moçambique até aqui, só agora me permitiu começar e que hoje deve ficar terminado, entrar nos portmeuores d'este interessante dia de combate. O alferes Sarria foi logo no principio da accão ferido na illarga esquerda por uma bala que conservava no corpo até as ultimas noticias que d'elle teve, mas que causou um ferimento que parece não terá graves consequencias. Pouco depois de romper o fogo vimos aparecer vindo do lado de Casseria a força do comando do capitão Camba, que, não nos vendo chegar no dia 4, como esperava, passou todo esse dia e a manhã do dia 5, prompta a avançar ao primeiro signal, mas soffrendo muito com a falta de agua. Os cypaes do capitão-mór de Manica tem uma grande practica de guerra das aringas e começaram logo a construção de uns abrigos chamados por elles *sensores* e pelo gente do capitão mór de Chicoa, igualmente costumada a este serviço, *chitatas*, com que circumdam a aringa investida approximando-se d'ella por deslocamentos parciaes e sucessivos com tanta efficacia e de certo com muito mais rapidez do que haveria a esperar de trabalhos de sitio dirigidos por engenheiros europeus estranhos a este curiosissimo processo. A artilharia Hotchkiss produziu taes estragos no interior da aringa que por este unico dia de accão adquiriu uma tão grande fama e infundiu tal terror espalhado logo pelos serbentes, que nos creou um precioso elemento de prestigio de que muito

precisavam os brancos por essas terras e poderá do futuro servir utilmente empregado tanto para levantar o espirito dos nossos, como para amedrontar o dos inimigos. Mais tarde uma mulher das muitas que encontrámos no caminho fugitivas do diferentes aringas, dizia: «*É* uma peste inesperada que veio pelo Luemba abaixo e a que ningnem pode resistir.»

A grande coragem e energia de que deu provas a guarnição da aringa de Pindirire, e o exame dos trabalhos de defesa internos quo com a luneta astronómica que possue o distrito de Manica podiam ser observados ainda pelas cinco horas da tarde de uma altura proxima que enxavia uma parte da aringa, faziam-nos prever a continuação da resistencia e que a aringa só poderia ser tomada dentro de uns dois dias; mas o pavoroso effeito da artilharia e o avançar constante dos *sensores* mostraram aos sitiados a sorte que forçosamente os esparava, levando-os quando anoticeceu, e só então, a tomarem subitamente a resolução de fugir. Para isso, no meio da face que olhava para o Luemba, fizeram junto ao chão uma pequena abertura e de rôjo foram saindo para o rio quo silenciosamente atravessaram para a margem esquerda no pequeno intervallo entre o escurecer da noite e o levantar da lua, mascarando entretanto até ao ultimo momento, com violento fogo, a sua fuga. As balas de uma meia duzia de tiros, ultimos que ouvimos, ainda em despedida assolharam junto ao capitão-mór de Manica que com poucas pessoas estava n'un *sensoro* que ousadamente se ia constróiu mais proximo da aringa do que todos os outros.

Pelas 9^{1/4} h, tendo a lua levantado, e apesar dos nossos vultos andarem a descoberto proximo da aringa, não partindo mais fogo d'ali, ocorreu a idéa de quo teria sido abandonada. Momentos depois estavam algumas pessoas dentro d'ella. Os acontecimentos d'este dia tinham-se encadeado seguidamente por tal forma que, de peça para peça, de *sensoro* para *sensoro*, chegou a noite sem pensarmos em mandar vir alguma causa de comer.

Apenas entrado na aringa, rasgando uma folha do meu livro de notas imediatamente communiquei ao governador os acontecimentos e o feliz resultado do dia, pedindo-lhe que se podesse, viesse na manhã seguinte para a aringa que tinha sido do Pindirire, onde deveriam logo reunir-se todo o material e mais cargas que tinham ficado na primeira aringa.

Na manhã do dia 6 vimos chegar muita gente do lado da aringa de Camuara e como na frente reconhecemos o saxeconde Chapanaanga, um dos que estava junto á pessoa do governador, pensavamo que este chegava e fomos alegremente ao encontro d'ele, para ouvirmos da boca do saxeconde em resposta á minha pergunta a palavra *ufisa*, morreu, que nos causou primeiro a dor de pensarmos que elle tinha sucumbido a um acrecento da doença, para depois comprehendermos com a narração do sanguinolento drama que uma unica mais horrrosa desgraça tinha sucedido.

Na vespere ao aneltecer o governador Simões, depois de ter tomado n'ma copa uma porção de marmelada, vinho do Porto e um óvo, declarado que se sentia mais aliviado da oppressão do peito que ha dias sentia deitou-se apparentemente com melhor saude do que tinha tido desde que partiu do acampamento, mas, segundo indicavam mostrando a altura da lua, approximadamente á mesma hora em que en na aringa de Pindirire lhe escrevia o resultado do dia, levantou-se em sobresalto da cama, de certo victimo de algum pesadelo a que era sujeito quando tinha febres, e dando gritos de guerra fez fogo com uma carabina Winchester que trazia na mão, primeiro sobre o capitão Bastião, que fugiu a tempo com o corpo, indo a bala matar um cypae, depois sobre um outro cypae que logo morreu, depois sobre o saxeconde Chaveca que corria para elle e se abaixou mas não tanto que não recebesse no homem a bala que lhe atravessou o corpo de alto a baixo saltando-lhe pela cintura nas costas, e, reconhecendo talvez então, ao ver cair este bem conhecido preto, o que estava fazendo, empregou em si proprio um quarto tiro!

Tinha assim nas mais horrrosas condições terminado a existencia o official que um amigo commun apresentará como *honrado*, *raiente* e *leal* e que como poucos de facto reunia em si em tão elevada escala as grandes qualidades designadas pelos tres epithetos; tinha assim o distrito de Manica perdido um governador que mal informado durante a viagem a respeito d'elle, logo que chegou à Gorongosa e sobretudo depois que no Rupire fizera conhecimento do capitão-mór Manoel Antonio de Sousa, se tinha vivamente affeigado ao seu governo e já durante os preparativos para a presente campanha planeava com o capitão-mór para o proximo anno, a execução de um outro serviço de não menos alcance para o paiz. Já estávamos em atrazo em a nossa marcha que este acontecimento mais ia retardar; suppunhamos Massangano em grande foga e estávamos ansiosos recorrendo que algum desastre sucedesse á força da Macanga que para ali davía marchar contando connosco; o alferes Sarria esteve inutilizado com uma bala no corpo e grandes sofrimentos. N'estas condições resolveu-se que eu

atravessasse o Luenha e marchasse no encontro do capitão-mor de Chicos, a dar-lhe parte dos motivos da nossa demora, e que o capitão-mor de Manica com a praça mais graduada que, no impedimento do alferes Sarria, commandava a força da guarnição do distrito, o sargento Nortadas, o com um conveniente numero de cypaes fosse à aringa de Camuara para prestar os ultimos deveres das possíveis honras militares ao que fora governador de Manica, e para sellarem as malas e papeis que lhe pertenciam.

Partiu primeiro o capitão-mor Manoel Antonio com o sargento Nortadas, e com quanto estivesse tudo preparado para a minha imediata partida, não consegui dos chefes de guerra de Manoel Antonio, que de há muito me conhecem e respeitam, geralmente tão obedientes e subordinados, que cumprissem as ordens recebidas do proprio capitão e que eu lhes repetia. Manoel Antonio, talvez prevendo isto, tinha querido ficar até me ver a caminho, e fui eu que instei que sem demora mais de alguns minutos partisse depressa para o seu destino.

O dia 6 de setembro seguindo-se ao de uma tão importante vitória, foi para mim um dia de dor e de contrariedades, que nunca mais poderei esquecer. Debalde atravesssei na agua acompanhado apenas por poucos muleques, o Luenha para a margem esquerda, e passando pelas ruínas fumegantes da aringa de Dedeucero, fronteira á de Pindirire, que na vespresa mesmo durante o dia tinha á nossa vista sido posta em fogo pela guarnição fugitiva, mandando diferentes ordens sem resultado fiquei n'esta margem toda a noite quasi só. Debalde chamei ainda na manhã do dia 7 ao ponto onde estava todos os grandes chefes de guerra para que me fornecessem gente que seguisse comigo; nada consegui. Como nesse mesmo dia 7 pelo meia dia devia o capitão-mor Manoel Antonio estar de volta vi que o melhor que tinha a fazer era voltar eu mesmo para a margem direita e esperar por elle.

Pensei castigar severamente uma ensaca de uns cincuenta cypaes que ha tempos estava ao meu serviço e que desapareceu, o principalmente com a maxima severidade um dos seus saxcundas; mas achei não o dever fazer quando reconheci o verdadeiro motivo de tudo o que se passava, motivo que me tinha sido condido com varios pretextos futeis.

Eramos tres os oficiais que partimos do acampamento com o capitão-mor de Manica e os seus cypaes; o alferes Sarria estava ferido e não se sabia se em perigo de vida; o governador Siniões tinha sido vítima da desgraça que referi, e todos os chefes de Manoel Antonio, que lhe são affeiçoados de coração, receane que eu pondo-me a caminho, n'uma excursão de certo perigo em que me podia encontrar com uma emboscada de forças muito superior e de que fosse vítima, temeram expôr o capitão-mor á pesada responsabilidade moral ou desgosto de se apresentar sem um só dos tres campanheiros com que tinha encetado a campanha e por isso resolveram contrariar a minha marcha de que elles, que não sabem compreender o que é o compromisso de palavra para um determinado encontro, além d'isso, não reconhecam a necessidade.

A chegada de Manoel Antonio e a possibilidade de seguirmos todos na madrugada seguirão a marcha pelo Luenha fizemos-nos abandonar a ideia de voltar para a margem esquerda no encontro do capitão-mor de Chicos que esperavamos ver em breve junto ao rio.

A calamitosa perda do oficial que V. Ex.^a tinha nomeado comandante geral das operações levou-me no primeiro momento a pensar que, attendendo ás circunstancias que em mim se davam para com Sua Ex.^a o ministro de quem acabava de receber algumas instruções, para com V. Ex.^a e para com as autoridades de Tete e mesmo de Manica, me cabia o dever de tomar a mim o comando, mas reflectindo melhor reconheci que tal não era necessário.

Os elementos em acção tanto pertencentes ao distrito de Manica como ao de Tete, desprendidos de considerações pessoais, trabalhavam com a maior harmonia tendo unicamente em vista o fim patriótico de acabar de todo por esta vez com a aviltante e nefasta butaca dos Bongas. Pelo falecimento do governador o governo cabia por lei ao oficial de primeira linha mais graduado do distrito que era justamente o commandante militar de Sena, que já estava em campanha com um importante commando, e a quem agora tinha que obedecer o capitão-mor de Manica com todas as grandes forças que estavam á sua disposição.

Assim o governador interino de Manica n'este distrito e o governador de Tete no seu eram agora os commandantes naturaes das operações nos respectivos territorios, e quando houvesse necessidade no seguimento imediato das operações, ou que o capitão-mor de Chicos atravessasse para a margem direita do Luenha passasse para o distrito de Manica, ou para os movimentos da campanha Massangano já estava considerado como pertencendo a este distrito, ou que o capitão-mor de Manica atravessando para o norte do Zambeze passasse para o distrito de Tete, o referido

bom acordo em vista do finis commun permittiria que essas transgressões tivessem lugar sem o menor inconveniente.

Foi portanto n'esto sentido que da aringa de Pindirire officiei no dia 7 de setembro ao capitão Jayme José Ferreira, governador interino *ipso facto* e *ipsa lege* do distrito de Manica.

Como a aringa de Pindirire estava cheia de pallotas e churros conteudo uma enorme quantidade de mantimento que não diminuiu sensivelmente com o gasto que á farta fizeram mais de tres mil cypaes para comer e para levar consigo, resolveu-se que não seria toda ella mas só o seu recinto incendiado. Na tarde do dia 7, quando ia escurecer, momentos depois de dada a ordem, estavam no chão a certa distancia para o lado exterior, lançados por milhares de cypaes que trabalhavam com grandes gritos e canticos triunfahes toda a madeira que constituiria o extenso e forte recinto d'esta vasta aringa, que em breve estava em fogo deixando dentro d'este cerco de chamas intactas as construções de uma grande povoação aberta.

Foi principio adoptado não queimar povoações e sobretudo não destruir mantimento. Os cypaes do capitão-mor de Manica tiraram em toda a campanha quanto quizeram para seu consumo, mas o que restava em lugar de ser incendiado e perdido para todos foi sempre cuidadosamente conservado para a volta da guerra, para presa das nossas povoações mais vizinhas ou para a sustentação dos proprios fugitivos quando dias depois regressassem livremente e em paz ás suas povoações.

No dia 8 a força continuou a marcha sobre Massangano encontrando no caminho sinaes de fugitivos e as ruínas fumegantes da aringa de Inhamanhenese. Às 4 horas da tarde já em descanso mas a cauda da columna só chegou ao acampamento depois de anoitecer.

Continuando a marcha no dia 9 passámos pelas ruínas da aringa de Chapananga, filho do Bonga, onde contavamos encontrar resistencia. Por caminho muito difícil chegou pelas 10 horas da manhã á altura da foz do Mazoe, mas as praias brancas com a artilharia só ali chegaram ás 3 horas da tarde depois de violentos esforços ajudando a passagem das bocas de fogo, que ainda n'esto dia em parte do caminho vieram de rodado. Estavam todos de perfeita saude e na melhor disposição de espirito mas não em condições de, sem imperiosa necessidade e com grande sacrifício, continuar a marcha n'esto dia. Como havia muitos cavallos marinheiros no Luenha, Manoel Antonio e eu logo que chegámos e enquanto esperavamo as forças começámos a atirar a elles não só para ter abundante carne para toda a gente, como para ver se com nossos tiros viamos aparecer cypaes das forças do capitão-mor de Chicos na margem esquerda. Com esto ultimo sim por vezes fizemos ás tardes nos acampamentos alguns tiros de artilharia com polvora secca.

No dia 10 continuámos a marcha e ficámos na povoação aberta e abandonada do grande pondo Iuhade, do certo que uns dos instigadores de tanta atrocidade praticada em Massangano. E d'esto acampamento que escrevi para Tete dando notícia dos acontecimentos e pedindo-nos ácerca das forças do capitão-mor de Chicos do que nada ainda sabíamos senão muito vagamente por fugitivos da aringa por elle batida, que atravessando o Luenha para a margem direita vinham cair sobre a nossa columna em marcha.

Por varias vezes ouvimos n'este e no dia antecedente alguns tiros em o nosso flanco direito mas eram dados por cypaes nossos que se alargavam pelo paiz a apanhar gallinhas, cabras e porcos e viam a distancia não espiares do inimigo mas alguns pobres fugitivos; e começámos a convencer-nos de que já não teríamos encontro com forças do inimigo antes de chegarmos a Massangano. Em 11 tivemos um dia de descanso moralmente imposto pelos nossos cypaes que vendendo-se onde havia abundancia de mantimento e contando ter em breve uma serie de combates em Massangano nos pediram para que os deixassemos n'esse dia preparar alguma farinha, operação em que foram ajudados por muitas mulheres que consigo já traziam. É notavel como todas estas mulheres rapidamente reconheceram alegremente como seu señor e marido os cypaes que as tinham aprisionado. E preceito entre os pretos a absoluta abstêncio de comunicação com mulheres durante toda a campanha, por modo que se não deu um só caso de violencia e brutalidade como não deixaria de ter lugar se em vez de serem selvagens, as nossas tropas fossem de um exercito civilizado, sendo os aprisionamentos das fugitivas espalhadas pelo matto feitos pelos primeiros que se lhes approximavam, é claro que as nossas poucas praias brancas acompanhando a sua impedimenta não entravam em concorrencia para estes presos.

No dia 12 continuou a marcha de toda a força sem coimtado podemos chegar ainda a Massangano. Por mulheres que á noite foram feitas prisioneiras nos foi dada vagamente a primeira noticia do destroço moral em Massangano, do abandono do chefe, pelos seus capitães e da fuga de Chatara, só e quasi corrido, para a margem esquerda.

No dia 13 continuou a marcha de madrugada e às 8 h. 30 m. da manhã do alto do pequeno monte que a comandava, vi aparecer em baixo junto ao Zambeze a celebre aringa parecendo abandonada, como efectivamente o estava. Vista por este lado reconheceu-se dolorosamente que não é fácil explicar a historia do que n'ella e junto a ella em diferentes épocas teve lugar. Na praia vimos logo dous homens, e depois foram encontrados mais nove com as cabeças cortadas e com as mutilações a que em Massangano costumavam proceder.

Na tarde d'esse mesmo dia parti para Tete onde cheguei na manhã do dia 14, encontrando-me com patrulhas avançadas da guarda da villa que me receberam com entusiasmo, me levaram para Tete, e ali, com grande alarido de centenares de mulheres que logo se reuniram em torno da machila, até a residencia do governador. A villa apresentava um aspecto de animação excepcional pelos cypaes que n'ella estavam e pelo grande numero de famílias de uma e outra margem que nos últimos dias ali se tinham refugiado; achando-se ainda a margem esquerda coberta de gente que esperava vez para embarcar.

Numa reunião do governador com os principais moradores da villa que tinham fornecido gente para a guerra, concordou-se em um ataque combinado com forças de Tete e com outras partindo de Massangano ás aringas ao norte do Zambeze.

Na madrugada do dia 15 regressei pelo rio a Massangano vindos com o governador de Tete e as autoridades e os moradores mencionados no auto de entrega da aringa, de que V. Ex.^a tem conhecimento. Ao chegar á aringa pelas 12 h. e 30 m. encontrei o capitão-mór de Chicoa com as forças do seu comando, incluindo as do muzungo Cambucumba que todas ali estavam desde a véspera á tarde.

Para cumprimento do que tinha sido combinado em Tete foi este capitão mór o encarregado de, com uma grande parte da sua própria gente, atravessar o Zambeze em reconhecimento ofensivo para destruir as aringas ao norte do rio se o pudesse fazer, ou requisitar as forças que o reconhecimento mostrasse que eram necessárias; partiu no dia 16.

Nesse mesmo dia vimos na margem esquerda gente que fazia sinal com uma bandeira branca. Atravessámos o rio n'um escaler, Manoel António de Sousa e eu, e reconhecemos que o chefe d'esta gente era um delegado dos grandes e sacerdotes do rebeldia de uma e outra margem, que estavam todos reunidos no Sungo, logo da margem esquerda logo acima da Lupata, e que por este delegado declaravam desejar apresentar-se imediatamente ás autoridades que estavam em Massangano se tivessem a nossa promessa de bem os recebermos e, não a tendo, ir apresentar-se em Tete ao governador.

Dissemos que viessem em paz e o emissário respondeu que partia em seguida para o Sungo e que o mais breve possível, isto é, na tarde do dia 18 estaria de volta com todos os seus constituintes.

Na madrugada do dia 17 regressou a Tete o governador com o alferes Sarria que entregue aos cuidados do dr. Fermiano de Sousa ia tratar-se na villa e com as pessoas que d'ali vieram, levando muitas embarcações carregadas com os gêneros roubados que tinham vindo buscar á aringa, promettendo o seu dono que imediatamente tornaria a mandar para baixo uma grande lancha em que poderia embarcar toda a força da guarnição de Manica com a artilharia.

Pouco depois da partida do governador de Tete chegou um officio dirigido ao governador de Manica pelo commandante militar de Sena, que ao escrevê-lo não tinha ainda recebido o que lhe dirigi da aringa de Pindirire, com a comunicação de importantes informações sobre factos de que V. Ex.^a já tem directo conhecimento, informações que nos fizeram decidir a que partíramos todos em direção ao agrupamento das aringas do Muira com a maior brevidade possível, isto é, logo que recebemos algumas notícias do capitão-mór de Chicoa e que chegasse a lancha promettida de Tete e os homens do Sungo que se deviam apresentar na tarde do dia 18.

Por causa da falta de notícias em que tínhamos estado das operações no Muira, já nos dias 15 e 16 tinham sido mandadas algumas forças em reconhecimento n'essa direcção; as informações comunicadas pelo referido officio levaram-nos a imediatamente fazer engrossar estas primeiras expedições.

Durante este dia e dias seguintes continuaram a chegar novos grupos importantes de cypaes de Manoel António que já não davam a volta pelo Luenga, mas que passando pela aringa de Inhangombe e através das terras dos chefes Bitongas que todos vieram apresentar-se nos a Massangano, engrossavam já desmesuradamente as nossas forças.

No dia 18 recebi carta do capitão mór de Chicoa com data de 17 comunicando a tomada e destruição da aringa de Calambo, do muzungo Oliveira, tio e irmão uterino de Chatara, depois de

algum fogo que de lá fizeram, e com notícias favoráveis do estado do paiz, sendo entre outras a de que Motontora, outro irmão do Bonga, queria elle mesmo ir a Tete e tinha prendido o fugitivo e por todos abandonado Chatara, e para o levar assim preso ao governador, participava mais que seguir para Zenje, a antiga aringa de Chatara, que esperava destruir na manhã do dia 18, contando voltar n'esse mesmo dia para o Sul. Pelo mesmo correio comunicou a Ignacio as notícias chegadas do Muira e o projecto dos nossos movimentos para que logo que atravessasse o Zambeze viesse juntar-se a nós.

Do tarde apresentaram-se os esperados grandes vindos do Sungo e com elles uma embalizada que nos surpreendeu. Eram enviados do muzungo Chiuta, irmão do Bonga, e capitão de uma aringa na margem esquerda do Zambeze a jusante da Lupata. Esta embalizada trazia uma guia assignada Chiuta que dizia: «Os portadores levam um officio e uma ponta de marfim grosso para ir à presença do señor governador do distrito de Tete, prestarem em meu nome preito de vassalagem. Os amigos do Rei e da nação não lhes ponham impedimento».

Esta guia e o officio de que tomei conhecimento eram escriptos pelo ex-alferes Aguiar, que, fugido de Massangano que dias antes elle suppunha baluarte inexpugnável de rebeldia, mostrava estar então na aringa de Chiuta. Do conteúdo do curioso officio terá V. Ex.^a conhecimento por comunicação do governador de Tete, seu destinatario. Disse aos emissários que da parte dos chefes da guerra que estavam em Massangano nem Chiuta nem Motontora tinham já a temer, e que quanto á embalizada seguisse ella para Tete ao seu destino com a correspondencia que fechei n'uma carta minha ao governador.

Parece-me inútil n'esta exposição indicar os nomes de todos os sacerdotes e manamambos da batalha que então se apresentaram e fizeram a sua submissão com a declaração de que entregariam em Tete todas as suas armas e que de futuro viveriam em absoluta obediência á lei.

No dia 19 receberam Manoel António de Sousa a desagradável notícia de que na sua grande aringa e deposito de Pangara tinha pegado fogo e que com a explosão de 3:000 libras de polvora do governo e 7:000 libras d'elle se perdeu grande quantidade de marfim, cera e tudo mais que elle ali tinha. Eu também perdi alguns objectos da expedição de Sofalla, e outros de propriedade minha que ali tinha deixado depositados. Com esta notícia chegaram mais uns seiscentos cypaes que contavam do terror que os efeitos da artilharia na aringa de Pindirire produziam em todo o paiz, e também do poder sobrenatural que atribuem á luneta astronómica pertencente ao distrito de Manica quanto montada no seu tripé.

Veem outros inhaeuas das terras prestar submissão declarando todos estarem desejosos de acompanharem as forças ao Mutoen.

Durante o dia deitou-se abaixo o grande recinto de madeira da odiosa aringa de Massangano, demoliu-se o muro de pedra seteirado do recinto interior, e encheram-se as casas de habitação com paus da aringa para tornar mais brilhante e visível de Tete o fogo que se ia accender. Mudámos da aringa para um acampamento junto ao rio alguns centos de metros mais abaixo, e ao anotecer mandámos deitar fogo a tudo.

Na madrugada do dia 20 poe-se em movimento pela margem direita do Zambeze o grosso das nossas forças. A grande lancha chegou de Tete ás 7 h. e 15 m. e tendo embarcado n'ella a artilharia e as pragas, parte das quais para mais commodidade passaram depois para coxes, Manoel António e eu partimos por terra de machila e depois de termos subido a ingreme encosta de Inhangombe acampámos na Lupata debaixo de um formoso mutondo proximo da confluencia do rio Fizi.

Como encontrámos na Lupata alguns escalares dos que tinham ultimamente sido roubados em Massangano, quando passavam para Tete, pelas 11 horas da manhã do dia 21, hora a que só podímos partir, embarcámos Manoel António e eu n'um d'elles e evitando o pessimo caminho marginal por todo o resto da Lupata seguimos pelo rio vendo sempre descendo pela margem direita a columna não interrompida dos nossos cypaes. As 3 horas da tarde chegando ao extremo da Lupata vimos na margem direita a bandeira nacional do acampamento do capitão Macaningomba, primeiro que ali tinha chegado e em frente n'um areal da margem esquerda outra bandeira nossa que a pedido de Chiuta entregámos a um dos seus enviados que voltou para Mahenibe a dar parte do modo como por nós tinha sido recebida em Massangano a embalizada. Desembarcámos na margem direita junto á aringa do Bandar, de Muririwa ou Muchengua que encontrámos cheia de mulundu, e com sinal de ter sido recente e precipitadamente abandonada. Logo a mandámos demolir, servindo a lenha para as fogneiras do acampamento d'esta noite.

Mandámos também dizer a Chiuta que viesse ter connosco, mas em lugar de logo obedecer mandou-me de presente uma

ponta muito grossa do marfim e dizer que elle mesmo não se atrevia a vir porque tinha muito medo. Respondi que guardasse o marfim e que seria uma insoléncia duvidar da nossa palavra, com a qual lhe tínhamos garantido que nenhum mal lhe seria feito. Só apareceu pouco antes da madrugada do dia 22 declarando ao principio tremulo em portuguez quo tinha muito medo. Como não havia quo só lhe cortar a cabeça e era um musungu que recebia mos em boa paz, momentos depois acompanhando-nos em o nosso chá da manhã, fallava das cousas da butaca do Bonga, rindo e conversando em casfreal, como se fosse um dos officiaes da expedição. Quasi ao mesmo tempo que elle, tinha chegado o capitão-mor de Chicoa com a sua força, que tendo passado a noite muito perto, entrava em o nosso acampamento antes de ser dia claro.

Participou este capitão-mor ter destruído a aringa de Zenje e deu noticia de o ter sido a de Mitete pela expedição dos moradores de Tete, á qual já me referi como projectada, e do que V. Ex.^a receberá mais informações pelo relatorio do respectivo governador.

Ainda n'este momento suppunham todos que os irmãos do Bonga, Muchenga, Gande e Chinecupete opporia resistencia.

Eu sou padrinho de uma filha do Muchenga e se uada tinha ainda feito a bem da minha afilhada que deve agora ter cerca de 15 annos era porque corria em Tete, e d'ahi tinha recebido noticia antes de começar a campanha, que o ipae ou Muchenga, a quem em tempo proprio tencionava mandar um recado meu, acabava de morrer, e eu não sabia como n'este caso podia proceder. No caminho de Massangano para o Bandar soube que o boato era falso, que Muchenga vivia e estava na sua grande aringa de Malhanga na margem esquarda do Muira. Aproveitei a occasião para dizer a Chiuta que imediatamente mandasse ali alguém para dizer da minha parte a Muchenga que querendo apresentar-se e submeter-se seria bem recebido, que preferindo resistir o bateríamos até dar cabo d'elle, mas que salvasse a filha das balas d'artilharia que não conhecem nem sexo nem pessoas, mandando-m'a entregar que eu faria por todos respeitar como minha afilhada que ella era. Os enviados já não encontraram Muchenga na aringa, porque o subito derrocamento do prestígio dos mzungos rebeldes já tinha levado a gente d'elle como a do Chatira e a de outros irmãos, com exceção da do Chiuta e do Motontora que se submetteram a tempo, a revoltar-se contra o seu temido senhor da vespresa, e tanto compadre como afilhada, fugindo da aringa ás violencias dos seus andavam já escondidos n'un denso bosque que ha nas visinhanças. Ao passar agora por Quelimane recebi do governador interino do distrito de Manica informação de que Muchenga já se lhe tinha apresentado.

Da aringa do Bandar o grosso das forças levantou comosco com o plano de seguir pela margem do Zambeze, até à foz do Muira, atacar ahí a grande aringa de Gande, mandar uma força ás aringas menos importantes construidas ainda mais abaixo no Zambeze, as de Inhaunga e Cataudica, depois subindo o Muira atacar a aringa do Muchenga, e continuando a subir o rio acabar a operações contra a butaca dos Bongas pela destruição do grupo de aringas de Chinecupete.

Pouco depois de estarmos em marcha encontrámos uma pequena aringa de Gande abandonada que devolmos, e continuando até ao Muira atravessando o leito arenoso, completamente seco d'água, chegamos á grande aringa de Gande que também encontrámos abandonada. Este homem que parece ter sido o mais ladro e mais facinora dos irmãos do Bonga é que não deve deixar de ser procurado e, se não morrer no encontro, ser mandado para fóra da província.

O Biriéri que encontrámos na aringa estava coberto de sangue ainda fresco.

Foi d'este logar quo expedi correspondencia para o governador interino do distrito, ja anteriormente escripta, porque a mais directa e rapida via de comunicação era aquella que nós mesmos tínhamos viudo abrindo no paiz do inimigo; contava-lhe os acontecimentos e lembrava-lhe a conveniencia de vir com urgencia juntar-se ao capitão-mor de Manica cujas forças elle, como governador do distrito, commandaria até terminar as operações de guerra.

Como por parte alguma encontrávamos já resistencia e se ia approximando o tempo em que eu deveria partir para Quelimane para aproveitar o primeiro paquete para o norte, e como era provavel que fosse inutil obrigar a maiores trabalhos a força branca da guarnição do distrito, resolvi-me mandar marchar rapidamente, na madrugada do dia 23 o grosso das forças de Manoel Antonio pelo Muira acima á altura das aringas de Chinecupete. Se n'ossas aringas encontrássemos ainda resistencia deveriam os commandantes das forças mandar com urgencia com esta noticia emissarios que chegariam ao nosso acampamento ainda de noite ou na madrugada do dia 24; Manoel Antonio de Sousa, o capitão-mor de Chicoa e eu com a força branca da guarnição de Manica partíramos

em direcção a essas aringas. No caso porém de ahí tambem estarem as guarnições das aringas já em fuga e encontrarem estas abandonadas avisar-nos-hia embora com meios urgencia, e a guerra do Bonga estando acabada eu descorria para Quelimane, a força branca continuaria até Sena com todo o material de artilharia, para de ahí regressar com vagar e conforto ao seu quartel em Gouveia, e os dois capitões-mores subindo o Muira iriam mandando destruir as aringas abandonadas de Muchenga e do Chinecupete, e regulariam a situação de Goba, regulo de umas pequenas terras encravadas nos prazos de Manica, proximo de Sena e do Zainbeze, e unico homem que se julgava independente das leis portuguezas na vastidão da província de Moçambique efectivamente hoje ocupada desde a costa até quasi aos limites do paiz dos Matabeles. Depois iriam ambos ver o lugar da incendiada aringa de Pangara e o nosso antigo acampamento de Inhamaconibe e de lá directamente, já por terras absolutamente sujeitas, até Tete onde o capitão-mor de Manica tinha a cumprir um voto religioso, e onde tambem na presença do governador do distrito, deveriam combinar com o sargento-mor de Micungue no modo de facilmente e sem nova campanha se concluir a questão do Mutoco.

Pelo meado do dia 24 chegou noticia de que todas as aringas de Chinecupete estavam abandonadas, a gente d'elle ou espalhada em fuga ou apresentando-se; e das forças que tinham seguido pelo Zambeze noticia de que a aringa de Inhaunga tinha por elles sido ocupada sem encontrar quem lhes resistisse, e do que o capitão Cataudica declarara que se sujeitava e que breve viria apresentar-se onde nós estivessemos.

Em vista d'estas notícias na manhã do dia 25 despedi-me dos dois capitões-mores e puz-me a caminho para Quelimane.

Desceci na aringa de Inhaunga para almoçar e poucos minutos depois entrava n'ella o governador interino do distrito que viuha da aringa de Musseca trazendo ás suas ordens a gente de Manoel Antonio do comando do mzungu Canavremo e do capitão Chacupadesa e a que já me referi. Por elle soube que da aringa de Cataudica tinham partido alguns tiros e a aringa tinha sido tomada. Depois do almoço continuei a minha viagem rio abaixo e o governador continuou por terra em direcção ao lugar da aringa de Gande, onde depois soube que no mesmo dia chegou quando ainda ahí estavam os dois capitões-mores.

De tudo mais que se passou até terminarem as operações da guerra e dos factos anteriores que não mencionei, sucedidos tanto no distrito de Tete como no de Manica terá V. Ex.^a detalhado conhecimento pelos relatórios dos respectivos governadores.

Deus guarde a V. Ex.^a — Lourenço Marques, 27 de outubro de 1887. — Ill.^{mo} e Ex.^{ma} Sr. Conselheiro Governador Geral da província de Moçambique. — Joaquim Carlos Paiva d'Andrade, major do estudo maior d'artilleria.

ANNUNCIOS

Contadoria da Junta da Fazenda da Província de Moçambique

Em virtude da deliberação da Ex.^{ma} Junta da Fazenda, de 6 do corrente, se anuncia que a arrematação que devia ter lugar no dia 17 d'este mês dos objectos constantes do anuncio publicado no Boletim Oficial n.º 53 de dezembro do anno findo, fica adiada para o dia 14 de fevereiro proximo futuro; devendo os concorrentes envierem na proposta em enuns封tados até o dia 13 do referido mês fevereiro.

Contadoria Geral da Junta da Fazenda da província de Moçambique, 7 de janeiro de 1888.—O secretario, Joaquim Hippolito de Noronha Gouveia.

Juiz de Direito da Comarca de Moçambique

Por este juizo e cartório do 2.º ofício correm editos de 30 dias a contar da segunda e ultima publicação d'este, citando todas os credores e mais interessados que se julguem com direito ao espolio de Getúlio Bogunidás, residente que foi em Ampapa, para virem, querendo, deduzir os seus direitos dentro do prazo legal.

Moçambique, 30 de dezembro de 1887.—E eu Gustavo de Rivar Pinto Lopes, escrivário e escrevi.—Verifiquei.—O juiz de direito, N. Ferreira.

2.º anuncio.

O abaxio assinado tendo de seguir no proximo paquete para Lisboa, vem por este meio, despedir-se dos seus amigos e pessoas ás suas relações, oferecendo o seu limitado prestimo n'aquelle cidadade, pedindo desculpa não poder ser pessoalmente por falta de tempo.

Moçambique, 7 de janeiro de 1888.—Júlio Fornasini.

Nina Letitia Emma Hutt e George Harry Hutt, retirando-se para Lourenço Marques e Europa no proximo paquete Conland e não podendo despedir-se de todas as pessoas que n'esta cidadade os obsequiaram com as suas relações, pois o seu estado de saúde não permite, o fazem por este meio oferecendo o seu limitado prestimo.

Moçambique, 7 de janeiro de 1888.

George Harry Hutt, retirando-se para Lourenço Marques no paquete Conland declara que fica seu procurador n'esta cidadade o Ex.^{mo} Sr. Alfredo Auerbach.

Moçambique, 7 de janeiro de 1888.

Preço do presente numero do Boletim Oficial 2.10 réis
Moçambique — IMPRENSA NACIONAL

CAPITNIA-MÓR DAS TERRAS FIRMES

RELATORIO (8)

I

Série do 1888. — Ill.^{mo} o Ex.^{mo} Sr. — Em virtude das correrias que continuamente se estavam dando nas terras da corda d'este continente, pelos salteadores namaraes, correrias que, apesar dos muitos esforços já empregados, não deixaram de cessar, sendo ultimamente mais perigosas pelos horrorosos crimes que se praticavam nas diferentes povoações, já roubando e escravizando mulheres e crianças, já assassinando os que alguma defesa apresentavam, tornando-se cada vez mais amplo, e por toda a parte, o odioso tráfico da escravatura, factos estes que deram em resultado o atraso da agricultura, principal riqueza d'estes povos, por se acharem aproximadamente há dois annos, paralisadas as colheitas, pelo completo abandono de povoações inteiras, das quais se apossou um terror panico indescriptível em consequência de se não conseguir inflingir ao inimigo um correctivo bastante severo, por isso que o seu coito era ignorado, pois que, só traioeiramente, e de noite, os cri-minosos assaltavam as povoações, onde commetiam toda a serie d'atrocidades, e sem as mais das vezes, darem temporá defesa, resultou, das minhas instantes representações, V. Ex.^a ordenar ua ausencia de Sua Ex.^{mo} o Sr. Conselheiro Governador Geral, que toda a força do batallão de caçadores n.^º 1, no numero aproximado de 200 homens, incluindo n'este numero os officiaes e officiaes inferiores, viesse operar n'este continente.

Esta força desembarcou nas praias de Mossuril em 27 de agosto findo pelas 8 horas (a. m.) onde permaneceu, retirando-nos todos depois para Natule por haver ali uma fortificação passageira que garantia à columna de operações a segurança necessaria à demora que ainda devia existir.

Desde 27 a 31 dediquei-me unicamente a reunir gente das terras que se encontrava refugiada, e angariar carregadores para transporte de mantimentos, bem como a força irregular de cypaes, que subiu até ao numero aproximado de 450 homens.

No dia 1 do corrente pelas 8 horas (a. m.) depois de distribuídos os respectivos sinalas de guerra, ordenou o commandante da columna, o sr. major Manoel Antonio da Fonseca, que se levantasse o acampamento e seguissemos o caminho da povoação da Naguema, a intitulada rainha de Namarral, marcha que se realizou na melhor ordem, gastando-se no transito 5 horas, demora causada pela condução das duas bocas de fogo que nos acompanhavam, e da obstrução das estradas, as quais foi preciso ir abrindo à força de machado, e onde o trabalho braçal se tornou uma campanha.

O caminho a percorrer, sendo quasi impraticavel ás nossas forças, mais o era ainda para a artilharia, que eu conheci imprópria para estas operações. Veneram-se contudo todas as dificuldades á custa d'uma vontade tenacissima e de trabalhos quasi sobre-humanos.

Apenas chegados proximo da povoação da rainha, o inimigo intrincheirado no espessissimo matto, começou por nos fazer um fogo vivissimo, que logo foi respondido pelas forças regulares e irregulares, sem que todavia podessemos reconhecer os terrenos que pisavam ou sequer os movimentos e posições que tomavam. Avançamos, no entanto, para melhor tomarmos a defensiva, o que se effectuou logo que tornámos a citada povoação.

Recebemos aqui então descargas ininterruptas, por todos os lados, e sempre com desvantagem para as nossas forças.

A zona onde nos encontravam era um círculo completamente circundado de matto, no qual parecia estarmos resguardados e onde calculavamos ficar, tratando-se imediatamente de levantar pequenos pontos de defesa. Infelizmente foi-nos tal intento impossivel porque, tentando por varias vezes proceder a escavações, vímos na necessidade de nos acobertarmos com a linha de atiradores, visto que o fogo inimigo nos dava só lugar á defesa immediata. Os namaraes conheciam os nossos projectados planos, escondidos como estavam por espesso matagal, e porque nós estávamos a lescoberço, viam todos os nossos movimentos, e por isso tiveram unicamente em mira, primeiro que tudo, impedir-nos a construção dos abrigos.

Como o sr. commandante da columna visse que a tarefa se tornava ardua, se não impossivel, e o tempo se não podia perder, ordenou um cordão de atiradores collocando o primeiro pelotão a O., o segundo ao S., o terceiro a N. e o quarto a L., e os grandes intervallos reforçados pelos cypaes, sendo todavia todos estes movimentos feitos debaixo de continuo fogo, pois que o inimigo nem sequer respeitava a artilharia que constantemente despejava lanteretas, respondendo a elas com enormes vozerias, acompanhadas sempre de cerradas descargas.

Emfim, Ex.^{mo} Sr., já lido durava havia já 5 $\frac{1}{2}$ horas e os nossos soldados tinham já consumido aproximadamente 16.000 cartuchos. Começaram por esfriar o fogo, e como consequência, a dar menos ardor aquella tremenda luta.

Vendo o commandante a impossibilidade de transportar os feridos que reclamavam socorros mais rápidos, a falta d'água que se sentia, pois que havia unicamente um único poço que nos fornecia a um kilometro de distância, e que para a sua condução seria necessário empregar um pelotão e o maior numero de cypaes, o que se chegou ainda a praticar, mas que se não podia repetir, mais vezes pelo escuro da noite que em breve viria, o mais ainda porque o poco existia dentro d'um matagal impossivel de desbastar, ainda que para tal fim se empregaram todos os esforços, visto que o inimigo, reconhecendo a necessidade que por força devíamos sentir, nunca o abandonou; vendo mais que apenas existiam no acampamento tres cunhetes contendo cada um 750 cartuchos, com o que nos poderíamos apenas sustentar mais tres horas, gasto que se explicava pelos soldados não observarem as vozes ou toques de cassafogo, por muitos esforços que para isso empregasssem os bri-sos officiaes, commandantes de pelotões, que se viam desatendidos, pelo ardor com que os soldados mantinham o fogo, parecendo terem só em mira o consumir munições; vendo, finalmente, que, aproximada a noite, dever-se-hia dar necessariamente a confusão, e que os cypaes nos abandonariam, expostos como estavam ás emboscadas nocturnas em que em breve se teriam de encontrar, reunir então os comandantes dos pelotões e das forças irregulares expondo-lhes a situação em que se encontravam. Depois de reunidos estes valentes officiaes, cujo denodo foi notável pela desigualdade de posições entre nós e o inimigo, foram todos de opinião que se retirasse, para poder aproveitar-se uma hora que restava ainda do dia. Depois d'esta decisão, que julguei extremamente sensata, porque era a unica a tomar, o commandante levantou o acampamento, impondo-se aos carregadores a responsabilidade pela condução e segurança das peças de fogo, assim como ao 1.^º ajudante das terras, Abduramane Abdalla e capitão-mór Amade Amine Mamudo, os quais de boamente a assumiram. Mandaram se as macecas com os feridos na frete, bem como todo o material existente, não se deixando nada no acampamento. Quisiram-se todas as povoações pertencentes á intitulada rainha n'esse momento, tendo sido já anteriormente feito o mesmo a muitas mais, apesar dos esforços que o inimigo sempre empregou para obstar ao nosso intento.

A retirada, Ex.^{mo} Sr., era um dever, e passo a afirmar que foi feita com todas as regras exigidas n'un campo de batalha. Se um combate honra os que lutam, uma retirada em ordem, e a tempo, dá gloria a quem a dirige. Se lutamos enquanto as forças combatem; muito maior foi a luta na retirada, sendo nossa intenção alcançarmos a primeira fortificação, onde possuímos o material necessário para nos defendermos.

Realisaram-se as nossas previsões. Depois de 15 minutos de marcha, o inimigo engrossou, o que se conheceu pelo fogo que angustiava e as nossas forças atacadas por todos os lados, defenderam-se com valor e energia, pois que, a não ser assim, teria sido infalivelmente sucumbida a maior parte.

Ainda não tínhamos percorrido 3 kilometros, já a noite se começava a aproximar, quando sofreremos uma decepção horrorosa: o encontro d'uma boca de fogo abandonada! Vieram sobre todos uns assomos de desalento, substituído mais tarde pelo verdadeiro desespero. Cypaes e carregadores, tudo tinha fugido, largando desumanamente ás macecas onde se transportavam os feridos; tudo eram tropeços á retirada tão brilliantemente feita. Apoderemo-nos da boca de fogo, fiz ver aos soldados qual era o nosso dever, empreguei todos os esforços que em mim cabiam para a conduzir e consegui arrastal-a ainda a bastante distancia. Tínhamos, porém, uma má estrela por nós, porque, quando julgo ter salvo a primeira, encontro no caminho também abandonada, a segunda! No entanto, o inimigo fustigava-nos poderosamente com as ballas arremessadas do espessissimo matagal que nos cereava. Os soldados perdem parte da sua coragem e não há já fazêrmos-nos obedecer. O bravo commandante emprega-se a contel os, tenta excitá-los a transportarem os seus camaradas feridos, e elles recusam-se. Officiaes e officiaes inferiores, chegam a conduzir ás macecas ás costas, mas o cansaço em breve vem e cerca-os a dura necessidade de os abandonarem.

Até este terrível transe ainda eu, Ex.^{mo} Sr., me conservava ao lado da artilharia, mas, já sem esperanças de poder salvá-los, deparo com o commandante ao pé de mim. Peço-lhe, supplico-lhe, mas este bravo já nada me podia fazer, porque n'esta occasião ouvia-se o 4.^º pelotão pedindo socorro. O commandante esquece todos os perigos que podia correr no passo que era preciso dar, e vai para a retaguarda animar com a sua presença as poucas praças que restavam e que se defendiam valorosamente. Optando-se

depois pelo encravamento de uma boca de fogo, visto não haver quem as levasse, não se tendo feito o mesmo à segunda, porque o estado das coisas havia chegado ao cumulo da confusão, sem se ver já o caminho que pisavam, sem guias, completamente desorientados pela escuridão da noite, que cairia sobre nós pesada como as trevas do desespero em que todos nos víamos, entre matto cerrado, vímos-nos obrigados a caminhar ao acaso, dispersos, envoltos na mudez, que cercava sempre os que se vêem a lutar com a covardia de forças irregulares que nada conheciam do valor e energia que é preciso aos grandes feitos.

Tendo nós levantado o encravamento ás 5 ½ horas (p. m.) gastámos 6 horas até chegarmos a Ampapa, quando o maximo tempo não devia exceder a tres horas. E se tão cedo chegámos, é porque o inimigo deixou de perseguir-nos logo que nos vímos proximo das povoações já sob o vosso domínio.

Pela minha exposição compreenderá bem V. Ex.^a qual a força de animo precisa para se supportarem tantos revezes, provenientes unica e exclusivamente da fuga dos cypaes e abandono de tudo que nos era dever conduzir. Se o desespero nos foi enorme, a consciencia a ninguém pôde acusar de não terem bem cumprido com os seus deveres. O combate em campo descoberto, com inimigo em frente, e onde a arte da guerra se pôde desenvolver, é bem facil, deve ser bem mais facil, do que a luta entre matagais fechadíssimos, expostos ao fogo inimigo, e sem se saber a quem se ha de combater. Se a gloria dos vencedores é grande, é porque a luta foi assombrosa.

Não me compete a mim, Ex.^{mo} Sr., ir avante; peço, todavia, venha para dizer quão, n'esta luta assombrosa para a pacificação das terras firmes, e para evitá-las dos revoltosos, obraram prodígios de valor os officiaes da columna. Um dia inteiro de marchas e do fogo intenso não lhes quebrou o animo.

Fizeram o que sempre devem fazer os officiaes do exerceito portuguez ultramarino, para provar quo, nem as fatigas os alquebram, nem sabem voltar o rosto aos perigos. O commandante pela sua conhecida coragem, e os officiaes pelo seu denodado valor fizeram que da fugida da cypaes e abandono de bocas de fogo, não mais perigosos resultados houvesse.

Cumpre-me mais ainda, Ex.^{mo} Sr., regosijar-me pelas medidas desde principio tomadas para a luta em que nos achamos envolvidos. Se a escravidão cessa no interior do Namarral e se um castigo inslinguoso a este bando infame, que a todo o momento castigava povoações indefesas, é bem certamente devido aos esforços feitos e as medidas tão energica e sensatamente determinadas, as quacs, estou convencido, farão do continente umas terras cheias de commercio legitimo, e gratos os seus habitantes pelo socorro que de futuro lhes advira.

Déus Guarde a V. Ex.^a. — Secretaria da capitania mór das Terras Firmes, 13 de setembro de 1888. — Ilh.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Secretario Geral do Governo Geral. — O capitão-mór, Joaquim Barbosa Lopes Lobo.

II

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Depois do meu primeiro relatorio, e segundo o que n'ele expunha, forçado se tornava tomar providencias mais energicas. Poderosas eram as primeiras, mas os animos precisavam robustecer-se pelo exame frio e nô dos factos dados. Se não era totalmente nosso o prestigio dos sucessos, preciso era estudar seriamente a situação para um golpe decisivo. A não ser d'esta forma, seria o final da primeira campanha não só a perda da força moral e do poder que nos cumpre exercer em territorios que são nossos, como também o direito de posse ao muito que resta por dominar.

Foi, acobertados por esta crença que se deram os passos com a rapidez que os factos requeriam. O commandante da columna, procurou reunir, no dia 2 de setembro pelas 4 horas (a. m.), dentro da fortificação passageira de Ampapa, as forças regulares, notar as praças em falta, saber as que foram victimas no ataque, e depois d'isto feito voltámos a Natale, onde esperaríamos novas ordens de V. Ex.^a. Não foram elas muito demoradas, como convinha, e porque o empenho que V. Ex.^a formava d'uma segunda campanha era tão assente, quanto é certo não haver no animo que os revoltosos não fossem completamente exterminados. Voltava V. Ex.^a no dia 3 de Matibana, onde fôra conferenciar com o Xeque d'aquele ponto, um trabalhador incansável e chefe exemplar, estava V. Ex.^a no dia 5 junto de nós todos, ajudando-nos com o seu prestimoso conselho, solicitando-nos, animando-nos e suavizando os tormentos solridos n'esta lucta com as expressões agradiaveis de homen infatigavel, que bem conhece quanto são duras as horas passadas em guerra com o gentio. Informando-se V. Ex.^a da saude de todos os officiaes, officiaes inferiores e mais praças da colunna,

deu um honroso testemunho e uma prova evidentissima do quanto lhe interessavam estes heroes do matto, que sabem arrostar todos os perigos só na mira de bem cumprirem com um dever que a sua bandeira lhes impõe.

Antes de V. Ex.^a nos honrar com a sua visita tinha ja determinado ao commandante que novamente voltasse para Ampapa, onde a columna obteria mais rapidos soccorros, no caso de necessitar, e para onde as comunicacões seriam mais rapidas faccias.

Prometteu ser V. Ex.^a mais assiduo com a sua presencia, e que empregaria todos os esforços para estar junto de nós quando os seus trabalhos de secretaria o deixassem livre. Despedindo-se disse ir conferenciar com Molyde Volay e Marave, e quo o exito d'esta conferencia nos seria comunicado.

Devo V. Ex.^a recordar-se, de certo, que me ofereci para acompanhar, sabendo que o fim de V. Ex.^a era empenhar aquelles dois individuos em nos auxiliarem na campanha contra os namaraes. Foi acceite o meu pedido. Tinha eu em vista ver a forma porque seríamos recebidos, não por V. Ex.^a mas sim por mim.

Estes dois potentados mantêm, ou julgava eu quo mantinham, odios invecterados contra mim, odios que não tinham razão de ser. E se V. Ex.^a me dá licença, eu explicoo: o capitão-mór das Terras Firmes, unica autoridade portugueza que conhecem nas suas terras, vê-se por vezes obrigado a cumprir com os seus deveres e a fazer dar cumprimento a lei. Ao executar ordens superiores para castigar qualquer crime ou rebeldia que correctivo merecem, tem de encontrar-se quasi sempre com gente d'estes potentados, e como é só o capitão-mór que se tem colocado a frente das forças diminutas para arreciar com as muitas forças d'elles, entendem quo eu sou o unico que causa o mal sem se lembrarem quo é a sua indisciplinada gente que o promove. E d'ahi que nascem odio que me tributam.

No dia 7 parti em companhia de V. Ex.^a para Quivolane. Não deixei de repetir-lhe o inconveniente do meu desembarque, pelos motivos acima expostos. Concordou V. Ex.^a em que eu permanecesse a bordo do escaler a vapor, até que, caso o julgasse conveniente, eu podesse desembarcar.

Dentro em pouco deslumbrou-me o vêr aproximar-se da praia um grande numero de homens, rogando-me que desembarcasse, levando-me em seguida como que em procissão. Vi no rosto dos grandes, que todos elles o eram, o contentamento que experimentavam por d'eu e conheciam mais de perto, contentamento quo chegavam e expressar por felicitações pela minha ida ali.

O trajecto foi una demonstração continua de regosijo ao ate local em que V. Ex.^a deveria realizar a conferencia. Foi entao que vi bem a entrañada sympathia votada a V. Ex.^a, unico encarregado de vêr se conseguia que os dois potentados se possesem em movimento o que se conseguiu depois de ouvirem os motivos que ali nos levavam. Combinou-se o tempo, meios, modo e as circumstancias em que se haviam de realizar as forças irregulares, anunçando a tudo que por V. Ex.^a era dito, empunhando n'issa sua palavra.

Mostrou V. Ex.^a ficar satisfeito com o final resultado d'esta conferencia, retirando-nos nós depois, pelas 4 horas p. m. com direção a Moçambique, onde chegámos ás 10 horas.

Retirei em 8 para Ampapa, e ali permaneci esperando os acontecimentos. No dia 18 levantou o acampamento o batallão com direccão a Namancava, por se ter combinado que em 20 fosse o primeiro e geral ataque. Ao chegar-se áquelle lugar, soube-se por uma carta de Molyde Volay que nada se efectuaria no dia indicado por necessitar este chefe de guerra reunir mais alguma gente sua. Para se acampar em Namancava ordeou-se a marcha a uma guarda avançada composta do 2.º pelotão.

Namancava era um ponto/guarnecido de matto espessissimo, impossivel mesmo para o acampamento. Não sei bem descrever a V. Ex.^a o meu entusiasmo pela transformação operada, como bem mal poderia dizer quem n'esta transformação mais se distinguia com bem combinados e esforçados serviços.

E n'estes trabalhos quo também se fazem notar a vontade e o zelo dos que mandam. O dever do soldado é bem diferente do servigo que se fez; e todavia, o conselho bem dado, a amizade que sentiam pelos seus superiores, e o estímulo dado por verem que os officiaes praticavam o exemplo, levou-os de bom grado a fazerem um servigo que difficilmente se podia exigir a homens que são obrigados a servigo bem diferente. Na minha opinião esto facto merece bem o reparo de V. Ex.^a, que não desconhece certamente quanta dificuldade existe em fazer quo o soldado preto se transforme n'um momento diabo em trabalhador de campo.

Visto que a carta de Molyde Volay dizia não poder ser o ataque no dia 20, entenderam V. Ex.^a que o batallão não devia ser mandado com o servigo continuo de vigilancia quo ali se tornava engivel e mandou-o retirar, o que logo se efectuou.

Recebi uma carta do xeque de Matibana oferecendo-se para auxiliar o governo no ataque contra os namarres. N'esta carta pedia elle munícipes de bocca e de guerra, protestando o seu devotado amor pela causa do governo, o que sempre desejava encontrar-se junto de nós, pois que reconhecia ser suído do Rei do Portugal e que por isso se julgava obrigado a prestar toda a força de que podesse dispor para demonstrar quanto era leal e amigo.

N'o me julguei autorizado a conceder-lhe o que pedia, e submetti esta carta à esclarecida decisão de V. Ex.^a. Foi ella que se dessem todos os elementos precisos ao xeque para nos ajudar e poi isso marchei no dia 19 para Matibana conduzindo generos, armamento e polvora, munícipes que só entreguei quando por uma minuciosa inquirição averigüei que os seus offerecimentos eram sinceros e que mantinham tenazes desejos de integralmente cumprirem com o que diziam.

No dia 26 determinou V. Ex.^a que eu o acompanhasse a Mutique a conferenciar com Molyde Volay. Acompanhava-nos também o comandante da columna d'operações e o facultativo Custodio Joaquim Barreto Xavier. Desejava V. Ex.^a ver a gente que Molyde Volay tinha junto, combinar as operações futuras, animar os a um resultado brillante, incitá-los com palavras, encorajá-los, mostrar-lhes emisim, a conveniencia suprema d'un feito decisivo. Chegados que fomos a Mutique, soubemos por um preto achar-se Molyde Volay em Matomoniho, a legua e meia de caminho.

Dirigimo-nos para este ponto a pé, sob um sol ardentissimo que caia sobre nós. Veredas estreitissimas sobre areias soltas que fatigavam extremamente. Só a coragem sabida de V. Ex.^a, só a nossa sympathia e a nossa gostosa adhesão a tantos sacrifícios, só o cumprimento d'un dever que está no coração de todos, é que poderia dar animo para uma viagem tão fatigante.

Molyde Volay não tinha renhida a gente necessaria, que devia chegar de muito longe, gente macaua que devia formar o grosso das suas forças. Prometeu que no dia 30, caso tivesse junto de si todos os que esperava, se realizaria então o ataque geral.

Volmos a Muxilia, onde pernoitámos e em 27 seguimos para Moçambique.

N'és e mesmo dia marchei para Mossuril, pois que tinha a distribuir os meus serviços por mais alguns pontos onde julgava a minha presença necessaria.

Em 28 fui á Matibana, por ter recebido uma outra carta de Molyde Volay avisando-me de que o ataque seria em 1 d'outubro. Eu já dissera ao xeque ser o ataque em 30 de setembro, e preciso se tornava avisá-lo para que a unidade d'operações se tornasse um principio assente e firme. Acompanhava-me n'esta missão o tenente João Augusto Pinto, incansável também em ver, animar e ajudar, prompto sempre a prestar os seus serviços onde fossem reclamados. Chegados que fomos á Matibana, soube que o xeque se dirigia para Naenxa. Mandei avisá-lo de que desejava falar-lhe e dentro em pouco pude saber que as suas forças se acham reunidas em Naenxa. Convidou-me a ir ver pessoalmente o que avançava, mas tornando-se necessaria a minha presença, no dia seguinte em Namara, recusei-me a este pedido, limitando-me a entregar-lhe os signaes de guerra, a dar-lhe instruções, avisos, conselhos, a animá-lo, enaltecê-lo, a transmitir-lhe este ardor de que todos andam possuidos, e a mostrar-lhe a vontade e o desejo com que V. Ex.^a trabalha n'uma causa que a elle também interessava, como a todos os que amiam pela paz e socorro nas terras do governo de Sua Magestade. Retirei-me pouco depois, chegando a Mossuril ás 11 horas (p. m.)

Em 30 de setembro acompanhei V. Ex.^a a Namara, indo com-nos o comandante da columna, o facultativo Barreto Xavier e o cidadão Augusto Antonio Duarte Borges. Era o dia marcado para a combinação dos signaes de guerra e saber-se o inicio de ataque, isto é quates os caminhos a percorrer e por consequencia, descreverem se os itinerarios, hora a que se devia chegar e ver-se o numero de homens que o capitão-mór Molyde Volay, tinha reunido a si, o que facil foi, calculando-se no numero aproximado de 900.

Foi-nos dito por Amade Bahar, comandante d'esta força, que esta gente era apenas a d'elle, pois que a do capitão-mór estava acampada em Muxilia, nada se podendo por conseguinte fazer, por haver ainda duvidas a resolver, e que só depois de desembarracadas se destinaria o dia de combate. Era mais um contratempo, mas é bem sabido que esta gente tem os seus habitos particulares, os seus costumes arraigados, as suas superstícies pelas quais ordinariamente se dirigidos, e tornavam-se naturaes estes adiamentos. Pesadas estas razões pelo seu criterio que distingue V. Ex.^a resolveu retirar-se com todos os que o acompanhavam.

Chegados a Ampapa em caminho direito, combinou-se com o cidadão Borges que se prestava a auxiliar o governo, para que com as suas forças atacasse a Naguema no dia 1 do corrente, tendo principalmente em vista saber-se e conhecer-se o acampamento do inimigo.

A's 6 horas (n. m.) do dia 1 marcharam as forças em direcção a Naguema, mas reunidas em Namara, os do Molyde Volay, decidiram então marchar juntas, indecidido quem atacar o ponto combinado, mas sim as fronteiras de Namara. Partiram, pois, para a langa do Polio, tendo-se dividido as forças, por caminhos diversos desde as do cidadão Borges, no numero de 600 homens e as de Molyde Volay cuja numero não inferior. As forças combinadas por bater o matto, destruindo todas as povoações com que d'pararam. Foi sobre elles disparado um tiro salido do artilharia, que logo foi respondido por tres, conseguindo matar-se um espião, segundo se crê, que andava examinando as operações operadas pelas nossas forças, em movimento. As forças tiveram de retirar em consequencia do adiantado da hora, e ficar o acampamento d'uma das forças bastante distante.

Tornando-se preciso operar rapidamente e de uma forma decisiva recomendou V. Ex.^a o comandante da columna para que tomasse sobre si a iniciativa de determinar um ataque com todas as forças reunidas.

Foi designado o dia 5 para este feito. Deviam reunir-se ali o batallão, as forças do cidadão Borges e as do Molyde Volay. Havia nove officiaes para o commando, tomei conta da ala esquerda do batallão, e fui com tanta satisfação, quanto é certo que mantinha firme desejo de ver apazignado o nosso continente e cooperar com todas as minhas forças para que um correctivo serio recebam os namarres, os perturbadores do socorro que tanto desejam os namarres portuguezes, que um beneficio e civilizador intuito collocou sobre a nossa proteccão.

Marchei no dia 4 para Natule a tomar conta das forças que me eram confiadas. D'ali devia eu sair, como saí, no dia 5, em direcção a Namaneava, onde permaneciam as forças do cidadão Borges, as quaes deviam marchar juntas com as nossas. Cheguei meia hora antes que a ala direita. Era a nossa intenção sairem d'ali as forças regulares e irregulares, sendo estas precedidas por aquellas, em direcção a Naguema, onde nos devíamos encontrar com as forças de Molyde Volay, combinações estas que foram ordeadas oportunamente.

Chegado a Namaneava inquiri do cidadão Borges sobre as suas forças. Respondem-me que o pouco tempo dado para a reunião, o impossibilitava de operar como desejava. A gente não se juntava, porque se uns habitam perto, outros estão a distancia tal que difícil se torna o avisar os com tempo. Nestas explicações e lamentos se levou meia hora, chegando entao á ala direita do batallão, commandada pelo sr. major Fonseca.

Foi contada a gente existente do cidadão Borges, e viram-se 194 homens.

Com esta diminutissima somma, era impossivel qualquer emprendimento; todavia, propun ao commandante Fonseca para que fossemos a Intete examinar as forças de Molyde Volay, que ali se deviam encontrar, como se tinha ordenado, e que, com elas e as poucas do cidadão Borges, se fizessem umas investidas, ainda que arriscadissimas e perigosas. Não se chegaram a realizar, nem mesmo d'ali saímos, porque n'este coménio chegou o alferes Guilherme d'Oliveira, que se conservava junto dos acampamentos de Molyde Volay, a participar-nos que a gente d'este não tinha marchado pelos mesmos motivos que apresentou o cidadão Borges.

Foi um contra-tempo que me desgostou sobre modo, tanto pelo interesse immenso que tenho em ver devastado o Namarrel, como também por ver finalizada uma campanha para a qual V. Ex.^a tantos esforços tem empenhado.

Recolhemos para Ampapa e no dia 9 sonhe eu que as forças do Molyde Volay tinham procedido a umas escaramuças nas terras do inimigo, onde fizeram algumas baixas, soffrendo sómente a perda de dois dos seus homens.

Conferenciei com V. Ex.^a sobre estes factos e recebi instruções que só de V. Ex.^a podiam sair, empenhado mais que ninguem para o bom exito d'uma tão arriscada campanha. Aconselhou-me que corresse a um ponto e a outro a animar com a minha presença, a aconselhar com a minha autoridade e a observar com a minha experienzia. Que fosse ao Sul vêr e conversar com Molyde Volay; que passasse em seguida á Matibana a notar o que por lá se fazia; emfin, que estivesse em toda a parte ao mesmo tempo, aprovando o que fosse bom, reprovando o que fosse mau, aconselhando uns, vigiando outros.

Que percorresse as aringas de Molyde Volay que conversasse com uns e com outros; que lhes desse entusiasmo e energia; que os ouvisse com paciencia; que lhes resolvesse as dificuldades. E estas instruções dadas por V. Ex.^a, e estes conselhos tão bem ministrados são uma prova evidentissima do ardor com que V. Ex.^a trabalha e dos esforços que pratica a favor d'uma causa que todos amiam vêr a bon caminho.

No dia 10 fui conferenciar com Molyde Volay. Este chefe de guerra assinou-me que tinha empenhada a sua palavra e que havia

de cumpril-a. Explicou-me bem que os Namaraes tem aqui o mesmo poder que os *vatusas* e *landins* na Zambezia e Sofala. Ao ouvir-se falar dos Namaraes todos fogem, como fogem n'aqueles pontos só ao simples aviso de que *vatusas* ou *landins* estão próximos. Por isso a gente que o cerca não quer nem deseja marchar sem ter um o a si as forças *mucuas* que a todo o momento espera. O passo que deu comprometeu-o já bastante para que possa deixar de ir avante. Se anuncia desistisse da empreza, o Namaraal esmagava-o, e elle não deseja vir-se n'essa situação. O interesse hoje é tambem seu. Não trabalha só pelo governo, trabalha também por si, que a todo o momento se vê em dificuldades com os assaltos d'aqueles bandidos. Disse-me que o governo o deixasse operar descamadamente, que não desesperasse, porque a demora que podesse haver era unicamente em proveito de todos.

Recolhi d'ali no dia 11 bastante satisfeito com as promessas feitas e com as razões apresentadas, que julguei bem naturaes e racionaes, marchando logo em seguida para a Marinha, passando por Moçambique, com o fim de examinar o estado das forças do

xeque. Examinei e prescrevi bem a disposição dos animos e consegui saber que o xeque se acha prompto para o ataque, mas que nada pode fazer sem ser na mesma occasião em que saiam a campo as forças de Molyde Volay. Elle por si compromete-se a atacar pelo Norte, mas é necessário que os namaraes sejam atacados no mesmo tempo pelo Sul, para que não caiam em massa sobre a Matibana, indo elle só a campo. Vi que estavam todos bem animados para a empreza e julgo que as forças combinadas como elle diz, e a bôa razão aprova, operando em ordem e decididas, poderão dar bons resultados.

Recolhi a Moçambique no dia 12, onde cheguei ás 10 horas (p. m.) e conhecendo que o tempo decorrido desde o meu ultimo relatório era já bastante longo, julguei rasoavel apresentar de novo a V. Ex.^a todos os factos dados para bem poder examinar o que se tem feito e o mais que haverá a fazer.

Dens Guarde a V. Ex.^a — Acampamento em Ampapa, 14 de outubro. — *Exame das contas da Comissão Municipal de Angoche*

ESCOLA DE ARTES E OFFICIOS

Balanço da receita e despeza dos fundos d'esta escola referido a 30 de setembro de 1888

RECEITA

Saldo do mez antecedente	1.311.501
Subsídio dado pela Ex. ^a Junta da Fazenda aos alunos pensionistas (doc. n.º 141)	416.566
Idem do alumno porciouista n.º 115 Geriggy referido no mez de outubro (doc. 142)	3.3720
Produto da suscrição mensal (doc. 143)	34.3050
Salários vencidos pelos alunos no arsenal (doc. 144 e 145)	23.3100
Idem na Imprensa Nacional (doc. 146)	7.500
Idem nas obras publicas (doc. 147, a 151)	4.6550
Idem na typographia do <i>Africa Oriental</i> (doc. 152)	35.000
Proventos da banda de musica (docs. 153 e 154)	18.3000
Produto da officina de sapateiros (doc. 155)	105.3080
Idem da de artifícias (doc. 156)	50.3100
Idem da venda de 30 toneladas d'água, sendo 18 a 33.000 réis e 12 a 25.000 réis (docs. 157 e 158)	78.3000
<i>Somma</i>	2.088.3227

DESPESA

Despendido com a alimentação (reg. 23)	234.3933
Idem com reparação, iluminação, limpeza, concertos e outras despesas (reg. 24)	41.5965
Folha de pagamento dos empregados e artistas (reg. 14)	238.3650
Despendido com vestuário e calçado (reg. 25)	52.3910
Subsídio vencido pelos alunos, que foram tratados no hospital, ao qual tem direito em virtude do § 1.º do art. 23.º do regulamento interno, e que entra no corte dos fundos destinados para melhoramento do rancho (reg. 23)	23.306
Um terço dos proventos da banda de musica, que entra no corte dos fundos de dotação (reg. 22)	63.000
Idem dos salários vencidos pelos alunos nas diversas officinas, idem (reg. 22)	61.8576
<i>Somma</i>	641.5130
Saldo que passa para o mez de outubro	1.443.3797
<i>Somma</i>	2.088.3227

Secretaria da escola d'artes e ofícios em Moçambique, 11 de outubro de 1888 — O director, (as.) *Francisco Corrêa Leotte*, — O sub-director, (as.) *Antônio Moreira de Souza*. Esta conforme. — Contador Geral da Junta da Fazenda em Moçambique, 13 de outubro de 1888. — O contador geral, *Antônio Alberto Pereira*.

Em virtude do solicitado no ofício n.º 81 da serie de 1888 do director da referida escola, publica-se a seguinte relação dos subscriptores no mez de setembro de 1888

III.^a e Ex.^a Srs.:

Augusto de Castilho	5.5000
Henry O'Neill	2.3500
Francisco José Rangel Nery	4.600
Thomas Cassidy	2.5000
Joaquim Hippolito de Noronha Gouveia	2.000
João Baptista Rangel Nery	1.3000
João da Silva Carrao	3.500
José Joaquim d'Almeida	2.3000
Anacleto Telles de Menezes Cabral	1.3000
Augusto Brun	1.6000
<i>Somma</i>	17.6000

III.^a e Ex.^a Srs.:

	Transporte	17.5600
Francisco Corrêa Leotte	2.000	
José Antônio dos Santos	2.5000	
Carlos Magno Alfonso	1.3000	
Manoel Francisco Dias	4.500	
João Antonio Abrantes de Sousa	6.000	
Manoel de Sousa Matheo	3.800	
José Ferreira Rosa	1.3500	
João Manoel Soqueira de Sousa	1.3500	
João Gordinho de Campos	1.6500	
Manoel Vicente	5.5000	
<i>Somma</i>	31.6060	

Secretaria da escola d'artes e ofícios, 2 de outubro de 1888. — O director, (as.) *Francisco Corrêa Leotte*, — O sub-director, (as.) *Antônio Moreira de Souza*. Esta conforme. — Contador Geral da Junta da Fazenda em Moçambique, 13 de outubro de 1888. — O contador geral, *Antônio Alberto Pereira*.

COMISSÃO MUNICIPAL DO DISTRICTO DE ANGOCHE

Balanço da receita e despeza d'esta commissão municipal referido ao mez de setembro de 1888

DESENVOLVIMENTO DA RECEITA

Saldo do mez anterior	1.701.5736
Taxa de licenças	1.350
Multas	10.200
Aferimentos	32.400
Medição de terrenos	13.200
<i>Somma</i>	1.784.3832

DESENVOLVIMENTO DA DESPEZA

Gastos com o concerto d'um edifício	10.6000
Taxa de iluminação da villa	9.6120
Impostos	7.6350
Item	1.3700
Item	10.6500
Item	3.3000
Item	15.4762
Saldo que passa para o mez	1.726.3650
<i>Somma</i>	1.784.3832

Secretaria da Comissão Municipal do distrito d'Angoche, 2 de outubro de 1888. — *Damasceno Isidro da Costa*, presidente. — *Eduardo Cláudio Lobo*, vogal. — *Domingos Antônio Martins*, escrivão.

TERRAS DE GAZA

RELATORIO (3)

do

Residente chefe relativo ao tempo decorrido desde 20 de maio de 1886
a 31 de dezembro de 1887

Tomei posse do logar em 20 de maio de 1886, que me foi dada pelo ex.^{mo} sr. José Joaquim d'Almeida, secretario geral, depois de preenchidas as formalidades de leitura no registo Gungunhana do tractado negociado por mim, e por elle autorizado a efectuar-se em Lisboa perante o governo de Sua Magestade.

Não vem a propósito tratar aqui das dificuldades que sucessivamente se tem dado, para que o serviço n'esta importante região, corresse como devia, porque d'ellas já tem conhecimento as estações superiores; o só me limitarei a tratar dos quisitos que pela portaria provincial n.º 114 de 10 de julho de 1875 são exigidos como esclarecimentos, aos governadores dos districtos da província, em harmonia com as instruções que me foram dadas pelo Ministerio da Marinha e Ultramar.

Não tem o arquivo d'esta repartição a dita portaria, por isso, guiar-me-hei pela ordem que alguns relaterios publicados tecem seguido.

I

Movimento da população

Apesar das citadas instruções me ordenarem a feitura d'uma estatística, não tem sido possível fazel-a da população de Gaza, e nem vejo meio facil d'ella se obter, a não ser com um numeroso pessoal, com o qual teria de se gastar muito dinheiro e levaria alguns annos a concluir-se, ficando sempre um serviço imperfeito pelo constante movimento dos habitantes d'este paiz.

Para se provarem os inconvenientes d'un bom exito n'esto serviço, bastará dizer-se que as povoações estão n'uma constante mudança, fugindo dos caminhos; e as vatusas a mudarem constantemente d'estes procurando as povoações.

Quanto a registo civil, estou convencido que nem d'un pequeno regulo tributario ao Gungunhana, se poderá obter; a não ser, que junto a cada um d'estes regulos haja uma pessoa especialmente encarregada d'esto serviço, e regulos haverá em que o pessoal teria de ser muito augmentado para que o serviço corresse regular.

II

A agricultura n'este paiz só é feita exclusivamente para consumo dos seus habitantes, exceptuando as margens do Pungue até no Tica, do Buso até ao Gerome, do Sava até no Muquiro e uns pequenos regulos na costa no distrito de Sofala, que abastecem os mercados d'esta villa e de Chiloane, com arroz e milho fino.

A produçao em todo o territorio é:

Milho fino, dito grosso, meixocira, feijão, jugo, batata doce, mandioca, abóbora e algum arroz.

No litoral é que se cultiva mais arroz, sendo a cultura do milho fino e grosso a que mais se entregam as diferentes raças que povoad este paiz.

Os maiores cultivadores de feijão e jugo, são de uma raça que tende a extinguir-se, a que aqui chamão *Batengas* e que parece pertencer à familia dos Mindongues ou Chopes que habitam o sul do distrito de Inhambane. Esta raça acha-se espalhada por todo este paiz.

Até 1872 houve um crescimento constante na produçao do gerelimo no distrito de Sofala, cessando n'este anno com a retirada das vatusas e suas familias das terras proximas do litoral, quando o Muzilla mudou da Degonda para o Chama-Chama; fazendo com que todos fossem povoar os territorios entre estes dois pontos.

Se o territorio junto ao litoral estivesse bem povoado pelos vatusas, seria de grande vantagem para o commercio, e elles do bôa vontade para lá iam.

Com a estada ali d'esta gente progredia a agricultura; e elles deixariam de emprehender muitas questões, que hoje promovem, mais filhas das necessidades de obtecerem fazendas, do que convictos da razão, que tenham para assim proceder.

E dos matos d'este territorio que sae a borracha que se exporta d'este Lourenço Marques até Sofala.

Hoje pouco marfim apparece, esse pouco é só do Gungunhana por elle só dar licença aos seus caçadores para caçarem o elefante.

A ponta de abada, tambem já vai faltando, bem como as pelles de animaes bravios.

O unico recurso e a prosperidade futura dos povos d'este ter-

ritorio, será a agricultura; mas para ella ter o seu verdadeiro desenvolvimento, é necessário que o litoral e as margens dos rios navegaveis sejam povoados, para com facilidade correrem aos mercados do Sofala, Chiloane e Lourenço Marques, quando as condições da barra do Limpopo sejam melhoradas.

Escolas agrícolas é que precisamos para se acabar a rotineira enxada; melhorando o trabalho com os conhecimentos que estes povos não possuem e substituindo os braços pelo gado, com a charra, arado e grado.

Os terrenos que mais se prestam tanto para a produção de tudo o que se dá na Europa como para a colonização, são os comprendidos entre os rios Save e Pungue, de seis dias de caminho do litoral para o interior; mas encontra-se uma grande dificuldade que não sei o modo de a vencer, que é a distância dos nossos mercados; embora só façam estradas carreiras, há o grande obstáculo da falta de agua em toda a zona entre o Save e Buso e não menor o da mosca que mata o gado.

Os terrenos junto à costa produzem trigo, e dissem os habitantes de Sofala, que já em tempo ali houve esta cultura, quando o trigo de muito boa qualidade.

A cultura era feita nos mesmos terrenos onde cultivavam arroz, semelhando aquelle quando cortavam este.

Os campos que ha em todo o litoral, com especialidade entre o Save e o Pungue, são para que nuna empresa com bastantes capitais se possa cultivar com vantagem, por poder aplicar máquinas aperfeiçoadas, como as ha hoje.

Abunda este territorio em gado bovino mas com poucas exceções, só é possuído pelo regulo, seus parentes e alguns grandes.

A raça Matonga não possue hoje gado algum d'esta especie, a não serem meia dusina de regulos que habitam as terras proximas dos Matabelez e que pagam tributo ao Gungunhana com algumas cabeças anualmente.

O Gungunhana tem gado em diferentes pontos, sendo os principais curraes: no Bilene, Save proximo a Chiloane e dividido por grande porção de povoações em volta da povoação principal.

Os povos do litoral, com especialidade os que ficavam entre o Save e Buso, possuam grande quantidade de gado bovino, lanígero e cabrum; mas pela invasão do Manicusse ficaram som uma só calicea.

A abundancia de gado era tal, que vendiam uma vaca por uma peça de fasenda do 4 braças e um boi por duas braças.

Ainda hoje dão o nome de *Mombs* a uma peça de fasenda que significa vaca, e as duas braças chamão *Momberume* que significa boi.

Da classe lanígeros só ha poucos carneiros a que dão o nome de cinco quartos, e do cabrum ha em abundância, mas muito sujeito a rabugem.

O preto natural d'este paiz, é indolente e preguiçoso. Só trabalha obrigando-o.

Dificilmente se obtém carregadores constantes, e apenas se consegue contratar alguns para pequenas viagens; ainda assim, só os negociantes conseguem isto por as suas viagens não screm feitas de marchas constantes.

É de absoluta conveniencia educar estes povos e crear-lhes necessidades, porque do contrario cumpre alguma aqui pode prosperar.

O vatum, o chamado de puro sangue Zulu, não se pode contar com elle para coisa alguma que não seja a guerra; não sabem trabalhar e nem se sujeitam ao trabalho manual.

Ha aqui cinco raças que são distintamente designadas, embora entre si elles se possam ainda subdividir; que são: Jámenc, familia real e seus parentes pelo lado varonil. Esta família descendente do Manicusse ainda que elles a querem levar até Sigote, que era paiz do Manicusse.

A segunda é a Mungunc-gune, vatum verdadeiro, que são os grandes da corte, e são estes os descendentes dos guerreiros Zulus que acompanharam o Manicusse quando veio formar o paiz de Gaza.

A terceira é a raça Landina ou *Bulngun*.

A quarta é de todos os Matongas que se tem alistado na horda depois das conquistas; esta é hoje a mais numerosa, por que se compõe de todos os habitantes naturaes do paiz de Gaza, excepto de alguns poucos regulos que habitam o litoral.

A quinta são estes mesmos regulos de pequena importancia que não passam d'uns vinte. Estes não estão ainda virtualizados, embora sejam os mais esmagados com contribuições e serviços.

Estes regulos ficam entre o Pungue e o Save.

As quatro primeiras classes, são as que tem Sona tem o nome generico de Landins; e em Sofala, vatusas ou Mabgités.

Com tantos guerreiros, as quatro primeiras classes, e só com a quinta, indolente, preguiçosa e sem a educar e crear-lhe necessidades, todos os nossos esforços serão baldados para fazer d'estes povos alguma cosa.

A terceira, raça Landina, já ocupava as terras que ficam ao sul do Save antes do Manicasse se estabelecer no Bilene.

Ninguém me sabe dizer d'onde é quando esta raça veio para estas terras; mas o que é fora de dúvida é elles não serem os primeiros habitantes d'este paiz e que o conquistaram a outras raças de que ainda há vestígios.

III

Funcionam d'esde 13 de novembro de 1886 duas escolas d'instrução primária, uma do sexo feminino e outra do masculino.

A media da frequência tem sido: do sexo feminino 8 e do masculino 9.

Acham-se matriculadas na escola de sexo feminino 14 crianças e na do sexo masculino 23.

Diversas são as causas da frequência ser irregular.

1.º Porque na província do regulo, os grandes, apenas temem de uma a três palhotas, substituindo-se as mulheres d'estes de vez a vez e ás vezes ainda mais o miúdo; resultando d'aqui, as filhas d'estas terem de as acompanhar por não terem quem lhes dê de comer.

2.º A mania que esta gente tem de andar em constante passeio a visitar os parentes.

3.º Os casamentos ou outras festas onde se reúnem, além dos parentes, as amigas e conhecidas, assim de aproveitarem a grande quantidade de pombe que n'essas ocasiões fazem.

4.º Finalmente, além de muitas outras causas, a falta de habito em se sujeitarem à permanecia na escola e as famílias não se julgarem com força para obrigar os filhos á frequência regular; antes as mães são as primeiras a auxiliar as vontades dos filhos a faltarem á escola; lamentando-os das queixas que elles plantasiam para se eximiram á frequência regular.

A frequencia mais regular, tem sido dos filhos do Gungunhana de ambos os sexos, bem como de duas irmãs.

O aproveitamento das pequenas tem sido satisfatório, quanto ao que diz respeito ao trabalho do agulha; não podendo dizer o mesmo com respeito á leitura, por não as ver com grande tendencia para receberem este ensino.

Facilmente comprehendem os serviços de costuras e bordados; trabalham com boa vontade, não gostando repetir o mesmo trabalho e desejando aprender sempre coisas novas.

Ellas dão muitas más faltas do que os rapazes, mas o Gungunhana obriga-as a aos rapazes a irem para a escola quando tem conhecimento que faltam sem motivo.

Os rapazes também tem aproveitado bastante mostrando alguns serem inteligentes.

A grande dificuldade é faser-lhes compreender, o que vão sabendo na leitura a que corresponde na sua língua; e muito mais difícil se torna por que grande numero de termos não tem equivalentes na língua Cingana que elles falam.

Em se podendo obter elles saberem traduzir bem, facilmente seguiria a instrução.

Não sei em que se tem fundado alguns escriptores para afirmarem que o preto não é susceptível de educação e que não é inteligente.

Não posso entrar bem n'estas apreciações, por que me faltam os conhecimentos necessarios, mas o que ninguém me pode contestar são os conhecimentos praticos que tenho adquirido no convívio d'estes povos, podendo affiançar que são intelligentes e susceptíveis de educação, dependendo apenas dos meios que se adoptem o conseguirmos os fins que desejamos obter.

Estabelecam-se n'estas terras escolas de officios onde as crianças dos dois sexos sejam tiradas do convívio dos pais, e se obterá uma geração futura que nos servirá do grande auxilio na grande obra de civilização d'estes povos.

N'estas escolas, além dos diferentes officios, deverá haver uma seccão de agricultura; onde theorica e praticamente se mostre a estes povos os seus rudes processos até hoje seguidos, instigando-os a mudarem de sistema, em vista dos bons resultados obtidos pelas escolas.

Substitui-se a enxada pelo arado e com isso já daremos um grande passo no caminho do progresso, porque deixará de haver, quasi, a necessidade que esta gente hoje tem de possuir muitas mulheres para as empregar na agricultura.

Isto modificará muito os usos e costumes d'esta gente.

Os povos que habitam este vasto territorio, são docéis, ainda os dominantes; e não será difícil, mesmo a estes, faser-lhes mudar pouco a pouco a sua maneira pouco sensata no viver.

Para se conseguir este fim, será preciso estudar-se o modo de substituir por um sistema mais racional, as necessidades que elles hoje tem; mas de maneira que a família reinante e as nobres obtenham um certo bem estar para que, em lugar de se oporem ao nosso trabalho de civilização, nos auxiliem: deixando de empregar

estes povos em constantes guerras e para quo o resto do tempo o não gastem n'uma ociosidade condenável.

Nas escolas só se pode conseguir instrução de manhã das 7 ás 10 horas, porque depois d'esta hora, as crianças não podem estar com atenção durante o tempo que durasse á aula.

Elles alimentam-se de carne e pombe, quase exclusivamente, e raro é o dia em que se não embriagam; n'este estado é impossivel qualquer tentativa para se obter a sua comparecencia.

As ferias grandes, tambem tiveram de ser mudadas da epocha que é praticamente na província, para evitar um mez perdido no tempo do batalte do Gungunhana, que coincide em fevereiro ou principios de março, na luta que elles chamão Engose ou do regalo.

O anno d'estes povos vatusas é lunar e contam-no pelo modo constante do mappa A.

Ainda não pode conseguir fizer os edificios para as escolas, funcionando a do sexo feminino em parte da palhota que eu habito, e a do masculino em parte d'uma outra onde habita o professor.

IV

Durante o tempo a que se refere este relatorio, não houve prisão alguma, e nem mesmo se poderia efectuar caso houvesse occasião para isso, por não haver casa em condições necessarias.

O Gungunhana, mandou por vezes apresentar-me desertores de caçadores e apinhados no Bilene; sendo ao todo 15.

Só um consegui que chegasse a Chiloane, evadindo-se d'aqui d'uma vez 11, d'outra 2 e no caminho para Chiloane 1.

Estes desertores são pretos de Moçambique e do Ibo, que por terra se dirigiam para as terras da sua naturalidade; não sendo difícil encontrarem-se n'aquellas terras, tanto os que d'aqui fugiram como outros que tem desertado do dito batalte.

E mania antiga dos macas, que sentando-lhes praça e mandando-os para Lourenço Marques, se evadem indo para suas casas por terra; passando mesmo no litoral onde estão estabelecidas as nossas autoridades, demorando-se alguma tempo para se refazerm os fomes que passam no caminho, até que possam obter alguma fazenda por meio do trabalho, desaparecendo depois das casas onde se foram contractar proseguindo o seu caminho.

Creio haver uma disposição na lei militar, que manda gratificar a apprehensão dos desertores com 4:800 réis.

Anctorisando-me o governo, eu poderia obter que o Gungunhana desse ordens para o Bilene para que os desertores ali fossem presos e conduzidos a Lourenço Marques, entregando-se n'esse acto ao chefe que os conduzisse, 4:800 réis por cada desertor que apresentasse.

Assim se evitavam as constantes deserções no batalte de caçadores n.º 4.

Vejo só um meio de se poder conseguir a segurança de qualquer preso que aqui tenha de se conservar por algum tempo; mas o meio recorda epochas antigas e para fins tão immorais, que me não atrevo a propô-lo: apesar de ainda ha poucos annos em Chileca e uzarem para evitar a fuga dos criminosos, a gondola.

V

A religião cathólica é completamente desconhecida n'este paiz, e também a mahometana, apesar de muitos disserem ser a que mais se amolda aos usos e costumes dos pretos. Esta, nunca poderá progredir n'este paiz em quanto n'ella dominar o vatum; por ser contraria a um dos seus costumes que é um dos distintivos indisponíveis á raga vatum.

Para se conseguir que estes povos sigam qualquer das religiões conhecidas, sera necessaria uma previa educação, de modo que as gerações futuras sejam preparadas para esse fim.

Só se conseguira esse estado, estabelecendo casas de educação por todo este vasto territorio, mas que ella seja ministrada aos dois sexos ao mesmo tempo.

A escola de officios em Mogambique, é uma bella instituição, que muito honra os seus iniciadores e aquelles que a tem auxiliado; mas falta-lhe o complemento.

Os rapazes são ali preparados e educados para entrarem na sociedade depois de completarem a sua aprendizagem; mas para quo centro vão estes rapazes viver quando saem da escola? Onde vão elles procurar a companheira da vida?

À porta da illa de Mogambique! O maior foco de immoralidade de toda a província!

Será com uma companheira tirada de tal escola que o rapaz pode ser util a si a á sociedade? Creio que não.

No momento que o rapaz educado se acha em tal centro, fica perdido o tempo e educação que se lhe deu; por isso entendo quo é preciso educar a mulher e o homem, para que os nossos trabalhos de civilização obtenham resultados salutares.

A educação do preto não consiste só em ensinal-o a ler e escrever, e as raparigas a costurar; é preciso preparar-lhes o espírito e despolos a receberem a nossa religião, que elles só compreenderão depois d'uma educação bem dirigida d'esde creanças, tirando-os do convívio das famílias.

E assim que eu entendo a educação do preto, e d'outra forma nada se conseguira de profundo.

VI

A salubridade n'este paiz varia muito; mas em todo elle ha sobres.

O ponto onde se acha a povoação do Gungunhana e os estabelecimentos do governo, com quanto seja considerado saudável, os europeus não gozam aqui saúde, apesar de ser abundante de águas aguas.

As mudanças de temperatura são muito rápidas e sensíveis; passa se do frio como o de Portugal ao calor intenso, e d'este aquelle com grande rapidez.

Ha muita humidade e os corpos ressentem-se muito d'ella.

As constipações são constantes e impertinentes e creio serem devidas a elles as febres.

Estes povos só se sujeitam aos nossos medicamentos, quando tenham esgotado todos os recursos dos seus curandeiros; ou n'aquellas doenças em que os medicamentos sejam aplicados externamente.

Grassa aqui muito a sarra, e é para esta doença que elles mais medicamentos pedem.

O residente também tem aqui de ser médico, e agora mesmo estou tratando o primeiro secretario Mudemana, de uma doença que me parece ser morsæa que ha mais de 6 meses o impossibilita de ir à povoação do regulo; tendo elle previamente mandado fazer uma palhota junto aos estabelecimentos do governo.

D'este o princípio da doença me tem pedido remedios, que elle não dei por não saber o que elle tinha; mas elle só depois de esgotados todos os recursos dos seus curandeiros, se resolveu a vir para aqui.

VII

N'esta repartição não ha receita e na despesa não pagas pelo cofre geral da província.

VIII IX

Sobre estes dois capítulos nada tenho que dizer, por não haver n'este paiz as repartições a que elles dsem respeito.

X

A unica industria que hoje exercem os povos d'este paiz é a da colheita de borrhacha; e apenas fabricam alguns objectos indispensaveis nos seus usos domésticos e as suas armas para a guerra, zagaias, areos, frechas e machados.

XI

O movimento comercial só se pode avaliar nas alfândegas de: Quilimane, Chiloeane, Inhambane e Lourenço Marques; mesmo n'estes pontos ainda haverá grandes dificuldades em se obter uma estatística aproximada, por não estarem estas repartições habilitadas a saberem a procedencia dos generos de exportação assim como o destino das fachadas que são importadas.

Os unicos dados certos, são os da exportação do marfim e da borrhacha pelos portos de Lourenço Marques, Inhambane e Chiloeane, aumentando com uns trea a quatro mil libras de negocio feito em dinheiro anualmente.

O comércio podia desenvolver-se muito mais, de cements os objectos, quando estes povos tiverem vantagens que possam colher empregando-se na sua agricultura, indo elles habitar o litorâneo e proximo às margens dos rios onde fosse fácil a condução destes produtos para os nossos mercados.

A agricultura é que deve levantar esta província; o nosso dever é preparar os meios e melhorar os processos que esta gente ainda hoje usa.

XII

Força militar, não existe nenhuma n'este paiz.

Seria de maxima conveniencia a criação d'uma força de polícia não para guardar os empregados do governo, por não precisarem d'ella, mas para que o residente possa estar em dia com o que se passa por estas terras, para evitar abusos, ou mesmo alguns costumes d'estes povos que estão de encontro com os nossos fins humanitarios.

Esta força devia ser composta de pretos contratados em Sofala,

por saberem falar a lingua Cingune podendo ser substituídos d'anno a anno os que quisessem sel-o.

A força compôr-se-hia de 50 homens.

O uniforme restringir-se-hia a uma blusa azul, um barrete da mesma cor com as iniciais P. G., conservando os panos que usam, sendo tudo de gonga azul ou loupa.

Com esta força estaria o residente sempre habilitado a corresponder-se directamente com qualquer autoridade dos distritos que confinam com o paiz; e teria conhecimento de tudo o que se praticasse que fosse de encontro aos fins que temos em vista.

XIII

Por conta das obras publicas da província, nada se tem feito n'este paiz.

As despesas que se tem feito, tecem todas sido pagas pelo cofre geral da província.

Tem-se gasto com operários e mais pessoal que trabalham nos edifícios do estado 2.315.524 réis.

N'estas despesas não entra a importância gasta nas requisições de ferramentas e ferragens.

Tem-se construído aqui para habitações provisórias: um grande barracão onde habita o residente, dois mais pequenos onde habitam os professores, um que serve de armazém, e um para escola dos dois sexos; o material d'este barracão foi aproveitado para auxiliar a construção d'um outro para oficinas; achando-se este concluído conjuntamente uma casa para arrecadação de ferramentas.

Está-se construindo o edifício para moradia do residente.

Estas construções ficam muito caras porque os operários são maus, o material de má qualidade e de difícil condução e arranjo.

Também avolumou bastante a despesa, a remoção do material d'onde se tinham principiado as construções para o local onde hoje de novo se está construindo; tendo-se perdido a pala que estava cortada para cobertura dos edifícios e o serviço que n'esses já se tinha efectuado.

A madeira foi necessária; o terreno não era próprio para as construções a fazer e satisfez-se a vontade do regulo.

A unica madeira que aqui se encontra com uma apparencia sofavel, é chamada *bava*; e esta mesma ao serrar-se em quasi todas se encontram faltas e nós pôrdes.

Esta madeira tem também o grande desfeto de empenar muito, embora seja apparelhada depois de bem seca.

Outra madeira, com quanto seja de qualidades diferentes, não se encontram paus direitos e com a grossura suficiente para poderem servir de prumes ou *magiros* como lhe chamam no paiz; tendo os pretos de gastar dias pelas serras à procura de paus proprios para o serviço.

Toda esta madeira é bastante rija, mas nem em toda a duração corresponde à rija, porque a maior parte d'ella se furta com o bicho.

Tenho empregado grande porção de *bava* por ser a unica de que se podem extrair barrotes e tubos.

Outro serviço que também tem custado muito e que fará avolumar a despesa é a serração do ripado.

XIV

Encontrou-se no principio suas dificuldades em se poder estabelecer o serviço do correio regularmente; mas hoje pode dizer-se que está estabelecido de modo que se obtém a correspondência em 8 a 9 dias de demora de Chiloeane para aqui; não se pedindo exigir maior rapidez n'este serviço, porque ninguém pode ir d'aqui para Chiloeane em menos de 8 dias, e ainda assim, não se devem desenhar no caminho para percorrer esta distância em tão pouco tempo.

XV

As relações com os povos vizinhos, não tecem sido alteradas.

Houve a questão de Inhambane, que foi prenunciada por aquelle distrito; não trato aqui d'esta questão desenvolvidamente, porquie, não só me custa a tratar d'ella por estar ligada a factos que não desejo avivar, mas também, porque d'ella tenho tratado largamente na minha correspondencia com a estação superior.

Entre os povos de Gasa e os Matabele, existe um povo a que aqui chamo *Duma* e que me parece ser aquelle a que nas cartas dão o nome de *Machonas*, que serve de pasto tanto ao Gungunhana como ao Bengula ou *Unguara-guara* que é este o nome com que elle governa os Matabele.

O mal d'estes povos vem de possuir muito gado, e d'aqui nasce a tentação d'estes dois potentados da raça zulu, os estarem constantemente roubando.

Este povo está dividido em diferentes regulos, e todos elles são

heje vassalos dos dois potentados; mas ainda assim, não deixam ambos de mandar a sua gente roubar o gado dos regulos sujeitos ao outro: de modo que, os do Bengula são roubados pelo Gungunhana e os d'este por aquele.

Os dois potentados respeitam-se, e é isso que tem feito com que as hostilidades não tenham passado dos povos *Duma* ou *Machona*.

Acho da maxima conveniencia que se trato dos limites d'este paiz; mesmo para dar fim a uma linha que me consta a Inglaterra traçara nas cartas pelo paralelo 22.º Sul, dizendo que ella se prolongaria para Leste até encontrar a bandeira d'uma nação civilizada.

O prolongamento d'essa linha vai passar pelo nosso archipelago de Bazaruto, se a deixarem passar pelo paiz de Gaza.

O regulo que habita na parte O. de Gaza onde deve passar a tal celebre linha, já tem bandeira nossa; mas não será de mais que tudo fique bem definido para evitar complicações futuras.

Com o territorio dos Matabelez também deve haver suas duvidas, e mesmo para acabar com a infeliz ideia d'alguns escriptores estrangeiros dizerem: que os limites d'este territorio ao Norte, são o rio Zambeze, o que é um erro crasso.

XVI

Os transportes para este paiz, todos são feitos ás costas de pretos.

Ha quatro rios que depois de bem explorados podiam, talvez, auxiliar muito o transporte de mercadorias e outros.

Temos ao Norte o Pungue que se dirige para o lado da Coronosa; o Buzi, que se dirige todo para o O. passando a menos de um dia de caminho da povoação do Gungunhana; o Save, que desaguando no mar, passa a quatro dias de caminho da povoação do Gungunhana, inclinando-se todo depois para o Norte; o Limpopo, que melhorada a sua barra, dissem ser navegavel quasi até ao limite Norte do Transvaal.

O Buzi pode ser navegavel por barcos de fundo chato até ao Gerome. N'este ponto ha um obstáculo, que vencido elle, tem depois o Lucite que banha uma grande região muito povoadas e creio ser navegavel até á serra Sahoia.

O Buse não sei se poderá ser navegavel desde o Gerome, passado o tal obstáculo, até Massane, banhando boas terras e muito povoadas.

O Save, creio que o seu desfeito é o que tem a maior parte dos rios d'Africa; que é as águas infiltrarem-se pela areia, não sabendo até que ponto elle possa ser navegavel; com tudo de inverno, ou tempo das chuvas, creio não haver obstáculos que impossibilitem a sua navegação, pelo menos até á foz do Lundi.

A ideia de se fazerem estradas n'este paiz, creio dever-se pôr de parte, pelo menos por em quanto; até que estes povos se convencam ser um erro o andarem em uma constante mudança; creio que para isso, poderá concorrer muito o fornecer-se lhes árvores de frutas da Europa, para as terras altas, onde a sua aclimatação possa ser facil; mangueiras, cajueiros e laranjeiras, nos outros pontos onde aquellas se não podem aclimar.

Já para este fim mandei vir de Sofala: caroços de mangas, e castanhas de cajú; e já aqui tenho um pequeno viveiro de laranjeiras.

Depois do preto ter na sua propriedade um certo conforto que não viu encontrar n'outro ponto para onde mude, não será tão facil esta vida errante que elles tem hoje; podendo depois tentar-se a feitura de estradas para os centros mais populosos e onde haja vantagens das comunicações se tornarem mais rápidas e commodas.

As obras d'arte a fazer, não são muitas nem importantes; mas ainda assim, faser-se hoje uma estrada para um ponto que d'aqui a dois ou tres annos se acha despovoado, acho ser um desperdicio.

XVII

Sobre o nefando trafico do escravos, nada ha a temer-se d'estes povos vatusas, porque elles antes matam do que vendem qualquer pessoa; que por circunstancias (prejuízos cafreas) não queiriam concretar nenhuma povoação.

Consta com tudo, quo no Bilene os mouros e baneanes se tem empregado n'esse indigno negocio.

Só se explica este modo de proceder dos habitantes do Bilene, por terem adquirido o vicio da bebida alcoólica, e que não tendo outro meio para a obterem, vendem as negrinhas que vão roubar aos chopes.

O Gungunhana, já por vezes se tem queixado dos negociantes ali estabelecidos, e se não for para outros fins, ao menos para evitar este infame negocio, muito convém que para ali seja mandado um residente.

XVIII

Ocorrencias extraordinarias, todas constam da minha correspondencia; mas sempre farei novamente menção d'aquellas que julgo serem d'alguma importancia.

No mes de agosto de 1886, apareceram aqui dois alemães que disiam chamarem-se L. C. Kaufmann, e Philippe Albert Dorrbecker.

Vieram, disseram elles, do Transvaal pelo caminho do Lundi, e que vinham passear e ver o paiz.

Estiveram aqui alguns dias docentes; retirando-se quando se acharam melhores, pelo mesmo caminho.

Appareceram novamente, desembarcando em Chiloane, em agosto de 1887, dirigiram-se a Sofala e d'ali ao baixo Buzi, onde encontraram os vatusas que governam estas terras e ali estavam, para que lhes fornecessem carregadores.

Os vatusas não os conhecendo, apenas lhes ofereceram um dos da sua comitiva para acompanhá-los a pessoa que elles alemães mandaram dar parte ao Gungunhana, aguardando as ordens que este desse.

Os homens aceitaram o alvitre, mandando um dos pretos que tinham contratado em Sofala acompanhado por um valna, mandando pelo dito preto dois bilhetes de visita dirigidos ao regulo, pedindo-lhe carregadores para se dirigirem á sua povoação.

O regulo acedeu ao pedido dando ordem aos vatusas para lhes fornecerem carregadores.

A dois dias de caminho da povoação do regulo, os vatusas, segundo o seu costume e as ordens que tinham, mandaram ali parar os dois alemães e vieram dar parte ao regulo da sua chegada; dizendo-lhe que os ditos homens tinham deixado armas, polvora e fazendas em Chiloane, por não terem carregadores.

O regulo mandou um valna para dizer aos dois alemães que lhe dessem uma pessoa ou ordem para em Chiloane lhe entregarem as cargas que lá tinham que elle forneceria carregadores; e que durante o tempo da demora Kaufmann e Dorrbecker ficassem n'aquelle povoação até chegarem as ditas cargas.

Quando os portadores voltaram da povoação do regulo com estas ordens, encontraram os alemães já a um dia de caminho; e quando tiveram conhecimento das ordens do Gungunhana, quiseram o valna que os tinha acompanhado e que tinha viudo dar parte ao regulo da sua chegada, com alguns sócios.

O regulo conhecedor d'este procedimento, mandou-me dar parte do ocorrido, disendo que tinha dado ordem já para que estes estrangeiros se retirassem das suas terras; porque, quem batia nos seus enviados, batia na sua própria pessoa.

Convenei ao regulo de que devia mandar fornecer carregadores para elles se retirarem, apesar do seu comportamento pouco regular, em vista d'ele regulo lhes ter fornecido carregadores para elles viram até aquí.

O regulo nomeou um valna para os acompanhar até fora das suas terras, fornecer-lhes carregadores, e eu mandei uma pessoa para em meu nome pedir aos dois individuos que em vista do seu procedimento para com o valna, e para evitar algum conflito mais grave, se retirassem, tornando-os responsáveis pelas consequências que resultassem do seu procedimento a seguir.

Por esta mesma occasião, apareceram aqui dois ingleses, o capitão Richard David Brown, e um outro. Dirigiram-se directamente à povoação do primeiro secretario do regulo.

Deram um presente ao regulo de 4 armas de carregar pela culatra, uma caixa de cartuxos para as mesmas, que o regulo retribuiu com martsis.

Quiseram tambem dar-lhe dois cavallos que traziam mas que o regulo recusou disendo-lhe que todos aqui morriam.

Efectivamente um morreu dias depois e o outro não sei se chegaria ao litoral, por terem sido mordidos pela moseca.

Tambem me consta que o dito capitão Brown mostraria um bom saco de libras aos vatusas que fallaram com elle, disendo que podiam dar muito mais do que aquellas ao regulo e a elles, se o deixassem explorar as minas do paiz de Gaza.

Tambem me constou que o regulo logo que soube o fim da visita do dito Brown, o mandara despedir disendo, que nas suas terras não havia minas.

Constou aqui igualmente, que na occasião em que foram para o Buzi os alemães Kaufmann e Dorrbecker se dirigiram tambem para o Pungue o inglez Mayes e George Brunette.

O primeiro veio aqui em companhia do major Paiva d'Andrade n'uma commissão de serviço.

O seu procedimento para com o dito major Paiva, foi menos correcto; não só por ter enganado este oficial, mas ainda pela intriga e descredito do nosso governo que elle tentou incultar no ancião d'estes povos.

Chegou o seu procedimento ao ponto de diser aos vatusas, que elle mesmo havia de ir arrear a bandeira portugueza que estava içada na povoação do regulo.

Eu teria procedido com este homem, como era do meu dever, se não fôra a intervenção, sempre prudente e reflectida do major Paiva d'Andrade, que me indicou ser mais prudente anuir aos desejos do Gungunhana em faser retirar d'este paiz o dito Mayes.

Este homem já aqui tinha estado fazendo parte da expedição do capitão Wybrants.

Disse ao chegar d'esta vez, que o Muzilla lhe tinha dado todas as minas que haja n'este paiz, no que todos os grandes responderam ser uma pura invenção d'elle, por isso que, não tendo elle nunca fallado com o Muzilla sem elles estarem presentes, nunca ouviram tal offerecimento e nem promessa d'elle.

Como disse em setembro de 1886, veio aqui o major Paiva d'Andrade; apesar do procedimento do tal Mayes, os serviços prestados à nação por este distinto oficial são de tal ordem que bem merece da patria a distinção do *benemerito*.

Alem dos serviços que prestou pela sua estada em Gaza, na época da guerra de Inhambane, e as intrigas que pela mesma ocasião se levantaram, e que elle com a sua voz auctorizada collocou no seu verdadeiro pé; acresceram as que foi prestar no Norte d'este paiz, segundo d'aqui para a Gorongosa, onde deu principio à sua grande obra da pacificação da Zambézia, gloria que ninguém lhe pode contestar, servindo se para isso d'esse homem a quem muitos aleunham de *Outro Bougu*, mas que é a quem se devem hoje muitos e relevantes serviços, tanto prestados na pacificação da Zambézia, como na grande barreira que tem impedido a continuação das correrias des vatus feitas a Sena.

Este homem chama-se Manoel Antonio de Sousa, a quem os vatus dão o nome de *Gouveia*.

Se não fôra o major Paiva d'Andrade, em lugar de encontrarmos n'este homem um grande auxiliar na gloriosa campanha da pacificação da Zambézia, teríamos um inimigo e inimigo mais terrível do que todos os Bougas, porque a isso o levaria o procedimento d'aqueles que lhe deviam todas as glórias que estavam gosando.

Finalisando este relatorio, não o fecharei sem diser duas palavras sobre o efecto que tem produzido no regulo e seus grandes, as corridas dos estrangeiros a estas terras á procura de minas.

Elles já antes estavam com suas duvidas se seriam as minas que causaram a guerra ao Zulu e outros regulos do Sul; e hoje difficilmente se conseguirá dissuadil-os d'isso em vista das tentativas que por aqui tem feito para conseguirem a exploração.

Toda a sua desconfiança, funda-se em que, devem reunir-se muitos brancos n'estas explorações e que depois elle fica sem as terras.

Em quanto o governo se não julgue habilitado, a crear as escolas que julgo indispensaveis n'este paiz, não deixa de ter uma vantagem que junto ao residente fossem desde já criadas duas officinas, uma de carpinteiro e outra de serralheiro e ferreiro; não só por serem os dois officios de que esta gente mais necessita, mas também porque assim se principiava a crear um certo numero de necessidades e gastos pelos resultados obtidos n'estas officinas.

Já temos as officinas montadas; só nos faltam dois mestres: um de carpinteiro e outro de ferreiro e serralheiro.

Da escola d'offícios de Moçambique, se poderiam obter dois rapazes que por pequenos salarios podessem para aqui ser contratados.

Tenho aqui tres rapazes entregues pelo Gauganhana para aprenderem estes dois officios; podia obter que o regulo me desse mais alguns, mas para isso seria necessário haver mestres para os ensinar.

O governo, alem das despesas com os mestres pouco mais gastaria com os rapazes. Uns 100 réis diarios para cada aprendiz, para comer e vestir, seria suficiente.

Secretaria do residente chefe nas terras de Gaza Mussurise, 31 de dezembro de 1887. — José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, residente chefe.

Mappa A

Nomes dos meses em língua Cingana

Mezes em língua Cingana	Equivalentes em português	1 Mez a que correspondem segundo o Calendario Gregoriano
Cheganhana.....	Fruta do mato.....	Outubro
Mugano-mocnio.....	Fruta do mato grande.....	Novembro
Impain.....	Cabra do mato.....	Dezembro
Gungoni.....	Vaca do mato.....	Janeiro
Pusse ou Engoee.....	Batique do regulo.....	Fevereiro
Mexanga.....	Floresce o caoíce ou gato do mato	Março
Devanlgein.....	Corta caninho.....	Abril
Santueia.....	Frio.....	Maio
Quêquêse.....	Estrella pollar.....	Junho
Simecha.....	Frio.....	Julho
Ucamhana.....	Milhafre.....	Agosto
Mucu-mocnio.....	Milhafre upanha os pintos.....	Setembro

N. R. Os mezes estão mencionados pela ordem do anno agricola; mas estes povos tambem o contam por outra ordem: considerando o mez de Engoee ou do regulo o ultimo do anno.

Quando aparece a estrella pollar on a Venus coincidindo com o amanhecer,

na lua nova a seguir é que dão o nome de Quêquêse; evitando assim a diferença que encontrariam de anno para anno se seguissem as luas pela ordem em que aparecem.

Terras de Gaza em Massurise, 31 de dezembro de 1887. — José Casaleiro d'Alegria Rodrigues, residente chefe.

HOSPITAL MILITAR E CIVIL DE MOÇAMBIQUE

Mappa estatístico dos trabalhos havidos durante o anno de 1886

Actas.....	Dá junta de saude. Ordinarias	48
	Extrordinarias.....	14
	Da comissão administrativa	6
	Aos officios recebidos do Ministerio da 2.ª repartição da secretaria.....	10
Entradas.....	Aos officios recebidos da 3.ª repartição da secretaria.....	121
	Aos officios recebidos da Ex.ª Junta da Fazenda delegações de saude	164
	• • • diferentes auctoridades.....	214
	Ao Ministerio da Marinha e Ultramar	178
	A' 2.ª repartição da secretaria geral.....	25
Offícios expedidos.	• 3.ª	43
	• Ex.ª Junta da Fazenda	122
	• Delegações de saude	79
	• Diferentes auctoridades.....	173
Officio confidencial. A' 3.ª repartição da secretaria geral.....		159
Ditos circulares. — A's delegações de saude		1
Cópias de diversos documentos.....		3
Termos de arrematação		36
Requisições feitas á Ex.ª Junta da Fazenda		1
Ditas ao almoxarifado da Fazenda		1
Cartas de saude passadas a diversos navios		8
Vistos de saude		113
Certificados de saude passados a diversos navios		2
Guias das emplumas sanitárias passadas para a thesouraria geral da Ex.ª Junta da Fazenda		285
Guias das importâncias do tratamento dos doentes particulares passadas para a thesouraria geral da Ex.ª Junta da Fazenda		12
Cantellas das importâncias cobradas nos navios		9
Cantellas das importâncias cobradas aos doentes particulares		127
Documentos das contas mensaes		25
Balanceetes da receita e despeza mensaes		96
Duplicados das folhas passadas aos fornecedores		24
Votos gerens das dictas		365
Ditos para os fornecedores		435
Movimentos clínicos		110
Relações de efectividade, mensaes		12
Mapas do pessoal do quadro		24
Ditos dos addidos		24
Folhas dos doentes tratados de diversas repartições		183
Obitos passados		110
Boletins militares do ultramar		11
Recebidos.....	Ditos officiais da província	52
	Ordens á força armada	16
	Boletins de sanidade marítima	371
Mappas de inspecção	Enviados ao Ministerio da Marinha e Ultramar	31
	a 2.ª repartição da secretaria geral	48
	3.ª	177
	Divisão Naval	40
	Passaram de 1885 para 1886	75
Movimento dos doentes	Entrados	1:630
	Saidos	1:592
	Falecidos	58
	Ficaram existindo para 1887	55

Repartição d'escripturação e contabilidade da junta de saude de Moçambique, 6 de outubro de 1887. — O chefe interino de saude, José Bernardino d'Araújo Fonseca.

CAPITANIA DOS PORTOS DE MOÇAMBIQUE

Mappa estatístico dos trabalhos havidos n'esta repartição no anno de 1886

Trabalhos executados n'esta repartição	
DOCUMENTOS EXPEDIDOS	
A' Secretaria Geral, e registo	20
Repartição Militar, e registo	2
Junta da Fazenda, e registo	3
Consul Ingles, e registo	1
Comandante do destacamento de Infusse, e registo	1
Mendonça & Silva, e registo	1
Chefe do serviço de saude, e registo	1
Delegado da capitania dos portos no Ibo, e registo	2
Dito de Chiloane, e registo	1
De Lourenço Marques, e registo	123
Matrículas de embarcações costeiras, e cópia	160
Ditas de embarcações militares, e cópia	160
Autos de registo de propriedades de embarcações, e cópia	28

tricto em qualquer occasião, quer para soccorrer quaequer tribus amigas ameaçadas ou atacadas por tribus rebeldes ou inimigas e ainda para ajudar o governo em qualquer caso de guerra.

Art. 5.^a A rainha e seus sucessores não poderão por iniciativa propria declarar guerra a tribo alguma.

O governador de Lourenço Marques julgará das causas para qualquer declaração de guerra e esgotados todos os meios convenientes para a evitar, autorisala-ha dando à referida rainha ou aos seus sucessores a protecção de que trata o art. 2.^a quando necessária.

Art. 6.^a Para facilitar a protecção de que trata o art. 2.^a manda o governo portuguez, quando o julgar conveniente, construir obras de fortificação ou quartéis para tropas.

Art. 7.^a Tambah como signal de vassalagem á coroa portugueza e reconhecimento de soberanidade mesma, ficam obrigados os possuidores de palhotas em todas as povoações das terras de Maputo, comprehendidas dentro dos limites do territorio pertencente a Portugal, ao pagamento de um tributo annual igual ao que pagarem os habitantes das outras terras avassaladas.

§ unico. O arrolamento das palhotas e a cobrança do tributo serão feitos por um ou mais representantes do governo a quem a rainha ou quem a represente dará toda a coadjuvação.

Art. 8.^a O commercio portuguez e estrangeiro será feito livremente no territorio de Maputo.

Art. 9.^a O governador de Lourenço Marques julgará em ultima instância as questões entre o regulo de Maputo e qualquer outro tributário, arbitrando as indemnizações devidas não consentindo guerras e castigando pela força ou por outros meios o transgressor d'este preceito.

Art. 10.^a Todas as questões entre a gente das terras de Maputo e quaequer brancos ou pretos das tribus amigas serão resolvidas pelo governador de Lourenço Marques.

Art. 11.^a Concorrendo para a prosperidade commun do distrito e em particular para a da gente de Maputo, não se oportuno os regulos à fundação de quaequer postos civilizadores nem tão pouco ás explorações agrícolas ou mineiras ou d'outra qualquer ordem, nem ainda ao estabelecimento de missões religiosas, quando estes postos, explorações ou estabelecimentos sejam ordenados ou consentidos pelo Governo Portuguez.

Art. 12.^a Ficam obrigados os regulos de Maputo, seus indunas e secretarios a dar tudo o auxilio aos enviados do governo, que forem ou passarem em serviço pelas suas terras.

Art. 13.^a Os regulos de Maputo mandarão entregar ao governador de Lourenço Marques ou á autoridade portugueza mais proxima quaequer fugitivos que procurem ocultar-se nas suas terras ou por elles passarem.

Art. 14.^a Os sucessores do governo de Maputo serão investidos na posse das terras pelo governo portuguez.

Art. 15.^a Nos casos não previstos n'este tratado e que por elle não possam ser resolvidos, obriga-se a rainha regente, em nome do regulo Guanase e seus sucessores a obedecer como verdadeiro e leal sublito em tudo e por tudo ás ordens que lhe forem dadas pelo governo portuguez ou seus legítimos representantes.

Art. 16.^a De todas as notícias que interessem por qualquier forma ao distrito, de todas as razões de queixa contra individuos ou contra tribus vizinhas deverão os regulos de Maputo e habitantes dar parte ao governo, dirigindo-se para este fim á autoridade portugueza mais proxima.

Tendo sido traduzido em lingua de Maputo pelo interprete Henrique de Jesus Heitor o que acima se achá escrito, declararam a rainha Zambia, os indunas parentes, secretarios e grandes estar de acordo com o prescripto n'este auto, jurando a rainha solemnemente segundo os sens usos e costumes e sobre a bandeira portugueza que lhes foi entregue de fielmente cumprir e fazer cumprir o presente tratado.

Em fø do que assignam este auto os representantes do governador d' Lourenço Marques acima indicados, e de cruz por não saberem escrever, a rainha Zambia, regente, em nome de seu filho Guanase, e os indunas Pingana, Machilugulo, Chimacana, Tzantaca, Matijba, Mussabala, Melhingama, Metiae, Salamanca, Zamquella, Chichoca, Macane, Enguica, Chiquema, Peula, Cotchima, Maguininha, Zibobo, Macusa, Machilungama, Chiquena, Pochina, Mandjumaculo, Undenele, Balene, Chibito, Maputumane, Guedese, Facú, Unguasani, Maputo, Guonella, Mitehafula e Indzânhia.

Como testemunhos presentes assignam tambem Charles Wack, negociante, Spir Mitchell, machinista, Joaquim Gonçalves de Sousa, marítimo, todos residentes em Lourenço Marques, e G. Brueheim, negociante e Raymundo Ferreira Mexias, caixeteiro, residentes em Maputo.—(ass.) Joaquim José Machado, tenente coronel d'engenheria, — Francisco Caetano Viegas, — Honório Augusto d'Alcantara Ferreira, tenente, — Alberto Celestino Ferreira Pinto Basto, guarda marinha, — Henrique de Jesus Heitor, 2.^a escripturario de

fazenda, signaes da Zambia, rainha regente dos indunas: Pungana, Scholabana, Machilugulo, Chimacana, Tzantaca, Matijba, Mussabala; Melhingama, Metiae, Salamanca, Zamquella, Chichoca, Macane, Enguica, Chiquema, Peula, Cotchima, Maguininha, Zibobo, Macusa, Machilungama, Chiquena, Pochina, Mandjumaculo, Undenele, Balene, Chibito, Maputumane, Guedese, Facú, Unguasani, Maputo, Guonella, Mitehafula e Indzânhia.

Testemunhas presentes (ass.) C. Wack, — S. Mitchell, signal de Joaquim Gonçalves de Sousa, por não saber escrever, — (ass.) G. Brueheim, e Raymundo Ferreira Mexias.

Macassane, 10 de fevereiro de 1888. — O secretario, (a) Honório Augusto d'Alcantara Ferreira, tenente.

Está conforme. — Secretaria do governo de Lourenço Marques, 19 de fevereiro de 1888. — O secretario, Joaquim José Monteiro Liborio, alferes.

RELATORIO (4)

Inspeção das obras públicas em África

Série de 1888. — N.º 1. — III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — No desempenho da commissão de serviço que pelo Governo de Sua Magestade me foi commetida, ampliada pelas instruções que V. Ex.^a se dignou darm-me em officio da Secretaria Geral, 2.^a repartição, n.º 48 de 12 de janeiro do corrente anno, venho dar conta a V. Ex.^a da minha visita á baía de Tungue, ao Cabo Delgado e ao rio Rovuma, realizada a bordo da canhoneira *Douro* com o fin de formar uma idéa aproximada das condições económicas e de segurança do territorio que, desde a nossa ocupação pela força das armas, deve ser considerado portuguez de direito e de facto, estendendo-se o nosso domínio até o curso do rio Rovuma, o qual em virtude da convenção Luso-Alemaã de 28 de dezembro de 1886 passou a ser o limite septentrional das possessões portuguezas na costa oriental d'Africa.

Ordenei também V. Ex.^a que eu procurasse informar-me das condições actuais do commercio n'aquela localidade, das causas da sua visível decadência e das suas probabilidades futuras a fim de V. Ex.^a resolver sobre os meios imediatos ou de evolução que devem ser empregados ou propostos, no intuito de justificar plenamente, perante os indigenas e as nações cultas, a mudança de dominiação que foi operada.

Quer mais V. Ex.^a que sobre estes elementos de estado seja elaborado o meu relatorio, acompanhado dos projectos de fortificação indispensáveis á defesa não só da baía de Tungue, mas também á da região compreendida entre o Cabo Delgado e a margem direita do Rovuma, contra a invasão possível mas não provável dos árabes do Norte.

Os assumptos para os quais V. Ex.^a chamou a minha particular atenção são graves e complexos. Alguns delles interessam não só ao estado presente, mas também ao porvir dessa região, considerada absoluta e relativamente, quer nas suas permutações com as tribus sertanejas que convém atrair e proteger, dando-lhes a segurança indispensável, como nas suas relações políticas com os povos vizinhos, que, ainda há pouco, eram os seus ocupantes e dominadores de facto, e bem assim nas do seu commercio com os mercados estrangeiros.

Nas considerações que terá a hora de submeter ao justo e elevado criterio de V. Ex.^a, relatarei os factos com sinceridade, abstendo-me de exagerações optimistas, ou de descrença e desalcato, umas e outras injustificaveis sempre, mas muito mais no caso presente, porque importariam uma falta de lealdade para com o Governo de Sua Magestade, para com V. Ex.^a e para com o paiz.

V. Ex.^a não ignora que são dois os processos usados com frequencia na exposição dos assuntos coloniais, conduzindo ambos a pessimos resultados. Pelo primeiro os factos são narrados ao sabor das conveniências, ou da fantasia do informador, que, no intuito de se tornar notável, alardeia uma completa descrença no futuro desenvolvimento das nossas colónias, emitindo opinião sobre assumptos que não estudou nem pôde conhecer, sem a consciencia das suas assertões pessimistas nem a responsabilidade das suas injustificáveis e muitas afirmativas. Outras vezes o seu fim, — em dúvida mais condemnavel ainda, — é de exaggravar-se de despeitos e rivalidades pueris, fazendo-se eco dos tristes sealheiros ultramarinos.

Pelo segundo processo o informador, levado de um falso patriotismo que manda occultar a verdade que não agrada, descreve com as cores mais ridentes as bellezas phantasticas destes lugares, transformando palmares sertanejos em deliciosos jardins, descobrindo a cada passo minas de ouro e jazigos de metais preciosos, fabulando mares que vêm quebrar-se em praias de pérolas

o aljófres, criando um Eldorado em si, quando a simples e rigorosa exposição da verdade seria para esta província, que incansavelmente possue inúmeras riquezas inexploradas, d'um imenso alcance e de incalculável vantagem.

Os dois processos são ambos detestáveis, pois só conseguem illudir o Governo que acerca de alguns assumptos não possue muitas vezes meios facis e seguros de apurar a verdade em presença de opiniões tão diferentes e contraditorias.

Succede ár com frequencia, no campo especulativo em que travam luta os interesses feridos, a opinião desnorteada aceita como verdadeiras algumas assertões sem fundamento, refletindo-se o erro na imprensa e no parlamento, e introduzindo-se não raro furtivamente no gabinete do Ministro, onde só deve chegar a verdade.

Desculpe-me V. Ex.^a esta pequena divagação que não é estranha ao assumpto, como pode parecer á primeira vista. V. Ex.^a não ignora que a ocupação da baía de Tungue, operada pelas armas, e a reivindicação do territorio adjacente, com quanto representem um acto de nobre energia da sua zelosa e benéfica administração, sancionado pelo Governo da metrópole e pelo Parlamento, onde mereceu a classificação de notável feito de gloria, não estão ainda assim isentas das apreciações apaixonadas e casuísticas da critica pessimista.

Entrando na materia, começarei por descrever tão minuciosamente quanto possível a região que visitei e que procurei conhecer e estudar sob diversos aspectos, expondo a V. Ex.^a com sinceridade os factos, transmittenndo com lealdade as informações que pude colher, e dizendo finalmente o que sei e o que penso na sincera expressão da verdade, sem outro fim que não seja o rigoroso cumprimento do meu dever.

* *

A baía de Tungue, comprehendida entre a ponta Afunji (Ilha Afunji) ao Sul e o Cabo Delgado ao Norte, mede cerca de nove milhas em comprimento e sete na sua maxima largura, a qual vai successivamente diminuindo para o interior, dando-lhe uma forma oblonga.

E, como se vê, uma baía ampla, espaçosa, reuniendo a esta qualidá a de ser limpa e abrigada. Abre para leste, oferecendo uma entrada franca e segura de 2,5 milhas entre o Cabo Delgado e a ilha Tekomaji.

Esta distancia é medida folgadamente entre o recife de coral que se estende cerca de 1,5 milha em frente das pontas N. e N.E. de Tekomaji e o de identica natureza que se projecta a S. E. do Cabo Delgado, assinalados ambos por uma constante arrebentação do mar.

A ilha Tekomaji e a sua vizinha ilha Longa, separadas apenas por um canal estreito e impraticável, cavado no mesmo recife de coral que serve de assento ás duas ilhas, constituem assim reunidas um quebramar natural á entrada da famosa baía de Tungue.

Entre a ilha Longa e a ponta Afunji ha um canal de uma milha de largura, mas tão obstruído de baixios e recifes de coral que só se presta á navegação de alguns pangaios e das lanchas que entrem o pequeno commercio de Tungue com os nossos portos de Mluri e Mucinboa, ao sul do primeiro.

A baía é ornada d'uma larga faixa de areia branca, cuja dimensão varia de uma a duas milhas e que desobre na baixamar.

O estabelecimento do porto é ás 4 h. 5^{ma}. A amplitude da maré naziygia é de 4^{ma}, 30.

A orla marítima da baía é cortada de alguns esteiros ou braços de mar, dos quaes os mais importantes sãe o Muangani ao norte e o Mnangani ao sul, conhecidos pelos indígenas sob a designação genérica de muto.

O Muangani que não é rio, como impropriamente tem sido denominado, é dos dois esteiros marítimos o maior, e aquele que na preamar permite franca entrada a pangaios e ás embarcações que, como estes, calem pouca agua, e que podem navegar cerca de duas milhas para o interior, em seguida ás quaes o esteiro se perde por entre terras apauladas, vestidas de espesso mangal.

Situado ao fundo no extremo O. da baía de Tungue, o esteiro Mnangani devia ter sido um magnifico escondrijho para as embarcações que fizessem o trânsito da escravatura, como se pode ver da sua disposição relativa. Abre para o norte, confundindo-se a margem esquerda com a orla da baía, e projectando-se a direita de modo que só a uma curta distância do esteiro se desobre a sua entrada, parecendo até este momento não haver ali a menor interrupção na linha de continuidade.

O ultimo pangayo de escravos aprisionado ali foi em Janeiro de 1886, pouco antes da nossa ocupação.

Junto á margem O. deste esteiro no extremo interior da baía de Tungue, demorava essa antiga povoação dos árabes que por

ousada iniciativa de V. Ex.^a, corôada do melhor exito, foi tomada pelas armas em 23 de fevereiro de 1887. Está ao presente substituída pela nascente povoação de Palma, condecorada por V. Ex.^a com este nome para commenmorar o notável feito do valor do coroal Palma Velho, que a tomou de assalto.

É ali a actual sede do commando militar da baía de Tungue. Ali se encontra a residencia do commandante edificada sobre as ruinas da casa que habitava o delegado do ex-Walli de Tungue e que fôra em grande parte destruída pelo bombardeamento.

Esta nova edificação, com todas as suas dependencias dispostas em boas condições de servir provisoriamente ao fim a que se destina, e também ao de resistir a um golpe de mão dos árabes, possível mas não provável, comprehende uma caserna com seteiras abertas nas paredes, destinadas a receber as pragas do destacamento militar que habitam unhas palhotas, tosca e grosseiramente levantadas por elles próprios pelo sistema primitivo das habitações indigenas.

Junto á casa do commando militar encontra-se uma antiga palhota melhorada, na qual funcionava provisoriamente a delegação fiscal da alfândega, e mais ao longe para o norte seguindo a orla da praia unhas outras palhotas, algumas das quais arruinadas ou incompletas e por acabar, pertencentes aos trabalhadores das obras publicas e indígenas pescadores, e a algumas casas que entretêm um pequeno trânsito com o gentio sertanejo.

Toda a orla meridional da baía que a partir da ponta Afunji corre para O. e contornando o esteiro de Mnangani segue até o extremo norte da antiga povoação dos árabes, substituída ao presente pela de Palma, é baixa, plana, arenosa, com uma larga faixa de terrenos alagadiços, cobertos de mangue e salgueiro, mais ou menos espesso em alguns pontos, não se distinguindo no matto outra espécie de arvore, que n'io alguma rara palmeira, e casuarinas altas, esguias mas vistosas, das quaes um grupo mais numeroso veste admiravelmente a ponta leste da entrada para o esteiro de Mnangani.

Forma notável contraste com a do lado sul a orla marítima do outro lado da baía, que é mais alta, elevando-se gradualmente em plainos sucessivos, até atingir uma altitude de 60 metros aproximadamente na extensa cordilleira que partindo uns quatrocentos metros ao N. O. do Cabo Delgado segue paralelamente á orla septentrional até se precipitar em rápido declívio na linha do contorno da baía para o sul.

Como se vê da sua disposição relativa, a recente povoação de Palma que assenta n'uma estreita e limitada extensão de praia sobre um sólo de formação alluvial, carece das mais elementares condições hygienicas.

Separada a praia das terras altas una larga faixa de terreno alagadiço e apantado, cujo nível em alguns pontos é mais baixo que o das mais altas marés, recebendo por infiltração as águas do mar, e na estação pluvial as que descem das vertentes das collinas e outeiros mais próximos. Represadas as águas nas maiores depressões com uma difícil saída para o mar, convertem-se durante a maior parte do anno em patânos mixtos que só se evaporam apóz uma lenta e sucessiva evaporação.

Sob o ponto de vista estratégico, também não se recomenda aquelle local por ser dominado pelas terras vizinhas mais altas a quo devem ser consideradas como *pontos perigosos*, conforme a designação usada em fortificação, dos quaes não será facil desenhar.

N'esta cadeia de sucessivos montes e collinas, que se desenvolve n'uma linha de moze ondulação, encontram-se as *muchumbas* do alguns velhos árabes que ali se tem conservado depois da nossa ocupação, melhorando as suas habitações. São uma pobre gente que vive do amanho das terras que cultiva, em volta das suas palhotas, nos pequenos palmares que elles consideram propriedade sua, e nos quaes se encontram entre outras arvores de fructo mangueiras em abundância. N'io lhes é desconhecida a industria da cal que fabricam pelo processo primitivo, geralmente usado na província, e vendem por um preço relativamente baixo. Nos seus trabalhos são auxiliados pelos antigos escravos, que, segundo consta, são por elles tratados como seus serviços e companheiros nas lides domesticas, vivendo como elles do que produz a pequena cultura.

* *

Na orla s'pentriental da baía de Tungue, uns 15 kilómetros áquem do Cabo Delgado, existe uma povoação mais numerosa, situada junto a um extenso palmar que avulta de modo notável ao ponto de ser considerado uma excellente marca desse lado da baía, porque se eleva muito acima do mangal da praia. É a antiga povoação *Kivia*, onde os árabes capitaneados pelo ex-Walli de Tungue oppuseram maior resistência á nossa ocupação pelas armas.

Encontram-se ali as ruínas de algumas antigas edificações de pedra e cal, dannificadas mais pela ação do tempo do que pelos estragos dos nossos projectos quando foi da tomada pelas armas — tais são o chamado fortim (*old fort*, como se lê nas cartas inglesas) que mais parece tristes ruínas de algum velho pátio; ao lado destas a residência do ex-Walli de Tungue, reduzida a um monte informe de caliga; quasi em frente o esqueleto d'umas velhas paredes, deterioradas e derruidas pela intemperie, as quais, se diz, pertenciam em tempo a uma pobre mesquita, junto a uns tumulos que o actual capitão-mor de Tungue me afirmou serem dos seus ascendentes.

Estira-se para um e outro lado do vasto palmar a povoação de Tungue, composta na maior parte de gente que vive do amanhã das suas terras e da industria da pesca, habitando umas chocas de fórmas as mais caprichosas e fantásticas, muito distanciadas umas das outras, e situadas no meio de extensas plantações de mandioca, milho, feijão e outros legumes.

Partindo de Tungue para o Cabo Delgado pedi ao capitão-mor se convidava os árabes da localidade para virem falar-me ao meu regresso, pois desejava conhecê-los pessoalmente, e obter delles algumas informações que se me tornavam necessárias.

Acompanhado do sr. commandante militar da baía de Tungue que é ao mesmo tempo encarregado do serviço das obras públicas n'aquela localidade, segui para o Cabo Delgado tomando pelo trilho tortuoso que se encontra por entre as plantações dos indígenas, as quais se estendem cerca d'uma légua na direcção do Cabo Delgado. Ali onde terminam as plantações achámos-nos em frente de matto cerrado que seria preciso desbastar para rasgar caminho.

Esses traços invios de terreno, fechados por uma mata brava e espessa, repetem-se a miúdo no trajecto para o Cabo Delgado, obrigando-nos a descer à praia, e a percorrer grandes extensões por uma superfície irregular e escabrosa de rijo coral que escalava como se andassemos sobre um brazeiro. De espaço em espaço sentíamos debaixo dos pés umas pontas agudas de coral que nos atravessavam o calçado como se fossem umas choupanas aguçadas e cravadas no solo! E por sobre tudo isto um sol abrazador que parecia escorrer sobre nós chumbo derretido!

No Cabo Delgado tomei conhecimento do ponto escolhido para a collocação d'um pharol, onde se processou já a limpeza do matto que o cobria. Pareceu-me, porém, conveniente avançar ainda uns 300 metros sobre o local escolhido para uma ponta mais saliente d'onde se descobre maior horizonte para N. O., e no intento de poder apreciar praticamente as vantagens ou os inconvenientes do novo local em relação ao anteriormente escolhido, recomendei que se fizesse ali a limpeza do matto espesso que o cobre, e a abertura de um caminho ligando directamente os dois pontos, prolongado através as brechas que interceptam a comunicação do Cabo Delgado com a povoação de Tungue. Este caminho, que não precisa ter por enquanto mais de dois metros de largura, servirá imediatamente de facilitar e tornar económico o transporte das peças mais pesadas da torre do pharol, visto como, sendo impossível o desembarque em Cabo Delgado, este terá de efectuar-se em Tungue, seguindo as peças por terra até o ponto escolhido.

Este caminho provisório, que é da maior vantagem conservar para se assegurar uma constante comunicação com o Cabo Delgado, deverá ser mais tarde alargado, escolhendo-se definitivamente a directriz mais conveniente.

Parece-me desnecessário encarecer as vantagens de alumiar melhor a nossa costa. V. Ex.^a compenetrado da grande utilidade e do inapreciável benefício que resulta à navegação e ao commercio destas sentinelas avançadas do litoral para o immenso espaço do mar, tem procurado com a maior solicitude dotar todos os portos da província com este importante melhoramento. Eu que tenho tão pouco tempo de serviço n'esta província, mas tive já a fortuna de percorrer as quatrocentos léguas de costa em que ella se desenvolve, entrando nos seus principais portos desde o de Lourenço Marques até o do Ibo, não posso deixar de prestar o testemunho da minha sincera admiração pelo muito que V. Ex.^a tem realizado, melhorando o alumínamento e a balizagem dos portos. Convirá de certo dar ás luzes maior alcance e completar o sistema de alumínamento marítimo por meio de pharóis de *grand aterrage*, tais como o existem as necessidades crescentes da navegação e commercio em tão vasto costa. Com os poucos recursos de que dispõe a província, força é confessar que muito se tem feito.

Se é de ha muito indiscutível a necessidade de um pharol no Cabo Delgado, do qual deriva o nome o distrito mais septentrional da província, é claro que depois da conquista realizada pelas armas, que nos deu a posse definitiva da baía de Tungue, a imediata collocação do pharol impõe-se como uma necessidade inadiável, pois sem dúvida é a nossa melhor affirmatione de posse, e

para a navegação e commercio uma das primeiras vantagens da nossa benéfica ocupação.

Nestas condições a realização do tão util melhoramento não podia deixar de merecer a particular atenção de V. Ex.^a

O pharol e a sua elegante e vistosa torre com 16.^m.65 de altura, construída n'esta cidade sob a imediata direcção do habil conductor de trabalhos, o sr. Francisco Lotte, estão prompts a serem transportados na primeira oportunidade para o local do seu destino.

* * *

Ao meu regresso do Cabo Delgado foram-me apresentados os principaes árabes estabelecidos em Tungue e que ali se tem conservado depois da nossa ocupação. Da maior parte delles obtive informações curiosissimas que vieram confirmar a opinião que eu havia já formado da nenhuma influencia do Sultanado de Zanzibar n'aquella localidade.

Esto e outros assumptos correlativos serão tratados mais desenvolvidamente depois de dar conta da minha visita ao Rovúma, ordenada por V. Ex.^a com a recomendação de considerar o curso deste rio como sendo o limite septentrional das nossas possessões n'esta parte d'Africa, em virtude da convenção que o Governo da metrópole vai ratificar nas negociações diplomáticas que por intermédio dos governos da Alemanha e da Inglaterra foram concertadas com o d. Sultão de Zanzibar.

As informações officiaes e officiosas que procurei colher na localidade ácerea das povoações de Mbuezi, Keonga e da margem direita do Rovúma eram além de deficientes e incompletas, confusas e contradictórias.

Consonante unhas, as povoações eram importantes, compostas de gente aguerrida que só reconhece o poder de Said-Bargash. Acercentava-se que o Sultão, no intuito de se vingar da humilhação por que o fizeram passar os portuguezes, dera ordem de nos *reverber a tiro* se ali tentássemos ir. Notou-se que isto era dito por alguns novelleiros do genero que abunda em toda a parte, vivendo da intriga e do embuste, que nos diz as coisas em voz baixa, eufemizada para *armar ao effeito*, ou com aras misteriosas no tom de um aviso amigável, ao passo que os árabes reunidos em Kivia e que tem os seus interesses ligados de ha muito aquella povoação, sendo aberta e francamente interrogados informavam-me que as povoações de Mbuezi, Keonga e Rovúma eram como a de Tungue sem dependência nem ligação com a gente do Sultão, e que os árabes mais audazes e turbulentos se haviam ausentado para longe, indo estabelecer se para Mekindani e Lindi, desenganados de poderem continuar as suas extorsões e prepotências enquanto o territorio se conservar sob a dominação portuguesa.

Esta é a versão que me pareceu aproximar-se mais da verdade, e harmonizar-se melhor com as restantes informações que havia podido colher ácerea do desvio do commercio sertanejo — não só do que é legitimo mas também e principalmente do que as nossas leis condemnam — desvio determinado além de outras razões pela completa ausencia de casas de permutação assim em Palma e Tungue como em Mbuezi, Keonga e nas margens do Rovúma.

Acercentavam mais os mesmos informadores, os quais pela sua idade e respeitabilidade mais justificada confiança me inspiravam, que a gente do sertão que traz marlim, borracha e outros produtos ricos, em lugar de ir para Mekindani e Lindi, atravessando invios traços de terreno, viria de preferencia a qualquer ponto da baía de Tungue, onde se lhe oferecesse igual facilidade e certeza de troca pelas fazendas e artigos de commercio.

Tudo isto me pareceu perfectamente consentâneo com a razão e o bom senso.

* *

Acompanhado do sr. commandante militar e do capitão-mor de Tungue sahi no dia seguinte a bordo da canhoneira Douro com destino ao rio Rovúma.

Dobrando o Cabo Delgado com o rezguardo necessário, a canhoneira seguiu tão proximo da costa que viamós distintamente as pequenas povoações de Mbuezi e Keonga.

Ao N. 29° O. do Cabo Delgado, distante deste umas 1-4 milhas está situado o Cabo Rovúma (Ras Suafo). Entre estes dois cabos se desenrola a costa baixa e mais ou menos arborizada, formando as duas enseadas de Mbuezi e Keonga, separadas pela ponta Nsanga.

Avista-se a pequena povoação de Mbuezi ao fundo da enseada do mesmo nome, cercada de um palmar que se destaca facilmente da areia branca, junto ao extremo sul d'uma extensa praia que orla essa grande reentrância. A enseada não tem ancoradouro, e é tão cheia de bancos e recifes de areia e coral, que até ás embarcações de menor lotação se torna difícil, senão perigoso acostar.

E também bastante aparecida a enseada de Keonga, conhecida também pela designação indígena de Hambezi, mas existe um canal pouco fundo, estreito e bastante tortuoso, impraticável a navios, mas que permite na preamar entrada às embarcações que calam pouca agua. É frequentada de numerosos panguios que traficam ao longo da costa, e que ali encontram um refúgio certo e seguro, ao abrigo da mais diligente ação fiscal externa.

A enseada de Keonga, cuja entrada tem cerca de 4 milhas, vai-se estreitando sucessivamente para o interior onde se divide em tres braços principais sem importância conhecida, designados pelos nomes de *mato* Mpambi, *mato* Letonda, e *mato* Keonga. É na margem sul deste ultimo estreito que se encontra a povoação indígena de Keonga, sobre uma pequena colina de 20 metros de altura no meio de um extenso e bosto palmar. Como é sabido, os palmares denotam sempre a existência de algum povoado próximo.

Segue-se a baía de Rovúma que é limitada pela ponta Suafo ao sul e ponta Matunda ao norte. A baía mede entre as duas pontas cerca de 9 milhas e quatro em comprimento. É mal abrigada, exposta como está à grande vaga do oceano e a uma constante arrebentação do mar nos bancos de areia que orelam a costa.

No fundo da baía vem desaguar o rio Rovúma. Sua largura na entrada é de uma milha aproximadamente, porém na baixamar reduz-se a menos de metade devido a um banco de areia que descobre do lado de Oeste.

A embocadura do rio está compreendida entre a ponta Rovúma e a do Muambo. A primeira é a ponta S. E. do rio, distante da Suafo cerca de 4 milhas — a segunda é a ponta N. E. que dista da Matunda umas seis milhas.

A camionaria: Dourou aproxima-se o mais possível da embocadura do rio, fundendo do lado sul, cerca de uma milha distante da ponta Rovúma.

Resolvido a entrar no rio lembrou-me o sabio aviso do nosso grande epico, poeta e guerreiro, que condenava a imprevidência nos seguintes versos:

..... Que nunca louvarei
O capitão que diga: não enidei.

(Lys. viii, 89).

Antes d'elle já Cicero dissera:

Nec committere, ut aliquando dicendum sit: Non putabam.

(Cic. de off., i, 23).

Era indispensável prevenir-me contra qualquer manifestação hostil dos indígenas das duas margens do rio, que eu supunha possível mas não provável. Neste propósito solicitei do digno comandante da camionaria, o sr. capitão de fragata Luis Antonio Thenuido, em quem sempre encontrei a mais decidida vontade de me coadjuvar, mandasse pôr à minha disposição um escaler tripulado por alguns marinheiros de confiança, devidamente municiados e que levasssem as armas debaixo das bancadas do escaler. Era uma medida simplesmente preventiva.

Acompanhado do guarda marinha o sr. Henrique Macieira, de cuja passmosa actividade e inexcedível dedicação pelo serviço apraz-me dar testemunho, sem desfazer nos seus dignas camaradas que muito considero também; e acompanhado também do sr. comandante militar e do capitão-mor de Tungue, seguimos todos no escaler para o Rovúma.

Como estivessemos a mais de meia enchente fomos a direito rio dentro no escaler a todo o pano. Foi fácil a navegação até duas milhas para o interior do rio, que seguem ao ruivo de S. O.

Mais à montante, porém, entra o canal a estreitar muito, e a tornar-se difícil a navegação por causa dos numerosos baixios que obstruem o curso do rio, ocupando em alguns pontos quasi toda a sua largura e obrigando o escaler, que arreara a vela, a sucessivos zig-zags d'uma a outra margem.

Nas duas margens e nas ilhotas que se elevam a meio do rio, viamos de espaço em espaço numerosas armações feitas de páus toscos para abrigo dos pescadores, o que denotava a existência destes, sem que conseguissemos porém avistar algum.

As margens do rio bastante arborisadas tem não obstante junto à embocadura, e ainda n'uma grande extensão para o interior, o aspecto monótono de mangue e do salgueiral, muito vulgar n'esta região. Mais à montante porém, a arborisção apresenta-se mais vistosa e variada, intermeada de palmeiras de diversas espécies, de mangueiras e outras árvores de fruto. Nos plainos sucessivos em que se elevam as margens, erguem-se de espaço em espaço os *baobabs*, esses gigantes da flora africana que não primam pela beleza, mas são notáveis pela enormeza rotunda e selvagem das suas formas. Um desses colossos arbóreos vimos nós, ostentando ainda os seus ultimos fructos, lentamente arrastado

pela corrente, arrancado pela raiz e prostrado pela ação destruidora da agoa nas margens do rio.

Já se nos assegurava que as margens do Rovúma estavam desertas, e que não teríamos a ventura de conhecer os chamados subditos do Sultão que haviam jurado o exterminio dos portugueses, quando se nos deparou na margem norte um grupo de homens e crianças junto d'uma monta, aquelles com armas que são para esta gente, como V. Ex.^a sabe, companheiras inseparáveis.

Os marinheiros arvoraram remos, e eu disse ao capitão-mor de Tungue por meio de um interprete que levavamos, — soldado do destacamento que fala correntemente o árabe e faz-se entender muito regularmente em português, — que lhes fizesse saber que nós éramos os seus amigos portugueses, e que vinhamos ali visitar e conhecer as povoações marginais do rio.

Arregou-lhes o capitão-mor, e obteve em resposta que elles haviam tido já prévio conhecimento da nossa visita — que as palhotas onde vivem estão espalhadas pelas duas margens do rio, mas os pequenos povoados estão situados muito mais para o interior, onde a embarcação não podia ir.

Disse eu ao capitão-mor para lhes explicar que o nosso desejo era internar-nos o mais possível, e se alguém d'elles seguindo pela margem podia indicar-nos a navegação a fazer, dispensando-nos o trabalho de sondar, no que perdíamos tempo considerável. Sem a menor hesitação o maior do grupo depôz a arma, seguindo afontamente pela margem a prestar-nos todas as indicações.

Não me causou surpresa o facto, —mas devo confessá-lo—exceder toda a minha expectativa. Pasma na verdade este acto espontâneo de confiança, praticado por um homem sem instrução nem educação, mas dotado sem dúvida dos melhores instintos, porquanto em vez de nos fustilar a queima roupa munito a seu salvo, embranquecendo-se com os companheiros no matto, onde a nós ou aos que escapassem seria extremamente difícil, se não impossível, persegui-los, preferiu vir, delicada e generosamente, prestar-nos um serviço! Que mais será necessário para se evidenciar a boa disposição d'esta gente para com os portugueses!

E note-se — esta demonstração de cordialidade afectuosa foi-nos dada na margem esquerda do Rovúma, que pertence aos domínios do Sultão.

A falta de agua em toda a largura do rio difficultava cada vez mais a navegação. Encontrámos mais à montante uma lancha que subia o rio à vara, e que o nosso guia nos havia informado que viera de Keonga para carregar arroz e milho. Quando nos abençoei da lancha, tivemos a confirmação do que nos fôra dito, prestada pelos próprios marinheiros que a tripulavam. Convídamos um d'estes a passar para o nosso escaler afim de o fazer seguir à vara, ao que elle se prestou imediatamente e da melhor vontade.

Não tardou muito, porém, que tanto a lancha como o escaler encalhassem, sendo impossível subir mais o rio. A tripulação da lancha des-punha-se a passar ali a noite para continuar a navegação na preamar do dia seguinte. Não podendo eu não devendo fazer o mesmo, mandámos sair o escaler, o que se fez aiuda assim a muito custo.

Na dia de lua cheia; a agoa teria baixado uns tres metros. Na embocadura do rio o estabelecimento do porto é ás 4 horas. O mar sobe 4^m.90 nas marés das siziarias e 3^m.30 nas quadraturas.

Estivemos já a mais de meia vasaute, e por pouco que nos demorassesemos mais arriscavamo-nos a passar ali a noite, embalados pelo relinchar monótono e atroador dos cavalos marinheiros, que em grande numero nos acompanharam em toda a digressão para o interior do rio, surgindo afontamente aqui e acolá, mais ou menos próximos do escaler. Extravagante philarmonica na verdade, cujas principaes figuras ainda menos confiança nos deviam inspirar do que os supostos subditos do Imam de Mascate!

Por informações mais ou menos fidedignas sabe-se que o rio se presta a uma navegação relativamente mais facil em março, que foi quando M. May n'uma viagem de exploração e estudo subiu este rio cerca de 30 milhas no vapor *Pioneer*.

Supõe dr. Livingstone que uma embarcação calando 0^m.40 de agua possa navegar n'este rio durante a maior parte do anno, e conta o ousado explorador que elle internou-se 196 milhas á montante do rio, gastando dez dias para o subir e 15 para o descer.

Quando descemos o rio havia tanta falta d'agua que o escaler encalhava com frequencia, sendo preciso muitas vezes saltarem os marinheiros ao rio para o safarem, pois que não havia tempo a perder, e ainda assim, junto à embocadura a navegação se tornou extremamente difícil, se não arriseada, por causa dos grandes rôlos do mar que ali vinham quebrar-se com violencia, produzindo uma arrebentação enorme. O rio não tem barra, mas ha junto à embocadura uma mudança subita de fundo que se precipita tão rapida e violenta que uma embarcação na vasante difficilmente a pode transpor.

Esta tão simples como rápida notícia da região que visitei, e que eu sinto não poder completar com os dados estatísticos da sua população e tráfico mercantil, os quais de todo me foi impossível obter na localidade, oferecerá à V. Ex.^a — assim o espero — os subsídios indispensáveis para julgar das suas condições de existência económica e administrativa, das suas principais necessidades e recursos, e dos meios a empregar para garantir ali a segurança individual e de propriedade, proteger e atrair o comércio estrangeiro, e entreter e facilitar as relações com os mercados estrangeiros.

Como V. Ex.^a vê, muito há que fazer ali, e nem outra causa devia esperar-se, sendo ainda de hontem, — podemos assim dizer, — a nossa ocupação. Na sucessão natural dos acontecimentos, uns factos preparam e determinam outros. O consequente depende do antecedente como o dia de amanhã do do hoje. As súbitas transformações que temos visto operar-se em algumas colônias estrangeiras exigem capitais e recursos que nos não fica mal confessar, e não possuímos.

Felizmente a atenção da metrópole se tem fixado mais nas colônias e os poderes públicos tratado com mais solicitude de promover o seu aprimoramento e progresso, apreciando-as não pelo que elas valham, material ou comercialmente falando, mas pelo seu valor moral, pelo que elas representam na balança política da Europa.

Consideral-as, pois, como um pesado encargo sem compensação para a mãe-patria é um erro imperdoável, que denota completa ignorância do nosso modo de ser político. Portugal não possui melhores títulos à consideração da Europa e do mundo, do que aquélles que derivam das suas glorioas tradições e da vastidão dos seus domínios no ultramar, legitimamente conquistados, quando abrimos à Europa atónta as portas do Oriente, e rasgámos em toda a gente o caminho, como iniciadore da civilização e do progresso.

A época gloriosa e afortunada das nossas conquistas passou, registrou-as a história nas suas páginas d'ouro.

Se hoje não podemos rehaver o nosso antigo poderio, que nos fez admirados e temidos no mundo, justo é ao menos que aceitemos como uma herança legítima de tão glorioso passado a obrigação de conservar e impedir que outros nos espolvem o povo, relativamente falando, que ainda nos resta de tão vastos domínios. E este um dever de honra, que não pode ser declinado sem nos amesquinhar aos nossos próprios olhos, e também aos da Europa como potencia colonial.

V. Ex.^a compreenderá dos deveres da alta missão que tão dignamente lhe está confiada assim procedem em Tungue.

O primeiro grande passo está dado, podendo aguardar-se tranquilmente o momento opportuno de tentar mais resoluta e propositiva iniciativa.

Ninguém desconhece os encargos que advêm d'esta reivindicação de território. Convém, porém, não exagerar as dificuldades.

Se a necessidade nos obriga a proceder com prudência, e a caminhar lentamente no propósito de tirar da ocupação todas as suas vantagens, de justiça é confessar que não é de pouca valia a que desde logo obtivemos, e que se traduz na impossibilidade de continuar a fazer-se ali o tráfico da escravatura.

Outros benefícios virão com os melhoramentos indispensáveis. Carecemos de tempo e de capitais para os realizar, e se estes escaessejam, sempre-nos não desanimam. — Parar é morrer na frase de um dos maiores e mais sympathicos vultos do moderno Portugal, cujo desaparecimento da cena política foi uma verdadeira perda nacional. Caminhemos devagar embora, mas caminhemos sempre, limitando-nos por enquanto ao estrito indispensável.

A primeira de todas as necessidades d'aquele território é sem dúvida a aplicação dos meios de defesa indispensáveis à segurança das povoações, sem a qual estas mal poderão fixar-se e desenvolver, prendendo-se à terra por interesses criados.

A natureza destes trabalhos, que podem ser classificados de activos ou passivos, na restrita acepção em que são tomados como abrigos ou locais de defesa, de que dispõe a fortificação moderna, sua disposição relativa e condições de resistência — V. Ex.^a comprehende bem — dependem do acordo que resultar das negociações diplomáticas que por intermédio dos governos da Alemanha e da Inglaterra foram encetadas pelo Governo de Sua Magestade com o Sultão de Zanzibar.

São dois os casos a considerar — o da nossa fronteira septentrional seguir o paralelo do Cabo Delgado, ou o de se estender até o curso do rio Rovuma desde a sua foz, segundo a convenção luso-alemã de 28 de dezembro de 1886.

Para se apreciar com justificado fundamento qualquer das duas

soluções, e as suas vantagens e inconvenientes sob o ponto de vista da boa harmonia que deve existir entre povos vizinhos, é necessário antes de tudo ponderar que a dominação do Sultão n'este território foi sempre nulla, de todo o ponto nominal e fictícia. Foi devido à nenhuma influência do sultano de Zanzibar n'aquelle região, que alguns árabes vivendo do roubo e da pilhagem vieram ali estabelecer-se, assentando arraial para o comércio ilícito da escravatura sob diversas formas, mais ou menos engenhosas, ao qual se prestam admiravelmente os diversos ménandros e escondrijos que se conservam quasi inacessíveis no longo da costa desde Mluri até o Rovuma, como tive ocasião de descrever.

O próprio ex-Walli de Tungue que se dizia delegado do Sultão de Zanzibar, não tinha retribuição alguma do seu governo. Vivia do tráfico ilícito a que se entregava, e das extorsões e violências exercidas em nome de quem, de certo, lhe não conferira poderes para assim abusar da sua autoridade.

No país vizinho não há pois interesses de especie alguma feridos pela nossa ocupação. Esta prejudicou apenas e prejudicará de certo cada vez mais os interesses ilégitimos dos mandatários de ocasião que de facto dominavam aquelle território. É contra estes que nos devemos prevenir, contra os seus assaltos e correrias.

O principal ponto estratégico a segurar na baía de Tungue é o planalto superior, situado ao N. O. da insignificante povoação de Palma, d'onde se avista toda a baía e domina em vasto horizonte as terras circunvizinhas.

Ali deve construir-se um abrigo fortificado, um quartel ou *blockhaus* para uma guarnição de 30 pratas, que convém sejam europeias, visto como o local, que é dos mais salubres da província, permite a acclimação de soldados d'aquella proveniencia.

O tipo de construção que tenho a hora de propor é o que representa o adjunto desenho, frequentemente empregado em África pelas outras nações nas guerras contra os árabes. Esta construção oferece excellentes condições de resistência, quando o inimigo não dispõe de artilharia, como no caso de que se trata. As paredes dispostas em forma de cruz para que na face da edificação possam motimamente flanquear-se, convirão que sejam de alvenaria, porque na localidade abunda a pedra, e a cal se encontra por um preço baixo. Em volta das faces mais acessíveis e expostas ao fogo do inimigo ha um fosso, e seteiras abertas nas paredes correspondentes. A entrada para o *blockhaus* é pela face voltada para L., do lado da baía.

A vinte metros da face interna e em direcção normal ao eixo da edificação vê-se no desenho representada a casa do commandante militar e residência do commandante da força, — uma casa em ferro de construção simples e fácil montagem, pelo sistema Tollet.

Os restantes detalhes de construção ficam-se no desenho que acompanha este relatório, nos quais procurei conciliar as condições indispensáveis de segurança com o preccito da maxima economia.

Não muito distante deste local existe uma lagôa, chamaada das cavalos marinhas, onde ha boa agua potável.

A vertente leste d'esta cordilheira tem uma excelente exposição e as melhores condições para n'ella se estabelecer uma povoação rural que, estou certo, ali se fixará com permanencia logo que esteja garantida por meio das edificações que proponho, a segurança de vidas e de propriedade, ao abrigo das correrias dos árabes.

Um caminho regular deve ligar o local da nova povoação à praia, onde se acha a actual residência do commandante militar. Esta casa está excellentemente disposta para ali se estabelecer a delegação fiscal da alfandega. Logo que o comércio tenha algum incremento virá a necessidade de uma extensa ponte-eisés sobre estacaria n'aquelle local, onde o acesso é difícil por causa do enorme assoreamento da baía, principalmente na baixamar.

O caminho mede aproximadamente 4 quilometros e não precisará por enquanto ter mais de 3 metros de largura. É de facil construção, dispensa obras de arte a não serem uns pequenos aquedutos, destinados a sangrar a faxa de terreno pantanoso e alagadiço junto à actual povoação de Palma, à qual me referi em outro lugar.

O planalto deve ser ligado também por um caminho em analogas condições à actual povoação de Tungue, seguindo a orla da baía e prolongando-se até o Cabo Delgado. Este caminho mede cerca de 18 quilometros, sendo necessário um pontilhão sobre o estreito Muanji vadeável na baixamar onde a largura é maior, mas quo pode ser facilmente transposto mais a montante.

Na hypothese para nós mais desvantajosa de ser a nossa fronteira septentrional o paralelo que passa em Cabo Delgado, é indispensável junto à povoação de Tungue a construção d'un *blockhaus* em tudo igual ao primeiro; e como teremos n'este caso uma extensa fronteira aberta à invasão dos árabes, muito mais para temer por causa das povoações vizinhas de Mbuezi e Keonga, onde elles de certo se irão estabelecer ao abrigo de toda a fiscalização.

que por mar só pretenda exercer, tornar-se-há necessário assegurar n'aquelle local uma protecção mais eficaz.

Proporia para este caso na nossa fronteira, em frente da povoação, uma linha intervallada do sistema Roggiat, ou do sistema Pidoll, o qual não é mais do que o primeiro aperfeiçoado.

As linhas de Pidoll são formadas de lunetas distanciadas entre si uns 300 metros, munidas interiormente d'uma pequena flecha formando reducto, e apoiadas por uma segunda linha de baterias.

Entre as muitas disposições de linhas intervalladas, sem o emprego de artilharia, que se conhecem, as mais recommendedas são as seguintes :

Linhos de reductos destacados, separados estes por intervallos de 250 a 500 metros, e apoiados por uma segunda linha de redentes, cujas faces flanqueiam os flancos dos reductos ;

Linhos de redentes destacados, nas quaes os reductos da primeira linha do sistema anterior são substituidos pelos redentes ; e finalmente as

Linhos de lunetas destacadas que são, como se pode ver, de todos os sistemas o melhor, mas o mais despendioso. Nestas os entrancheamentos são dispuestos em tres linhas.— a primeira de lunetas abertas pela gola, — a segunda, de redentes flanqueando as faces das lunetas, — a terceira, distante da segunda uns 400 a 500 metros, formada de lunetas fechadas pela gola, collocadas em face das da primeira linha, e podendo cobrir com os seus fogos o interior do terrapleno d'estas.

Para o caso sujeito, aceitando uma hypothese que certamente se não verificará, proporia eu na nossa fronteira, em frente da povoação de Tungue, uma linha de tres redentes destacados, separados entre si por intervallos de 250 metros, e apoiados por uma segunda linha também de redentes, paralela à primeira e formando sistema.

Na hypothese de se estender a nossa fronteira até o Rovúma, que é o limite natural d'aquelle territorio e o que melhor se presta a restabelecer as boas relações indispensaveis entre povos vizinhos, desaparece a necessidade da linha intervallada de fortificações que propuz, para dar lugar á de abrir e facilitar as comunicações interiores, começando por um caminho militar entre a baía de Tungue e o Rovúma, que tenha como pontos obrigados do passagem as povoações de Mbuezi e Keonga, junto às quaes e no ponto que oportunamente for escolhido na margem direita do rio é indispensável a construção de um abrigo fortificado, nas condições dos *blockhaus* já descriptos.

Este caminho, cuja extensão mede aproximadamente 25 kilómetros, é dividido em cautões de um quilometro cada, cuja guarda e conservação será confiada a um caitoneiro armado. Os caitoneiros prestar-se-hão mutuo auxílio, solicitando socorros extraordinários dos quartéis mais próximos, e dos postos fortificados que se construirão de espaço em espaço, distantes uns dos outros cerca de 5 kilómetros.

As guarnições dos *blockhaus* serão de 30 pratas, e as dos postos de guarda de 10, comandadas as primeiras por um oficial inferior e as segundas por um cabo.

Acompanha este relatório uma estimativa da despesa provável com os propostos meios de defesa para as duas hypotheses que acima considerei. Os projectos definitivos e os respectivos orçamentos serão elaborados logo que V. Ex.^a assim o ordene.

* *

Quanto aos meios de atrair o commercio sertanejo e de facilitar as transacções com os mercados estrangeiros, a principal dificuldade que ali se apresenta — não o ignora V. Ex.^a — é de natureza idéntica áquella com que lutaram quasi todas as nossas possessões d'Africa, e nemhuma mais do que a província de Moçambique pela sua situação geográfica e pela natureza da sua extensa costa, no período de custosa transição que se seguiu á abolição do tráfico da escravatura. Sucede aqui como em toda a parte, quando cessou a exploração do homem pelo homem, — salvo o género mais rico de exportação sertaneja. A actividade muito tempo concentrada naquella odiosa violação dos direitos humanos, como que fica suspensa, — a estagnação do commercio lícito é sua imediata consequencia.

Acresce quo pendingo do resultado das negociações diplomáticas a posse definitiva do territorio compreendido entre o paralelo do Cabo Delgado e o curso do Rovúma, conservam-se os animos sobressaltados pelo temor das correrias e assaltos dos árabes, que dominavam ali pelo terror, e que ainda hoje habilmente exploram a incerteza da nossa posse, contestada em nome do Sultanado de Zanzibar, ameaçando aquellas povoações naturalmente timidas de voltarem a exercer o antigo predomínio.

Nestas condições temos ali actualmente todas as apparencias onerosas, e nemhuma das realidades uteis de uma verdadeira ocupação. Urge, pois, envidar os nossos melhores esforços para a in-

mediata solução deste pleito, na qual não podemos deixar de ter o apoio nas nações sinceramente empenhadas na extinção da escravatura.

Resolvida a questão definitiva da posse, que não pôde deixar de estender-se até a fronteira natural do curso do Rovúma, e nesta conformidade realizados os meios de defesa que tive a honra do propôr, penso que ficará garantida a segurança geral e individual n'aquelle territorio.

Completará este beneficio uma administração local sensata e prudente, que não pratique excessos de poder, severa na punição das faltas graves e tolerante para as que procedem da ignorância; que em todos os seus actos saiba alliar a firmeza das decisões com a suavidade aconselhada pelas circunstâncias, — uma administração enfin tal como convém a este período de transição forçada entre o vicioso modo de ser antigo e a iniciação de uma nova existência económica, que tem por base o commercio lícito. Este é o modo de evitar retaliações, e prevenir conflitos que facilmente degeneram em guerras, como a experiência o tem demonstrado.

Desculpe-me V. Ex., a minha ousadia de vir tratar um assumpto que lhe é tão familiar, como praticamente o tem demonstrado, evangelizando pelo exemplo os bons principios de administração colonial.

Amortecidas as transacções comerciais, que ali se limitavam quasi á exportação dos escravos e á importação das mercadorias destinadas á compra delles, tudo aconsella a immediata adopção de providencias tendentes a crear e desenvolver o commercio lícito.

A agricultura podia ser ali um excellente manancial de riqueza e prosperidade, se os seus habitantes soubessem aproveitar os terrenos apropriados ás diversas culturas, os quais responderiam com a fecundidade aos seus esforços bem dirigidos. Esta, porém, é mais atrasada possivel. Nunca viram o arado nem os instrumentos mais simples da laboura. Até a cuchada elles é desconhecida! A terra é revolvida com um pau aguçado, e isto consiste todo o trabalho da cultura. Deita-se logo no matto, esperam-se as primeiras chuvas para as sementeiras, e no tempo proprio faz-se a colheita. Assim se cultiva o milho e o arroz, e por um processo analogo se faz a plantação da batata e da mandioca. Abunda ali a bananeira, a mangueira e outras arvores de fructo, — sobranceira a todas e superior em utilidade eleva-se a palmeira. Uma das suas espécies, a mais vulgar e mais útil é o coqueiro, ao qual na India atribuem noventa e nove usos ou utilidades, que são aqui pela maior parte desconhecidas ou desprezadas — taes são o óleo, o alcohol, o assucar, o vinagre, o cauro, as folhas, a madeira, etc.

Se a agricultura se arrasta assim enfessada e rachitica, a industria fabril revela ainda maior estacionamento, podendo dizer-se que está n'um estado perfeitamente embryonario. Como são restritas as necessidades da população, são também poucos e grossos os artefactos, que se reduzem a umas pobres esteiras e bolsas para tabacco, fabricadas hoje como o eram há dez annos, sem o menor aperfeiçoamento.

Parêce, pois, indispensavel promover-se ali uma politica comercial diversa da que tem sido seguida em outros pontos desta província, cujas condições de existencia, administrativa e económica, differente consideravelmente. Ali é necessário crear estímulos á colonisaçao e á cultura, se queremos atrair o commercio sertanejo e facilitar as transacções com os mercados estrangeiros.

No intento de convidar as casas mercantes, assim nacionais como estrangeiras, a estabelecerem-se na baía de Tungue, creando ali feitorias para a permisão das fazendas com os generos procedentes do sertão, parece-me de toda a conveniencia modificar algumas disposições da pauta, de modo que os direitos sejam, não ignes, mas ainda inferiores aos que se cobram nos portos do Sultanado de Zanzibar, e que as exigências do fisco se não façam sentir de um modo vexatorio que afugenta o commercio sem vantagem para o Estado.

Assim, estou certo, firmaremos ali o commercio.

Como um complemento indispensavel deste beneficio, urge também assegurar ali a facil saída dos productos para os mercados estrangeiros, fazendo que a baía de Tungue seja um porto de escala para as carreiras de navegação d'esta costa.

Assim teremos estabelecido as bases do futuro desenvolvimento económico d'aquelle regiao. O commercio lícito preferirá de certo as garantias de segurança que oferece uma localidade em tudo accommodada a firmar relações com os povos sertanejos, e ao mesmo tempo apta a entreter comunicação directa com os mercados dos países estrangeiros, ás contingencias arriscadas de estabelecimentos mais do que precarios nas terras do Sultanado de Zanzibar.

É quanto se me oferece dizer.

V. Ex.^a que tem perfeito conhecimento das necessidades e re-

curtos d'esta província, a cujo bom estar tem consagrado as poderosas faculdades da sua intelligencia e prodigiosa actividade, saberá preencher e desculpar as deficiencias e imperfeições que encontrar n'este modesto trabalho.

Deus Guarde a V. Ex.º — Moçambique, 25 de fevereiro do 1888.
— Ill.º e Ex.º Sr. Conselheiro Augusto de Castilho, Governador Geral da província. — *Claudino Augusto Carneiro de Souza e Faro*, tenente coronel inspector das obras publicas em África.

ESCOLA DE ARTES E OFFICIOS

Balanço da receita e despesa dos fundos d'esta escola a cargo do tesoureiro da mesma, referido a 31 de janeiro de 1888

RECEITA	DESPESA
Saldo do mez antecedente.....	2:459.5960
Subsídio dos alumnos pensionistas, recebido da Ex.º Junta da Fazenda relativo ao mez de janeiro (doc. n.º 1).....	311.5400
Idem do alumno pensionista n.º 115 relativo ao mez de fevereiro (doc. n.º 2).....	33.480
Salários vencidos pelos alumnos que trabalharam no arsenal durante a 2.º, 3.º e 4.º de dezembro (doc. n.º 3).....	18.5720
Idem nas obras públicas, durante a ultima semana de dezembro de 1887 e 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º de janeiro de 1888 (doc. n.º 4 a 8).....	6.3725
Idem na typographia da <i>Alvor Oriental</i> (doc. n.º 9).....	23.5000
Produto da oficina de alfaiates (doc. n.º 10).....	18.3150
Idem da sapateiros (doc. n.º 11).....	27.3920
Idem da subscrição mensal (doc. n.º 12).....	12.3100
Donativo oferecido pelo Ex.º Sr. Manoel Nunes de Figueiredo residente na cidade de Lourenço Marques (doc. n.º 13).....	22.5500
Produto da venda de 200 garrafas vasitas a 15 reis cada uma (doc. n.º 14).....	3.5000
<i>Somma</i>	<u>2:886.5755</u>
Despendido com a alimentação (reg. n.º 39).....	253.5105
Idem com mobília, utensílios, reparações e outras despesas (reg. n.º 48).....	44.5540
Idem com vestuário e calçado (reg. n.º 50).....	44.5515
Folha de gratificação aos empregados d'esta escola (reg. n.º 23).....	89.5300
Subsídio dos alumnos que estiveram em tratamento no hospital (132 dias) com direito ao vencimento conforme o disposto no § 1.º do artigo 23.º do regulamento interno (reg. n.º 44). Um $\frac{1}{2}$ do produto das oficinas que entra no cofre dos fundos de dotação dos alumnos (reg. n.º 12).....	15.5510
<i>Somma</i>	<u>18.5000</u>
Saldo do que passa para o mez de fevereiro	2:420.3055
<i>Somma</i>	<u>2:886.5755</u>

Secretaria da escola d'artes e ofícios em Moçambique, 10 de fevereiro de 1888. — O director, (as.) *Francisco Corrêa Leote*. — O sub-director tesoureiro (as.) *Sébastião de Oliveira Braz*.

Em virtude do solicitado no ofício n.º 81 da serie de 1883 do director da referida escola, publica-se a seguinte relação dos subscriptores no mez de janeiro de 1888

III.º e Ex.º Srs.:	III.º e Ex.º Srs.:	Transporte....
Augusto de Castilho.....	5.5000	9.5000
Francisco Raquel Nery	3.6000	1.5000
Thomas Cassidy.....	2.6000	3.5000
Joaquim Hypolito de Noronha Gouvêa.....	2.3000	1.5000
<i>Somma</i>	<u>9.3600</u>	<u>12.5100</u>
João Baptista Rangel Nery	13.5000	
João da Silva Carrião.....	1.5000	
Antônio Maria de Sousa Horta e Costa	1.5000	
<i>Somma</i>	<u>15.5000</u>	

Secretaria da escola d'artes e ofícios, 31 de janeiro de 1887. — O director, (as.) *Francisco Corrêa Leote*. — O sub-director, (as.) *Sébastião de Oliveira Braz*.
Está conforme. — Contador Geral da Junta da Fazenda em Moçambique, 22 de fevereiro de 1888. — O contador geral, *Antônio Alberto Pereira*.

HOSPITAL MILITAR E CIVIL DE MOÇAMBIQUE

Conta da receita e despesa do sobreditó hospital relativa no mez de dezembro de 1887

Receita do hospital	Despesa do hospital
Importância da folha de vencimentos dos docentes.....	208.3324
<i>Somma</i>	<u>1:052.3931</u>
Receita da pharmacia	
Importância dos medicamentos gastos com os docentes não particulares tratados no hospital.....	131.5150
Idem dos gastos com os docentes particulares tratados no hospital.....	4.5360
Idem dos fornecidos à pharmacia de L. Marques.....	350.3560
* * * * * Quilimane	183.3510
* * * * * ambulância de Matica	43.3530
* * * * * no arsenal	1.3700
* * * vendidos ao público com e sem receita.....	126.5540
<i>Somma</i>	<u>811.2660</u>
Despesa da pharmacia	
Importância dos objectos fornecidos pela arrecadação do hospital.....	21.5619
<i>Somma</i>	<u>627.5174</u>

Como porém o hospital apenas recebe da tesouraria geral da Ex.º Junta da Fazenda, a importância necessária para o dispêndio durante o mez e é a fazenda quem recebe os descontos dos docentes e a importância das receitas avivadas para fóra, etc., formula-se a conta da seguinte maneira :

Importância da folha do remanescente que passou para dezembro. Idem da folha dos generos fornecidos pelo fornecedor Nicolau Ribeiro da Silva.....	80.5823 192.5267	Importância da folha da despesa..... Idem da folha dos objectos fornecidos à pharmacia pela arrecadação do hospital.....	463.5735 21.5619
Idem da folha dos generos fornecidos pelo fornecedor Pinto & Ribeiro.....	35.5194	Idem da folha do remanescente que passa para o mez de janeiro de 1888	86.5715
Idem da folha dos generos fornecidos pelo fornecedor Hott & Auerbach.....	37.5310		
Idem da folha dos generos fornecidos pelo fornecedor Daud Baba.....	10.3500		
Idem da folha das compras feitas a prompto pagamento durante o mez.....	218.5615		
<i>Somma</i>	<u>575.5069</u>	<i>Somma</i>	<u>575.5069</u>

Repartição de escrivanaria e contabilidade da junta de saúde de Moçambique, 21 de janeiro de 1888. — *Júlio Gonçalves*, tenente, administrador. — *Antônio Maria da Silveira Moura*, surgipto ajudante, chefe da repartição.

Vista e examinada pela comissão administrativa e empregada da Fazenda em sessão de 31 de janeiro de 1888. — *José Bernardino d'Araújo Fonseca*. — *Custodio Joaquim Barreto Xavier*. — *Caciano Paula Maria de Melo*. — *Caciano Francisco de Noronha*, 2.º escripturário da contadaria geral.

REL4